

Relatório Anual 2012

MISSÃO

Assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de transporte terrestre e exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária outorgada.





SUMÁRIO

- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- GESTÃO ESTRATÉGICA
- CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
- CONCESSÕES FERROVIÁRIAS
- TRANSPORTE DE CARGAS
- TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
- FISCALIZAÇÃO
- ESTUDOS E PESQUISAS
- MARCOS REGULATÓRIOS
- ACORDOS INTERNACIONAIS E PROJETOS ESPECIAIS
- GESTÃO ORGANIZACIONAL
- RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
- ÉTICA E CONTROLE

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

DIRETORIA COLEGIADA

DIRETOR-GERAL

Ivo Borges de Lima - Interino

DIRETORES

Jorge Luiz Macedo Bastos

Ana Patrícia Gonçalves Lira - Interina

Natália Marcassa de Souza - Interina

Carlos Fernando do Nascimento - Interino

ÓRGÃOS LIGADOS À DIRETORIA-GERAL

Procuradoria Geral

Corregedoria

Ouvidoria

Auditoria Interna

Secretaria-Geral

Gabinete do Diretor:

- Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
- Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentar - ASPAR
- Centro de Documentação - CEDOC
- Coordenadoria Especial de Processamento de Autos de Infração e Apoio às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - COESP

SUPERINTENDÊNCIAS

Superintendências de Estudos e Pesquisas - SUEPE

Superintendência Executiva - SUEXE

Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS

Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - SUINF

Superintendência de Fiscalização - SUFIS

Superintendência de Gestão - SUDEG

Superintendência de Marcos Regulatórios - SUREG

Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER

Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas - SUROC

UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - URRJ

Endereço: Av. Marechal Câmara, nº 167, 11º andar - Ed. Le Borget - Castelo - Rio de Janeiro - RJ -

CEP: 20020-800

UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - URSP

Endereço: Av. Paulista, 37, Edifício Centro Cultural Paulista, 8º andar - Bela Vista - São Paulo - SP -

CEP 01311-902

UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS - URMG

Endereço: Av. Cristóvão Colombo, nº 485, 14º andar - Bairro Funcionários - Belo Horizonte - MG - CEP: 30140-140

UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - URRS

Endereço: Rua João Guimarães, 285 - Bairro Santa Cecília - Porto Alegre - RS - CEP: 90630-170

UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ - URCE

Endereço: Av. Luciano Carneiro, nº 2255-A, térreo - Vila União - Fortaleza - CE - CEP: 60410-691

UNIDADE REGIONAL DO MARANHÃO - URMA

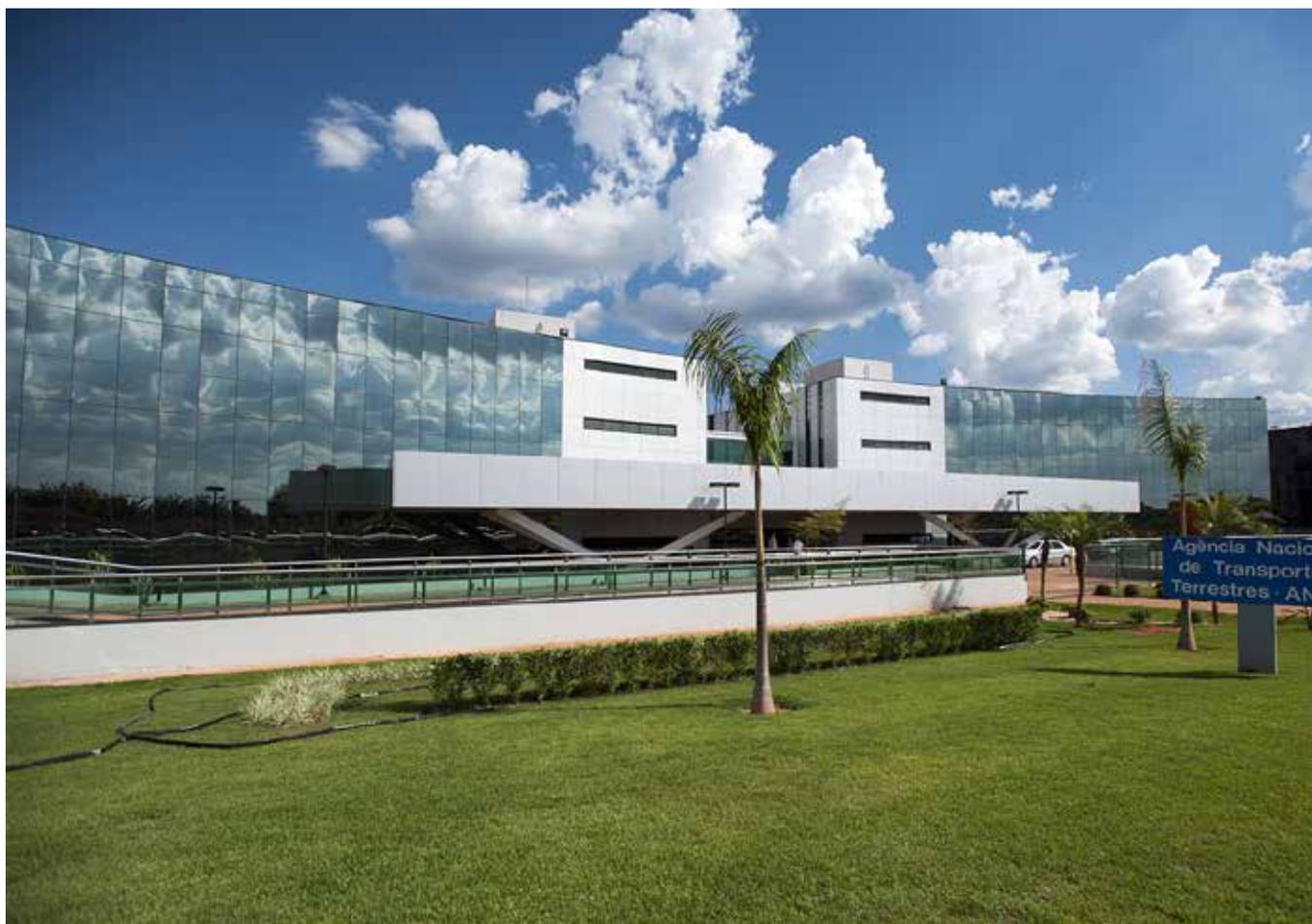
Endereço: Rua 9, nº 10 - Bairro Vinhais - São Luiz - MA - CEP: 65071-110

UNIDADE REGIONAL DA BAHIA - URBA

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1632 - Ed. Salvador Trade Center - Torre Norte - Sala 611 - Caminho das Árvores - Salvador - BA - CEP: 41820-020

UNIDADE REGIONAL DE PERNAMBUCO - URPE

Endereço: Avenida Conselheiro Aguiar, nº 196 - Bairro do Pina - Recife/PE - CEP: 51011-030



GESTÃO ESTRATÉGICA

ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Processo de Gestão Estratégica da ANTT foi iniciado em 2009, com a elaboração de seu primeiro Plano Estratégico, para o período 2009-2012.

As atribuições da ANTT, previstas nos artigos 24 a 26 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, permitem inferir grande volume de atividades a serem desempenhadas, incluídas aquelas relativas ao transporte rodoviário e ferroviário, bem como a fiscalização dos serviços de transporte de passageiros.

O adequado desempenho de suas atribuições legais aponta para a necessidade de estabelecer rumos de atuação, bem como priorizar ações. Nesse sentido, a implantação de um processo de gestão estratégica constitui-se como alternativa aderente às melhores práticas de gestão organizacional.

Ao mesmo tempo, de acordo com o estabelecido no inciso I do artigo 25 da Resolução nº 3.000/2009, da ANTT, compete à Diretoria Colegiada decidir sobre o planejamento estratégico da ANTT.

Os objetivos de resultados para a sociedade, quais sejam “Garantir o Atendimento às Demandas do Usuário” e “Garantir Adequada Atuação do Mercado Regulado” demonstram estreita vinculação com os objetivos institucionais da Agência, pois remetem à movimentação de pessoas e bens, além de atuar sobre a ação das empresas concessionárias, permissionárias, arrendatárias e autorizadas, buscando a prestação de serviços de qualidade, a preços módicos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Dentre os Objetivos Estratégicos previstos no Planejamento, citam-se, em especial, aqueles já correlacionados ao Plano Plurianual, tais

como “Aperfeiçoar o Processo de Fiscalização”, “Aperfeiçoar o Marco Regulatório”, “Aperfeiçoar Mecanismos de Transparência”, que propiciaram a revisão de parte do marco regulatório do setor ferroviário, a melhoria das ações de fiscalização, em todos os seus níveis, bem como a instalação do Serviço de Atendimento ao Cidadão.

Os Projetos Estruturantes seguiram seu cronograma para o período, realçando, entre os concluídos, a implantação da Agenda Regulatória, a Revisão da 3ª etapa de Concessões Rodoviárias e a implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Nesse sentido, restou demonstrada a necessidade de revisão global do planejamento Estratégico da Agência.

O Ministério dos Transportes iniciou em 2012 o seu processo de Planejamento Estratégico, gerando o Norte necessário ao “sistema transporte”, permitindo maior articulação e integração com as ações da ANTT.

Nesse contexto, no último trimestre de 2012, iniciou-se o alinhamento da Agência às diretrizes do Ministério, com a identificação de suas contribuições aos objetivos e indicadores identificados. Esse processo encontra-se em fase de conclusão.

Os principais Objetivos Estratégicos da ANTT são retratados em seu Mapa Estratégico sendo válidos para todo o período 2009-2012.

EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

As ações planejadas, no âmbito da Agência, constituem-se em seus Projetos Estruturantes, que foram revisados em 2011, gerando a Deliberação nº 158, de 24 de agosto de 2011, que estabeleceu os Projetos abaixo relacionados, cuja execução foi iniciada/continuada/concluída em 2012:

Programas e Projetos Estruturantes

1	PROGRAMA APERFEIÇOAMENTO DE MARCOS REGULATÓRIOS
1.1	Definição de Alternativas Regulatórias para Defesa do Usuário de Concessões Ferroviárias
1.2	Metodologia de Revisão e Padronização dos Processos de Outorga de Concessões Rodoviárias
1.3	Revisão dos Marcos Regulatórios da ANTT
1.4	Desenvolvimento de Metodologia para Cálculo das Tarifas Ferroviárias de Referência
2	APERFEIÇOAMENTO OPERACIONAL DA ANTT
2.1	Aperfeiçoamento das Ações de Fiscalização
2.2	Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF
2.3	Implementação da Análise do Impacto Regulatório no âmbito do setor de transportes terrestres regulado pela ANTT
2.4	Modelo de Gestão da Informação e do Conhecimento em Transportes Terrestres da ANTT - MGIC
2.5	Desenvolvimento do Centro Nacional de Supervisão Operacional da ANTT
2.6	Sistema de Gestão com Inteligência Geográfica de Concessões Ferroviárias - GIGFER
3	PROGRAMA ANTT AMIGÁVEL
3.1	Desenvolvimento e Implementação da Política de Comunicação da ANTT
3.2	Desenvolvimento do Novo Portal da ANTT
4	PROGRAMA DE MELHORIA DA GESTÃO - PROMEG
4.1	ANTT Sustentável
4.2	Aparelhamento Operacional da ANTT
4.3	Desenvolvimento e Retenção de Talentos
4.4	Fortalecimento Institucional
4.5	Gestão de Tecnologia da Informação
5	PROGRAMA PROJETOS DE GRANDE IMPACTO
5.1	Desenvolvimento e Revisão dos Modelos de Concessão para as malhas ferroviárias da RFFSA e VALEC
5.2	Implantação da 3ª Etapa de Concessões Rodoviárias - Fases I e II
5.3	Implantação da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - Propass Brasil
5.5	Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV

Adicionalmente, a partir do segundo semestre do exercício de 2012, a ANTT iniciou seu processo formal de Gestão de Riscos, capacitando seus servidores e participando de ações junto ao Tribunal de Contas da União, ao atuar no grupo respondente do Questionário para Avaliação da Maturidade Organizacional em Gestão de Riscos, processo esse a ser totalmente implementado em 2013.

Não foram implementadas revisões globais de macroprocessos no ano de 2012. Como descrito nos itens 1.4 e 1.5, em 2012 iniciou-se o apoio assistido aos processos, ação que apoia os Chefes de Processo na implantação efetiva, em sua área de competência. Nesse sentido, foram revistos desenhos dos processos e indicadores de desempenho, para iniciar, quando possível, sua mensuração.

O lançamento, no segundo semestre de 2012, do Plano de Investimentos em Logística, do Ministério dos Transportes, ensejou a ampliação de atribuições e atividades para a Agência, tornando-se necessário ajustar sua estrutura organizacional, com a subdivisão da Superintendência de Serviços de Transportes de Cargas - SUCAR nas Superintendências de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER e Superintendência de Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas - SUROC.

As Estratégias de divulgação dos resultados da Gestão Estratégica da ANTT é implementada pela realização trimestral de Ciclos de Avaliação, além de Seminários Anuais de Avaliação mais aprofundadas dos Objetivos

Estratégicos. Considerando o processo de revisão e alinhamento ao Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes, o acompanhamento das informações realizado por meio do Sistema de Acompanhamento - GesANTT, disponível, conforme sistema de permissões, no sítio <http://gesantt.antt.gov.br>.

Em relação a outras estratégias consideradas relevantes para o atingimento dos Objetivos Estratégicos, o Processo de Gestão Estratégica da ANTT contempla todas as ações necessárias ao seu atingimento.

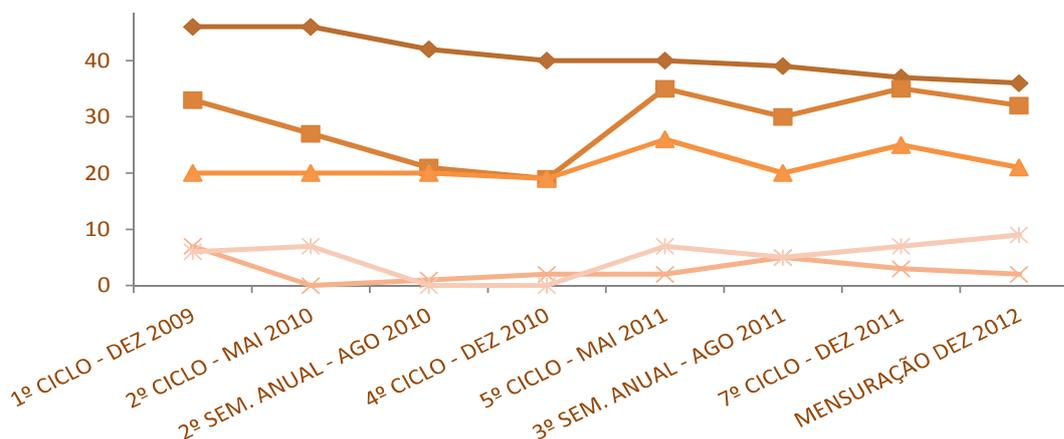
INDICADORES

No que se refere às etapas previstas dos Projetos Estruturantes da ANTT, bem como os resultados dos indicadores relacionados a cada Objetivo Estratégico, contemplam as metas estratégicas da Agência para o período.

Os indicadores estratégicos da ANTT foram estabelecidos em 2009 e revisados em 2011, por meio da Deliberação nº 271, de 14 de dezembro de 2011.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do processo de mensuração dos indicadores estratégicos, demonstrando a redução no número dos mesmos, após processo de maturação, bem como o equilíbrio entre os indicadores que atingiram as metas (em verde) com o total de indicadores mensurados.

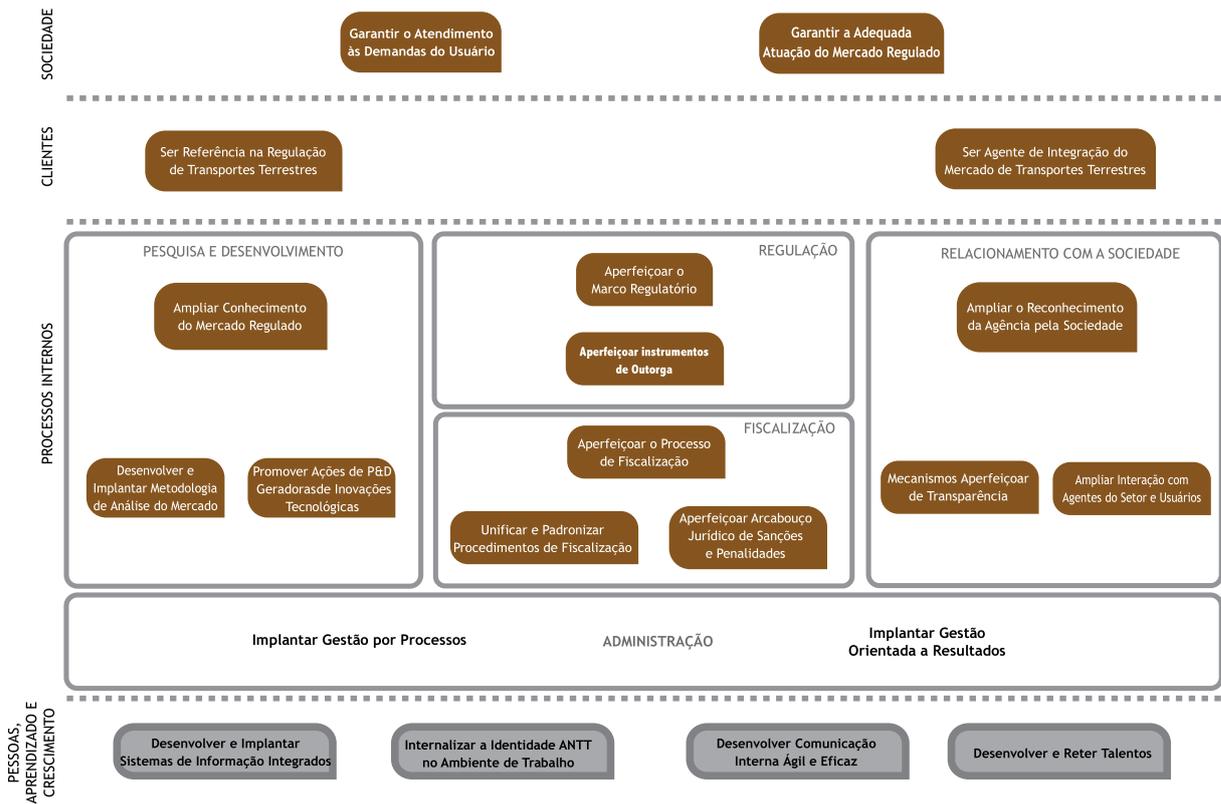
Evolução Farol Desempenho Indicadores Estratégicos



Em relação aos resultados obtidos em 2012, ressalta-se que 21 indicadores atingiram mais de 80% da meta; 2 auferiram resultados acima de 50% da meta estipulada; 9 obtiveram resultado abaixo de 50% da meta estabelecida e 4 não foram mensurados.

Assim, o mapa estratégico para o Ciclo 2009-2012, a seguir representado, consubstancia, em suas perspectivas e temas, as atribuições legais previstas para a Agência, além daquelas atinentes a sua gestão interna.

MAPA ESTRATÉGICO



CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

IMPLANTAÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DE CONCESSÕES

Fase I

Os Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) foram atualizados, especialmente no que diz respeito às contagens de tráfego e ao programa de investimentos (obras de ampliação de capacidade e melhorias), tendo em vista a inclusão das rodovias BR-040/DF/GO/MG e BR-116/MG no Programa de Investimento em Logística (PIL), apresentado pelo Ministro dos Transportes em agosto de 2012.

Foram realizadas as Audiências Públicas nº 125, nº 127 e nº 128/2012, com o objetivo de colher contribuições e tornar público as minutas de Edital e de Contrato, assim como os EVTE e os PER das duas concessões, entre agosto e outubro de 2012.

Em seguida, os referidos documentos foram encaminhados para o Tribunal de Contas da União (TCU), que aprovou com ressalvas os EVTE das duas concessões, por meio dos Acórdãos nº 3.160/2012 e nº 3.159/2012 TCU - Plenário, publicados no DOU de 06 de dezembro de 2012.

Após alterações dos documentos conforme as determinações do TCU, o Ministério dos Transportes aprovou os Planos de Outorga da BR-040/DF/GO/MG e da BR-116/MG, através dos Despachos publicados no DOU de 20 de dezembro de 2012. Ainda foram publicadas as Resoluções CND nº 5 e 4, publicadas no DOU de 21 de dezembro de 2012, aprovando a modelagem e as condições para licitação do processo de concessão dos dois trechos rodoviários pela ANTT.

Os Avisos de Publicação dos Editais de Concessão nº 001/2012 e 002/2012 foram publicados no DOU de 21 de dezembro de 2012, com previsão do Leilão em 30 de janeiro de 2013.

FASE II

O leilão da concessão da BR-101/ES/BA, trecho pertencente à 3ª Etapa do PCRf - Fase II, ocorreu em 18 de janeiro de 2012.

A Proponente vencedora foi o Consórcio Rodovia da Vitória, que apresentou uma Tarifa Básica de Pedágio (TBP) de R\$ 0,03391/km (deságio de 45,63 % em relação à tarifa-teto definida no Edital).

O resultado do Leilão foi homologado pela resolução ANTT nº 3.814, de 16 de maio de 2012 e o Ato de Outorga emitido em favor do Consórcio Rodovia da Vitória pela resolução ANTT nº 3.866, de 18 de julho de 2012, autorizando a assinatura do Contrato de Concessão para operação do trecho Entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri) - Divisa ES/RJ da Rodovia BR-101/ES/BA, referente ao Edital nº 001/ 2011.

Por meio do Comunicado Relevante nº 17, de 30 de julho de 2012, a Comissão de Outorga tornou público que a Assinatura do Contrato de Concessão estava suspensa sine die, em virtude de decisão liminar da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, devido à interposição de recurso por parte de uma empresa concorrente.

FASE III

Os sete lotes rodoviários pertencentes à 3ª Etapa do PCRf - Fase III foram divulgados pelo Ministro dos Transportes em agosto de 2012, quando apresentou o PIL.

Trata-se das rodovias BR-262/ES/MG, BR-050/GO/MG, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-153/TO/GO, BR-101/BA, BR-163/MT e BR-163/267/262/MS, com uma extensão total de 5.748,3 km.

O Ministério dos Transportes, através da Portaria nº 186, de 03 de agosto de 2012, autorizou a Empresa Brasileira de Projetos S. A. (EBP) a desenvolver estudos técnicos dos trechos das referidas rodovias.

A elaboração das minutas de Edital e Contrato, assim como o desenvolvimento dos EVTE, ocorreu entre agosto e dezembro de 2012.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DAS CONCESSÕES

A fiscalização dos Contratos de Concessão das Rodovias Federais, sob a responsabilidade da ANTT, foi realizada em conformidade com os parâmetros de desempenho especificados e, em conformidade com os planejamentos mensais das concessionárias, nos quais constam as obras e serviços a serem executados ao longo de cada mês.

Para a fiscalização dos serviços executados pelas concessionárias, consideram-se os Relatórios Técnico-Operacionais de Físico-Financeiros - RETOFFs, bem como os relatórios de monitoração dos diversos elementos da rodovia, apresentados pelas Concessionárias.

Em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização, entre janeiro e dezembro de 2012, foram efetuadas 4.108 ações de fiscalização nas rodovias federais concedidas.

Durante o feriado do ano novo 2012/2013, foi realizada fiscalização extraordinária para verificação do atendimento aos parâmetros de desempenho nas praças de pedágio de maior volume.

Como resultados das atividades da Fiscalização, foram emitidos 8.446 Termos de Registro de Ocorrência - TROs, que são avisos de inadequações com prazo de correção previsto em dispositivo regulatório.

No mesmo exercício, foram lavrados 95 Autos de Infração - Als e 41 Notificações de Infração - NIs, todos relativos a defeitos e inconformidades verificados nas rodovias ou inconformidades nos relatórios de monitoração ou inexecuções de obras.

Em 2012, foram autuados 137 Processos Administrativos Simplificados - PAS para apuração

de infração e aplicação de penalidades por descumprimento contratual. As inconformidades foram atendidas pelas Concessionárias, mas a correção da infração não eximiu a autuada da aplicação da penalidade, assim os PAS prosseguiram o rito processual normal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA FISCALIZAÇÃO

Concessão da BR-116/BA (Feira de Santana - Div. BA/MG) e BR-324/BA (Salvador - Feira de Santana):

Em 2012, foi realizada a segunda fiscalização de parâmetros de desempenho no trecho concedido à VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A, para verificar o cumprimento dos indicadores constantes no Programa de Exploração da Rodovia, com vistas a determinar o percentual relativo ao Desconto de Reequilíbrio a ser aplicado à Tarifa Básica de Pedágio. O resultado da vistoria foi um relatório informando as inconformidades encontradas ao longo do trecho, bem como o valor do desconto de reequilíbrio apurado para o 2º ano de concessão.

Segundo Lote de Concessões de Rodovias Federais - Fase I e II

A ANTT fiscalizou os serviços executados nas Fases de Recuperação e Conservação das rodovias, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações previstas nos Contratos de Concessão inseridas no Segundo Lote de Concessões de Rodovias Federais (Fernão Dias, Fluminense, Litoral Sul, Planalto, Régis Bittencourt, Rodovia do Aço, Transbrasiliiana e VIABAHIA).

REGULAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Apoio Técnico de Regulação à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes (Concessão da Ponte São Borja-BRA/Santo Tomé-ARG)

A ANTT prestou assessoramento técnico de regulação à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes relativo à gestão e fiscalização do Contrato Internacional de Concessão da Ponte sobre o Rio Uruguai entre as cidades de São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina).

O assessoramento técnico se deu por meio de reuniões na Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes - SE/MT, contatos telefônicos, análise de processo e acompanhamento de comitiva da SE/MT ao trecho concedido com a finalidade de realização de vistoria em campo. Ainda, o apoio técnico buscou apresentar sugestões à COMAB/DELCON no sentido de fornecer subsídios ao melhor gerenciamento daquela concessão à luz da experiência regulatória da ANTT.

USO E OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO

A partir da Deliberação n.º 157/2010, de 12/05/2010, publicada no Diário Oficial da União em 18/05/2010, a Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária (SUINF) passou a autorizar o uso e ocupação das faixas de domínio, tendo em vista a delegação dessa competência, que antes era da Diretoria.

Durante todo o ano de 2012, foram publicadas 172 Portarias da SUINF com autorizações de uso e ocupação das faixas de domínio pela ANTT, sendo 142 autorizações originárias e 30 concessões de novo prazo, de modo que é possível verificar a manutenção da média anual de autorizações, vez que foram publicadas 163 durante o ano de 2011.

A emissão de autorizações pressupõe a análise dos projetos de uso e ocupação das faixas de domínio, que cabe às Unidades Regionais da ANTT, bem como a revisão da documentação, que cabe à SUINF, sendo que, antes da assinatura e publicação das Portarias, a Diretoria da ANTT toma conhecimento das autorizações a serem emitidas.

GESTÃO DOS CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO DAS RODOVIAS CONCEDIDAS

Acompanhamento dos Convênios com a PRF

O convênio visa, por meio de recursos fornecidos pelas Concessionárias, do aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal necessário à execução

dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização nas rodovias que compõem a 1ª fase da 2ª Etapa do Programa Federal de Concessões Rodoviárias.

Os recursos serão utilizados para aquisição de materiais, equipamentos e serviços de manutenção e recuperação de veículos, equipamentos de informática, aparelhos e instrumentos de fiscalização, equipamentos de telefonia e comunicação, dispositivo de sinalização viária, algemas, lanternas, trenas, coletes de proteção balística, cassetetes, bastões retráteis, botas, capacetes, luvas, serviços de manutenção de bens, serviço de limpeza e conservação predial, locação de bens e seguro de veículos.

Análise das inexecuções referentes ao exercício 2011

Em 2012, foram concluídas as análises das inexecuções de 14 Concessionárias de Rodovias Federais em relação às obrigações estabelecidas nos Programas de Exploração das Rodovias - PER ou no Programa de Exploração da Ponte - PEP, referente ao ano de 2011, com a elaboração de 11 pareceres de inexecuções, que resultaram em quatro portarias autorizando a postergação do cronograma de obras e serviços. As demais análises fizeram parte das Notas Técnicas de Revisão.

Revisão dos Programas de Exploração das Rodovias Foram concluídas as análises das Propostas de Revisão dos PERs e PEP, apresentadas por 14 concessionárias de rodovias federais, com a elaboração de 35 Notas Técnicas, que foram submetidas à Diretoria para apreciação.

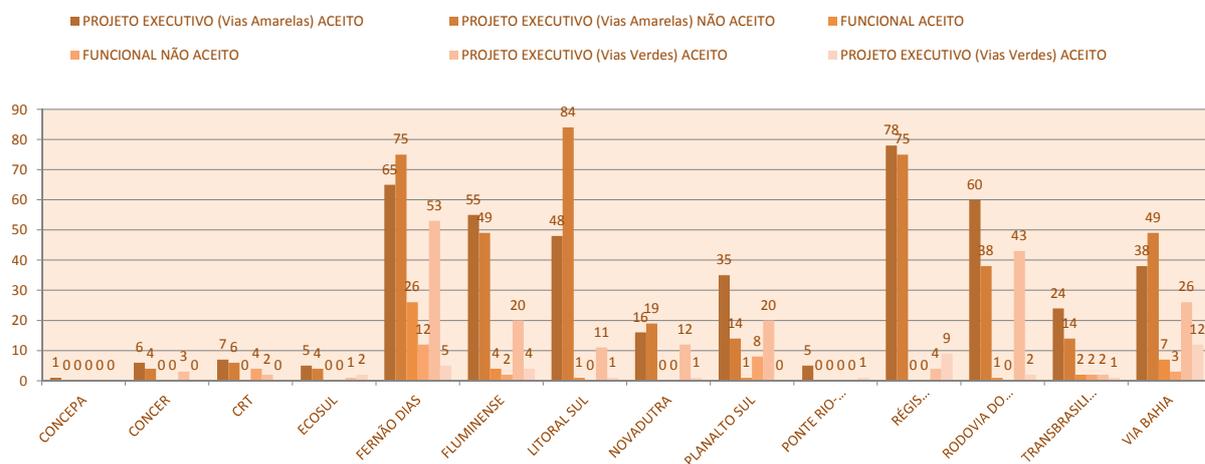
Nas notas técnicas foram propostas as alterações nos cronogramas das obras e serviços previstos, as alterações dos textos do PER/PEP, além de apresentar todas as justificativas técnicas para essas alterações, gerando 14 propostas de alteração do PER/PEP e 15 propostas de cronogramas Físico-financeiros.

Em 2012, a SUINF deu continuidade ao trabalho de atualização dos textos dos PER's. Dessa forma, já estão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT os textos do PER's das Concessionárias

Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul, Autopista Régis Bittencourt, CONCERT, ViaBahia, PONTE, atualizados conforme revisões aprovadas em 2012.

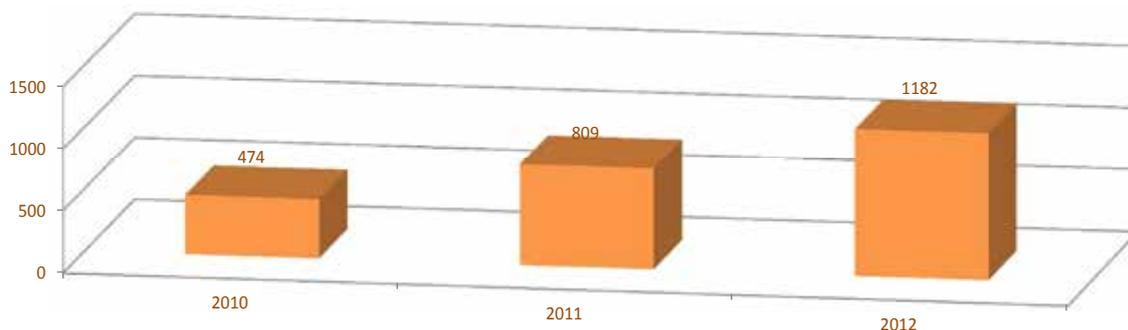
O Planejamento Anual tem por objetivo a definição dos programas de obras e serviços a serem executados e acompanhados pelas equipes de fiscalização e de gestão dos Contratos

*	CONCESSIONÁRIAS	PROJETO EXECUTIVO PARA ANÁLISE		PROJETO EXECUTIVO PARA ANÁLISE		PROJETO EXECUTIVO PARA CONFERÊNCIA		TOTAL
		PROJETO EXECUTIVO (Vias Amarelas) ACEITO	PROJETO EXECUTIVO (Vias Amarelas) NÃO ACEITO	FUNCIONAL ACEITO	FUNCIONAL NÃO ACEITO	PROJETO EXECUTIVO (Vias Verdes) ACEITO	PROJETO EXECUTIVO (Vias Verdes) NÃO ACEITO	
1	CONCEPA	1	0	0	0	0	0	1
2	CONCERT	6	4	0	0	3	0	13
3	CRT	7	6	0	4	2	0	19
4	ECOSUL	5	4	0	0	1	2	12
5	FERNÃO DIAS	65	75	26	12	53	5	236
6	FLUMINENSE	55	49	4	2	20	4	134
7	LITORAL SUL	48	84	1	0	11	1	145
8	NOVADUTRA	16	19	0	0	12	1	48
9	PLANALTO SUL	35	14	1	8	20	0	78
10	PONTE RIO-NITERÓI	5	0	0	0	0	1	6
11	RÉGIS BITTENCOURT	78	75	0	0	4	9	166
12	RODOVIA DO AÇO	60	38	1	0	43	2	144
13	TRANSBRASILIANA	24	14	2	2	2	1	45
14	VIA BAHIA	38	49	7	3	26	12	135
SUBTOTAL		443	431	42	31	197	38	1182



■ Total de relatórios/ano

Relatório de Análise de Projeto 2010 - 2011 - 2012



ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PLANEJAMENTOS ANUAIS

de Concessão. Foram analisadas as propostas apresentadas pelas Concessionárias para o ano de 2012. Após os esclarecimentos fornecidos pelas Concessionárias e após as correções realizadas, foram as referidas propostas aceitas pela ANTT.

propostas de Declaração de Utilidade Pública, referentes a áreas cuja desapropriação se faz necessária para a execução de obras nas Rodovias Federais Concedidas. Houve crescimento de 78% em comparação com as 41 propostas encaminhadas em 2011.

DECRETOS EXPROPRIATÓRIOS

As propostas de Declaração de Utilidade Pública são apresentadas pelas Concessionárias e geram processos administrativos, que tramitam não só no âmbito da ANTT, mas também no Ministério dos Transportes e na Casa Civil, antes da expedição dos Decretos Presidenciais.

Durante o período, 42 decretos presidenciais foram publicados a partir de propostas encaminhadas, sendo algumas delas ainda referentes ao ano anterior. Registrou-se crescimento de 162% em comparação com os 16 Decretos publicados em 2011.

Desde a abertura dos processos até a publicação dos decretos, as propostas passam por análises técnicas, na Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF, e jurídicas, na Procuradoria Geral da ANTT, sendo que o encaminhamento das propostas ao Ministério dos Transportes pressupõe a aprovação pela Diretoria Colegiada da ANTT, por meio da publicação de deliberações.

PROJETOS ESTRUTURANTES

Projeto Estruturante 1.6 e 1.7 - Metodologia de Revisão e Padronização dos Processos de Outorga de Concessões Rodoviárias.

Este projeto, que visa estabelecer metodologia de revisão e padronização dos projetos de concessões de rodovias, foi elaborado, em 2011. Por ele, o Fluxo de Caixa Marginal para todas as concessões, vincula-se com o fluxo de caixa atual. Esse instrumento foi consolidado em 2012.

As análises técnicas geraram, durante o ano de 2012, 107 pareceres técnicos, tendo sido encaminhadas, ao Ministério dos Transportes, 73

Em 2011, também haviam sido elaborados os seguintes documentos:

- Minuta de manual padrão de processos de outorga de concessões rodoviárias;
- Minuta do Programa de Exploração da Rodovia - PER Modelo.

Em 2012, o Governo Federal lançou a 3ª Etapa Fase III de Concessões Federais de Rodovias, iniciativa que levou a uma reavaliação geral dos processos de outorga, dos Contratos de Concessão, dos Programas de Exploração das Rodovias e dos Editais de Leilão.

Para que o trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Estruturante não se perca, é importante a revisão das minutas padrão dos processos de outorga, dos Contratos de Concessão, dos

Programas de Exploração das Rodovias e dos Editais de Leilão.

Essa revisão buscará a reavaliação geral dos documentos e processos decorrente da implantação da 3ª Etapa Fase III de Concessões Federais de Rodovias. Esta revisão é planejada para o ano de 2013.

Em 2012, foi realizada Audiência Pública sobre a Metodologia de Cálculo do Valor do Custo de Capital a ser aplicado como taxa de desconto ao Fluxo de Caixa Marginal.

Os resultados das contribuições à Audiência Pública foram considerados e submetidos à Diretoria da ANTT.



CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

A adequação e manutenção da malha ferroviária brasileira em operação estão ligadas diretamente aos investimentos realizados. Até outubro de 2012, esse valor foi na ordem de R\$ 3,4 bilhões investidos ao longo dos 28.979 km de ferrovias em operação no Brasil, onde foram aplicados em serviços de manutenção e aquisição de novos materiais rodantes (vagões e locomotivas).

Atualmente, em cerca de 1.500 km de trechos ferroviários onde existe a prestação de serviço público de transporte ferroviário mediante concessão, há execução obras de melhorias como expansão, modernização, duplicação e construção de vias.

Em 15 de agosto de 2012, o Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Logística (PIL): Rodovias e Ferrovias. O programa prevê investimentos de R\$ 133 bilhões e irá contribuir para o desenvolvimento de um sistema de transporte adequado, moderno e eficiente no País.

No modal de ferrovias, serão aplicados R\$ 91 bilhões na construção e modernização de 10 mil quilômetros de linhas férreas, sendo R\$ 56 bilhões em cinco anos e R\$ 35 bilhões em 25 anos.

A ANTT publicou três resoluções para as concessões ferroviárias com o intuito de aumentar a concorrência do modal, melhorar o nível de serviço prestado e aumentar os números de usuários. As resoluções são as seguintes:

- Resolução 3.694/11 - Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas;
- Resolução 3.695/11 - Regulamento das Operações de Tráfego Mútuo e Direito de Passagem; e
- Resolução 3.696/11 - Regulamento para Pactuar Metas de Produção por Trecho e Metas de Segurança.

O novo modelo de concessão proposto trará ferrovias em bitola larga (1,60m), com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada. Com isso, será possível resgatar o transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio na oferta de serviços e redução de tarifas.

INSPEÇÕES FERROVIÁRIAS

Tendo por objetivo a estruturação da fiscalização ferroviária no âmbito da ANTT, foi elaborado e aprovado o Plano Anual de Fiscalização Ferroviária, com a finalidade de orientar as ações a serem executadas no acompanhamento da prestação dos serviços de transporte de cargas outorgados, assegurando o cumprimento dos contratos, de acordo com o estabelecido no Título II, da Resolução ANTT nº 044, de 4 de julho de 2004.

Nas fiscalizações, considera-se o definido na Lei de Concessões nº 8.987/95, no Regulamento dos Transportes Ferroviários - RTF, aprovado pelo Decreto nº 1.832/96, nos Contratos de Concessão e Arrendamento, e nas Normas Complementares (Título II da Resolução nº 044/ANTT). Com base em tais normas, em 2012, foram realizadas 117 inspeções programadas (técnicas, operacionais, técnico-operacionais), 56 inspeções eventuais, estas motivadas basicamente por acidentes ferroviários graves, questionamentos ou solicitações do Ministério Público, comprovação para solicitação de registro de usuário dependente, denúncias, entre outros, além de 22 inspeções de obras.

Durante as inspeções técnicas e operacionais, caso sejam identificadas deficiências na prestação de serviço público de transporte ferroviário, as Concessionárias prestadoras de serviço público são notificadas para que adotem as providências necessárias. Dependendo da gravidade da

deficiência, pode ser determinada restrição de velocidade ou outras restrições operacionais, ou até mesmo interdição do trecho ou suspensão do tráfego, quando detectado risco à segurança das operações.

Em 2012, dos 889 ofícios expedidos pela ANTT às concessionárias, 70 destinaram-se a solucionar as deficiências constatadas nas inspeções técnicas e operacionais, tais como: drenagem deficiente ou obstruída; retenção de água na plataforma; erosão em taludes de cortes ou aterros; vegetação em excesso na plataforma; bombeamento do lastro; invasões na faixa de domínio; passagens de nível sem sinalização; assoreamento na via; contaminação do lastro; lastro insuficiente; sequência de dormentes inservíveis; taxa alta de dormentes inservíveis; fixação insuficiente ou deficiente; trilhos com desgaste excessivo, patinados, corrugados ou defeituosos; defeitos em soldas de trilhos; nivelamento precário; alinhamento precário; flambagem; defeitos em juntas (juntas deformadas, desniveladas,

desligadas, etc); talas de junção fraturadas; agulha de AMV quebrada; jacaré desgastado/quebrado.

Foram ainda concedidos 21 registros para usuários dependentes do Transporte Ferroviário de Cargas.

Inspeções Programadas

A Inspeção Programada tem por finalidade a verificação “in loco” do uso, manutenção e reposição dos ativos arrendados da malha concessionada.

No exercício de 2012 foram realizadas 34 Inspeções Programadas nas malhas concedidas à FCA - Ferrovia Centro Atlântica S.A., MRS Logística S.A., ALL Malha Paulista, ALL Malha Oeste e Transnordestina Logística S.A., conforme o quadro a seguir, sendo que do Cronograma de Inspeções Técnicas e Operacionais Programadas aprovado deixaram de ser cumpridas duas inspeções, as quais deverão ser reprogramadas.



Inspeções Programadas Realizadas - 2012

Concessionária	Locais / Trechos	Período Inspeção
ALLMP	Itirapina - Panorama (SP)	30/01 a 03/02
	Estuário - Evangelista de Souza - Mairinque; Paratinga (SP)	07 a 10/02
	Itirapina - Araraquara - Colômbia (SP)	23 a 27/04
ALLMP e ALLMO	Julio Prestes - Rubião Jr - Baurui; Mairinque e Sorocaba (SP)	06 a 10/08
ALLMP e FCA	Ramal da Replan; Boa Vista Nova - Aguai (SP)	20 a 23/08
FCA	Barra Mansa - Angra dos Reis (RJ)	02 e 03/09
	Pátios de Ibiá, Patrocínio, Araguari, Uberlândia e Uberaba (MG)	28/05 a 01/06
	Divinópolis, Macaia (MG)	24 a 27/07
	Pátios de Sete Lagoas e Calsete (MG)	25/09
	Pátios de Senador Canedo, Roncador Novo e Vai-Vém (MG)	16 a 19/10
	Monte Azul-MG - Brumado-BA	12 a 16/03
	Brumado-BA - Queimadonha-BA	w19 a 23/03
	Queimadonha-BA - São Felix-BA	26 a 30/03
	Petrolina-PE - Queimadas-BA	16 a 20/04
	Queimadas-BA - Alagoinhas-BA	23 a 27/04
	Propriá-SE - Rio Real-BA	10 a 14/09
	Rio Real-BA - Camaçari-BA	17 a 21/09
	Camaçari-BA - São Félix-BA	24 a 28/09
Ramal de Itaú; Ramal de Sertãozinho	17 a 21/09	
MRS	B. Pirai - Miguel Burnier (RJ)	21 a 25/05
	Pátio Horto Florestal (MG)	15/05
	Otavio Dapieve / Saudade	16 a 20/04
TLSA	Macau-RN - Ceara Mirim-RN	06 a 10/02
	Parnamirim-RN - Paula Cavalcante-PB	13 a 17/02
	Aracapé-CE e Mucuripe-CE	02 a 06/04
	Aracapé-CE - Crateús-CE	28/05 a 01/06
	Crateús-CE - Teresina-PI	11 a 15/06
	Teresina-PI - Coroata-MA	18 a 22/06
	Coroata-MA - Sao Luis-MA	25 a 29/06
	Fortaleza-CE (Pátio Urubu)	23 a 27/08
	Crato-CE - Aracapé-CE	06 a 10/08
	Recife-PE - João Pessoa-PB	27 a 31/08
	Itabiana-PB - Arrojado-CE	01 a 05/10
Caruaru-PE - Recife-PE	29/10 a 01/11	

Fonte: Gerência de Fiscalização e Controle de Ativos Ferroviários Arrendados/ANTT

INSPEÇÕES EVENTUAIS

A Inspeção Eventual ocorre em razão de questionamentos, esclarecimentos ou denúncias feitas por algum órgão da Administração Pública,

Concessionária ou usuários, e busca a obtenção de informações para as possíveis decisões acerca das demandas.

Em 2012 foram realizadas nove Inspeções Eventuais, conforme quadro abaixo.

Concessionária	Local	Mês	Motivo	Processo
MRS	Conjunto habitacional João Paulo II localizado na Rua Edmon de Sousa Melo	JAN	Apurar denúncia de risco de desmoronamento do muro do referido conjunto habitacional	50500.016086/2012-71
FCA	Trecho ramal sul de Uberlândia (MG)	FEV	Inspeção eventual para processo de desvinculação do contrato do Ramal Sul de Uberlândia	50500.047673/2010-41
FCA	São José dos Campos, Caçapava e Taubaté (SP)	FEV	Inspeção conjunta entre ANTT e DNIT nos imóveis arrendados.	50500.059491/2011-01
FCA	Mateus Leme - MG	FEV	Apurar denúncia de risco de desmoronamento de imóvel lindeiro.w	50510.001005/2012-10
FCA	Araguari-MG	FEV E MAI	Demanda do Ministério Público do Estado de MG	50500.033804/2012-74
ALLMP	Diversos Pátios, Estado de São Paulo	FEV/ MAR/ ABR	Atendimento a decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 3ª região	50500.044340/2011-41
ALLMP	Santa Bárbara do Oeste-SP	JUL	Inspeção conjunta ANTT e DNIT por determinação judicial nos ativos ferroviários arrendados no município de Santa Bárbara do Oeste.	50500.055034/2012-11
FCA	Santo Antônio do Monte, Lavras e Divinópolis (MG)	JUL	Inspeção conjunta ANTT e DNIT	50500.028326/2011-08 50600.002154/2008-19
ALLMS	Rio Pardo, Santa Cruz e Vale Verde (RS)	AGO	Inspeção conjunta ANTT e DNIT para atendimento ao Inquérito Civil Público ICP nº 1.29.007.000243/2003-65	50520.013675/2012-60

Fonte: Gerência de Fiscalização e Controle de Ativos Ferroviários Arrendados/ANTT

Inspeções de Obras

Foram realizadas inspeções em obras relevantes de engenharia na malha operacional e na ampliação do Sistema Ferroviário Nacional. Trata-se essencialmente de acompanhamento de obras de engenharia. A frequência dessas inspeções é determinada em função do ritmo de execução dos serviços e também do tipo de obra a que se refere.

A principal obra em andamento acompanhada pela ANTT é a construção da Ferrovia Nova Transnordestina, que ligará o interior do Piauí aos Portos de Suape, em Pernambuco e de Pecém, no Ceará.

Também são realizadas inspeções em obras autorizadas pela ANTT e executadas pelas

concessionárias, seja de implantação ou de melhoria ou de recuperação de obras de arte, pátios ou outras ao longo do trecho. As principais funções desempenhadas durante a inspeção de obras são:

- Verificar se as obras em andamento estão claramente vinculadas aos projetos autorizados pela Agência por meio das Resoluções expedidas para o empreendimento, bem como avaliar a adequação da execução das obras aos projetos autorizados pela ANTT;
- Observar as frentes de trabalho, as atividades em curso e o grau de mobilização das equipes e equipamentos nos trechos inspecionados;
- Obter informações relevantes sobre o controle de qualidade das obras e verificar os relatórios

da gerenciadora contendo os controles de qualidade realizados e em curso;

- Avaliar a adequação das obras em andamento com relação à qualidade do material utilizado e dos serviços em execução em face dos projetos autorizados, o ritmo dos trabalhos, as estatísticas de acidentes, a previsão de entrega de trechos, entre outros aspectos que julgar necessário sobre as obras;
- Identificar as eventuais dificuldades apresentadas pela Concessionária e as ações que vêm sendo tomadas para mitigar essas dificuldades, de forma a garantir o bom andamento dos trabalhos;
- Verificar a exequibilidade do cronograma físico estabelecido, obtendo da Concessionária as justificativas para o seu descumprimento, quando for o caso.

As vistorias das obras desenvolveram-se em apoio aos seguintes projetos:

- Ferrovia Nova Transnordestina wwwwww/PI/CE/PE, extensão de 1.728 km, Concessionária Transnordestina Logística S.A.
- Expansão Ferroviária Alto Araguaia/MT-Rondonópolis/MT, extensão de 254 km, Concessionária América Latina Logística Malha Norte.
- Segregação dos Trens de Carga da MRS das Linhas Férreas da CPTM, trecho Suzano/SP - Manoel Feio (Itaquaquecetuba)/SP, extensão de 12 km, Concessionária MRS Logística S.A.
- Duplicação de Linha Férrea entre Pátio de Valongo (Santos/SP) - Pátio de Perequê (Cubatão/SP), extensão de 10 km, Concessionária MRS Logística S.A.

- Modernização do Trecho Ferroviário entre Horto Florestal (Belo Horizonte/MG) - General Carneiro (Sabará/MG), extensão de 8,3 km, Concessionária FCA - Ferrovia Centro Atlântica S.A.
- Melhorias na Via Permanente para Restabelecimento do Tráfego Comercial, trecho São Luiz Gonzaga/RS - Santo Ângelo/RS, extensão de 106 km, Concessionária América Latina Logística Malha Sul.
- Melhorias na Via Permanente para Retomada do Intercambio Ferroviário entre Brasil e o Uruguai, trecho Entroncamento (Cacequi/RS) - Santana do Livramento/RS, extensão de 158 km, Concessionária América Latina Logística Malha Sul.
- Duplicação de Linha Férrea Boa Vista (Campinas/SP) - Evangelista de Souza (São Paulo/SP), subtrecho Boa Vista (Campinas/SP) - Canguera (São Roque/SP) com extensão de 106 km, subtrecho Canguera (São Roque/SP) - Embu-Guaçu (São Roque/SP) com extensão de 53 km.

Meta de Fiscalização

O indicador GFF - Grau de Fiscalização Ferroviária informa o percentual de bens móveis e imóveis fiscalizados.

Esse indicador é obtido com a soma do resultado da divisão da quantidade de bens imóveis fiscalizados pelo total de bens imóveis com o resultado da divisão da quantidade de material rodante fiscalizado pela frota.

Cabe ressaltar que a meta prevista para 2012 (0,20833) foi superada, atingindo 0,28079, principalmente em função da grande quantidade de vagões (1.700) inspecionados na ALL Malha Paulista em atendimento à decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 3ª região.

Indicador GFF para 2012		
1º trimestre	$GFF = (577/13026) + (1753/44195)$	0,08396
2º trimestre	$GFF = (814/13026) + (708/44195)$	0,07851
3º trimestre	$GFF = (813/13026) + (1275/44195)$	0,09126
4º trimestre	$GFF = (315/13026) + (127/44195)$	0,02706
TOTAL	$GFF = (2519/13026) + (3863/44195)$	0,28079

Fonte: Gerência de Fiscalização e Controle de Ativos Ferroviários Arrendados/ANTT

Em números absolutos, foram inspecionados 2.519 bens imóveis e 3.863 bens móveis, de um total de 13.026 bens imóveis e 44.195 bens móveis.

Processos e Notificações de Infração

Em 2012 foram emitidas 74 notificações de infração em 10 processos administrativos para apuração de irregularidades:

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO	CONCESS	PROCESSO	DESCRIÇÃO DO PROCESSO
001/2012/GEAFA/SUCAR/ANTT 31/01/2012	ALLMO	50515.080078/2011-39	APURAR A RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA SOBRE O INVENTÁRIO DE BENS OPERACIONAIS ARRENDADOS - EQUIPAMENTOS, QUE INTEGRAM O ANEXO II DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO RFFSA DE Nº 037/96 - FERROVIA NOVOESTE S.A ENCONTRADO E MANTIDO DESATUALIZADO, TENDO SIDO DESRESPEITADO O PRAZO FIXADO PELA ANTT NOS OFÍCIOS DE NOTIFICAÇÃO PARA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL.
002/2012/GEAFA/SUCAR/ANTT 31/01/2012	ALLMP	50515.080070/2011-72	APURAR A RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA SOBRE O INVENTÁRIO DE BENS OPERACIONAIS ARRENDADOS, QUE INTEGRAM O ANEXO II DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO RFFSA DE Nº 047/98 - FERROVIAS BANDEIRANTES S.A ENCONTRADO E MANTIDO DESATUALIZADO, TENDO SIDO DESRESPEITADO O PRAZO FIXADO PELA ANTT NOS OFÍCIOS DE NOTIFICAÇÃO PARA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL.
003 a 058/2012/GEAFA/SUCAR/ ANTT 27/06/2012	ALLMS	50500.020344/2012-14	APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA ALL-MALHA SUL S.A., FRENTE AOS DANOS VERIFICADOS NOS BENS ARRENDADOS SITUADOS AO LONGO DA MALHA CONCEDIDA.
059 a 062/2012/GEAFA/SUCAR/ ANTT 20/03/2012	ALLMP	50500.032825/2012-72	NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO - IRREGULARIDADES ENCONTRADAS DURANTE INSPEÇÕES DE ATIVOS FERROVIÁRIOS ARRENDADOS NO TRECHO RAMAL DE SAMARITÁ X CAJATI.
063/2012/GEAFA/SUCAR/ANTT 30/05/2012	FCA	50500.058389/2012-61	NOTIFICAÇÃO - NÃO ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO 3.543/2010, REGISTRO DE BENS, INVESTIMENTOS E PROJETOS ASSOCIADOS.
067 a 069/2012/GEAFA/SUCAR/ ANTT 21/09/2012	FCA	50500.057095/2012-12	NOTIFICAÇÃO - VISANDO APURAR A RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA FRENTE AOS DANOS CAUSADOS NO RAMAL FERROVIÁRIO E INVASÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI/MG.
071/2012/GEAFA/SUCAR/ANTT 05/10/2012	FCA	50500.097569/2012-69	APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E APLICAÇÃO DE PENALIDADE À FCA - FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A POR SUPRESSÃO DE TRILHOS CONSTATADA DURANTE INSPEÇÃO.
072/2012/GEAFA/SUCAR/ANTT 08/10/2012	ALLMP	50500.098194/2012-54	APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E APLICAÇÃO DE PENALIDADE À ALLMP - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A POR SUPRESSÃO DE TRILHOS CONSTATADA DURANTE INSPEÇÃO.
073/2012/GEAFA/SUCAR/ANTT 08/10/2012	ALLMO	50500.098197/2012-98	APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E APLICAÇÃO DE PENALIDADE À ALLMO - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A POR SUPRESSÃO DE TRILHOS CONSTATADA DURANTE INSPEÇÃO.
074/2012/GEAFA/SUCAR/ANTT 09/10/2012	ALLMS	50500.098200/2012-73	APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E APLICAÇÃO DE PENALIDADE À ALLMS - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A POR SUPRESSÃO DE TRILHOS CONSTATADA DURANTE INSPEÇÃO.

Fonte: Gerência de Fiscalização e Controle de Ativos Ferroviários Arrendados/ANTT

Fiscalização dos Ativos Ferroviários

Durante o exercício de 2012 foram realizadas 43 inspeções, sendo 34 programadas e nove eventuais, nas malhas das Concessionárias: Ferrovia Centro Atlântica - FCA, MRS Logística, ALL Malha Sul, ALL Malha Paulista, ALL Malha Oeste e Transnordestina Logística.

Elaboração de Rotinas envolvendo bens arrendados

Com o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a ANTT e o DNIT para a Gestão dos Ativos Ferroviários, foi necessário elaborar rotinas para padronizar o tratamento a ser dado às questões relacionadas à fiscalização e ao controle dos bens ferroviários arrendados, com a participação do DNIT. As seguintes rotinas foram elaboradas e estão em fase final de aprovação pela ANTT e o DNIT.

- Solicitação, autorização e controle para desvinculação e devolução de bens arrendados não necessários à prestação adequada dos serviços de transporte ferroviário com os respectivos cálculos pelo DNIT, referentes ao ressarcimento de valores relativos à perda ou destruição, com posterior cobrança pela ANTT;
- Solicitação, autorização e controle para incorporação de bens não arrendados (Reserva Técnica - projeto de Decreto), participação de outros órgãos, tais como SPU e IPHAN;
- Solicitação, autorização e controle para atualização dos bens arrendados (transformação, reforma, remodelação, modernização);

- Solicitação, autorização e controle de transferências de bens móveis entre concessionárias;
- Solicitação, autorização e controle para substituição de bens, critérios de substituição, ressarcimento dos valores relativos à perdas/destruição ou definição de prazos de sua recuperação.

DEMAIS ATIVIDADES

No que se refere aos Instrumentos Normativos Complementares, o processo que trata das “Metodologias e Procedimentos de Revisão Tarifária”, foi levado à Consulta Pública, nº 001/2011, realizada de 09/01/2012 a 16/03/2012, prorrogada até 18 horas do dia 20 de abril de 2012. A consulta pública teve como objetivo buscar Instrumentos, com o Processo de Participação e Controle Social no âmbito da ANTT, para colher contribuições e sugestões a fim de se formalizar uma Metodologia e realizar a Revisão das Tabelas Tarifárias das Concessionárias de Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas, bem como debater os Custos Operacionais e de Remuneração do Capital empregados para efeito de determinação da tarifa de transporte ferroviário.

A implementação da Revisão Tarifária foi concluída após análise das contribuições apresentadas na Consulta Pública. Em seguida, o Processo foi encaminhado à Diretoria Colegiada com a consequente edição das Resoluções contendo as novas tabelas tarifárias, conforme planilha abaixo:

Concessionárias	Resolução nº
ALLMN	3891
ALLMO	3890
ALLMP	3889
ALLMS	3888
EFC	3893
EFVM	3892
FCA	3896
FERROESTE	3894
FTC	3898
MRS	3895
TNL	3897

No ano de 2012, foram iniciados novos processos de pactuação de Metas de Produção e Segurança para o Quinquênio (2013 - 2017), tendo em vista todas as Concessionárias encontrarem-se com metas pactuadas e publicadas.

O Plano Trienal de Investimentos - PTI também foi objeto de análise e acompanhamento pela GEROF/SUCAR. O Acompanhamento dos Planos Trienais de Investimentos das concessionárias continuam sendo realizados com base no procedimento da comparação das previsões dos investimentos e realizações dos dispêndios do exercício 2012, informados no SAFF - Investimentos.

No ano de 2012 foram instruídos 13 processos Administrativos referentes ao descumprimento contratual por parte das Concessionárias, todavia ainda encontram-se em fase de análise, defesa ou recurso.

Em virtude da publicação da Resolução ANTT 3.695/11, que aprova o regulamento das operações de direito de passagem e tráfego mútuo do subsistema ferroviário federal, foi elaborado

modelo da Declaração de Rede. Trata-se de documento que tem como objetivo consolidar as informações técnico-operacionais de toda a malha ferroviária brasileira concedida, com vistas a subsidiar o processo de planejamento das operações sob a forma de interoperabilidade ferroviária. Após análise da ANTT, a Declaração de Rede foi publicada no site desta Agência no link: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/19782.html>.

Foram encaminhados à ANTT diversos pedidos de autorização de obras pelas concessionárias de serviços públicos de transporte ferroviário de cargas, tendo sido autorizadas 95 obras na malha ferroviária.

Houve alteração na estrutura da Agência, tendo sido extinta a Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas - SUCAR, dando origem a duas novas Superintendências: a Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER e a Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas - SUROC, segmentando o transporte de cargas em Ferroviário e Rodoviário.



TRANSPORTE DE CARGAS

REGISTRO NACIONAL DE TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS - RNTRC

O Transporte Rodoviário de Cargas por conta de terceiros e mediante remuneração, conforme a Lei nº 11.442/2007 e a Resolução ANTT nº 3056/2009, depende de prévia inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC.

Ao final de dezembro de 2012, estavam regularmente inscritos no RNTRC 770.000 transportadores, sendo 650.450 autônomos, 119.230 empresas e 320 cooperativas, somando uma frota total de 1.823.253 veículos registrados para operar no transporte rodoviário de cargas no território nacional.

Rotineiramente, também são realizadas auditorias nos dados do RNTRC visando encontrar indícios de possíveis irregularidades no cadastramento.

Em 2012, foram auditados 297.343 registros de transportadores, resultando na suspensão administrativa de 14.835 empresas de transporte rodoviário de cargas.

Visando o aperfeiçoamento desta regulamentação, foram realizadas várias reuniões técnicas com representantes da classe dos caminhoneiros que resultou na construção conjunta de uma proposta de aprimoramento da referida Resolução que será submetida à Audiência Pública.

PAGAMENTO ELETRÔNICO DE FRETE - PEF

Em 2010, o Presidente da República sancionou a Lei nº 12.249 que instituiu o Pagamento Eletrônico de Frete - PEF em substituição à Carta-frete até então utilizada no setor de transporte rodoviário de cargas, regulamentada pela Resolução ANTT nº 3658/2011. O PEF visa formalizar os relacionamentos entre os embarcadores e transportadores rodoviários de cargas tendo como

foco principal os transportadores autônomos, as empresas de transporte rodoviário com até três veículos e as cooperativas cadastradas no RNTRC. Em 2011 foram habilitadas, pela ANTT, seis empresas para o fornecimento dos meios de pagamento eletrônico de frete.

Em 2012, foram habilitadas outras 12 administradoras de Pagamento Eletrônico de Frete - PEF, perfazendo 18 empresas habilitadas no total. Foram cadastradas 2.878.952 Operações de Transporte durante o ano de 2012.

No que tange ao Pagamento Eletrônico de Frete - PEF, houve construção de proposta para seu aperfeiçoamento e que será colocada em consulta Pública.

OPERADOR DE TRANSPORTE MULTIMODAL DE CARGAS - OTM

Quanto ao Transporte Multimodal de Cargas, a ANTT tem participado, junto com a ANAC, de reuniões técnicas com a Secretaria Estadual de Fazenda, no tocante à análise e definição dos procedimentos relativos ao desenvolvimento de documentações eletrônicas (Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTE, Manifesto Eletrônico, dentre outros).

Também é importante ressaltar que, está em desenvolvimento o projeto "Transporte Multimodal de Cargas", inserido na Agenda Regulatória da ANTT, tendo como objetivo principal a consolidação das informações e da legislação que impacta direta e indiretamente no Transporte Multimodal de Cargas e observar a realidade do mercado, visando simplificar os dispositivos legais para esse tipo de transporte.

No presente momento foi realizada uma pesquisa com aplicação de questionários aos Operadores de Transporte Multimodal de Cargas - OTM's, tendo como produto um relatório a ser submetido à Diretoria da ANTT.

Habilitação - Em consonância com a Resolução ANTT nº 794/2004, em 2012, foram habilitadas 64 empresas brasileiras como Operadores de Transporte Multimodal - OTM, dentre as quais 13 amparadas pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal do Mercosul.

Neste mesmo ano, foram concedidas 2 habilitações de OTM a empresas estrangeiras, que atuam exclusivamente em âmbito internacional, perfazendo um total de 433 OTM habilitados até 31 de dezembro de 2012.

Recadastramento - Ainda em atendimento à Resolução ANTT nº 794/2004, em 2012, foram recadastradas como OTM 22 empresas e canceladas 54.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS - TRIC

No caso do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas, também existiu revisão da Regulamentação envolvendo técnicos da área.

A próxima etapa será discutir mais com o setor regulado para o desenvolvimento de uma proposta definitiva a ser encaminhada à instância superior desta ANTT. A SUROC participa de reuniões bilaterais/MERCOSUL, visando atender as crescentes necessidades das partes, pelo maior grau de segurança e pela maior agilidade na movimentação de cargas.

Habilitações (Licenças Originárias e Licenças Complementares) - Quanto ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC, em atendimento aos preceitos da Resolução ANTT nº 1.474/2006, em 2012, foram concedidas 233 habilitações a empresas brasileiras e 108 habilitações a empresas estrangeiras.

No final de dezembro de 2012, estava habilitado um total de 644 empresas brasileiras autorizadas a transportar para território estrangeiro e de 1.206 empresas estrangeiras autorizadas a transportar para o Brasil, com uma frota habilitada de 63.760 veículos brasileiros e 40.065 veículos estrangeiros.

Autorização de Caráter Ocasional - Ainda sob a égide da Resolução ANTT nº 1.474/2006, foram concedidas, em 2012, 201 Autorizações de Caráter Ocasional para empresas brasileiras e 153 para empresas estrangeiras.

Modificação de Frota - A frota movimentada no ano de 2012 no TRIC gerou 6.204 documentos de Modificação de Frota de empresa brasileira e processou 2.512 documentos referentes à frota estrangeira.

Autorizações de Trânsito - Foram concedidas às empresas brasileiras 28 Autorizações de Trânsito por território estrangeiro, em 2012, e 30 às empresas estrangeiras para transitar por território brasileiro no mesmo período.

Autorizações Complementares - Em 2012, foram atualizadas no Sistema de Controle de Frotas - SCF, 335 Licenças Complementares concedidas a empresas brasileiras.

Atualizações Cadastrais - As empresas brasileiras tiveram, em 2012, um total de 427 atualizações cadastrais, incluindo elaboração de relatório de Modelo A (quadro de frota).

Portarias - No ano de 2012, foram elaboradas 239 Portarias referentes às Habilitações concedidas no TRIC e eventuais impedimentos de operar por dois anos consequentes de processos administrativos.

Emolumentos - O valor arrecadado pelo Tesouro Nacional, em 2012, referente aos emolumentos pagos no TRIC, somou aproximadamente R\$ 336,5 mil.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

Em relação ao Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, foram publicadas as Resoluções ANTT nº 3.762, 3.763, 3.886 e 3.887, as quais promovem alterações tanto no Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, Resolução ANTT 3.665/2011, quanto em suas Instruções Complementares - Resolução ANTT nº. 420/2004.

Tais Resoluções tiveram origem tanto em pleitos do setor regulado como na necessidade de harmonizar disposições da regulamentação com o que já vem sendo praticado no exterior, com o objetivo de facilitar, entre outros, a importação e exportação de produtos perigosos.

Também foram publicadas as Resoluções ANTT nº 3.880/2012 e 3.924/2012, as quais estabelecem códigos e desdobramentos para as infrações aplicáveis devido à inobservância do Regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos. Ademais, conforme previsto na Agenda Regulatória, foram elaboradas Minutas das Partes

1 a 5 para publicação de Resolução atualizando integralmente a Resolução ANTT nº. 420/2004 com base na última edição das Recomendações para o Transporte de Produtos Perigosos da Organização das Nações Unidas.

Por fim, em relação às Instruções para Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprovadas pela Portaria MT nº 349/2001, foram realizadas tratativas junto ao Ministério dos Transportes e DENATRAN e providenciada a sua revogação, tendo em vista que suas disposições encontravam-se defasadas em função da atualização da Regulamentação.

Autos Lavrados

Período	Total	Excesso de Peso	RNTRC	Vale-Pedágio	TRIC	PEF	TRPP
2006	30.580	22.736	1.947	5.866	31	-	-
2007	55.143	43.227	4.936	6.962	18	-	-
2008	58.265	54.411	2.321	1.369	164	-	-
2009	88.544	78.732	2.500	7.231	81	-	-
2010	143.716	124.412	13.301	5.358	645	-	-
2011	150.239	133.165	10.845	5.266	963	-	-
2012	176.618	147.294	16.345	5.084	1.377	5.488	1.030
Total período	703.105	603.977	52.195	37.136	3.279	5.488	1.030

Fonte: Gerência de Fiscalização e Controle de Ativos Ferroviários Arrendados/ANTT

Conforme se pode observar no quadro acima, no ano de 2012, foram lavrados 176.618 autos relativos a infrações no Transporte Rodoviário de Cargas. Além das ações de fiscalização descritas nos itens anteriores, em 2012 foram implementadas as Fiscalizações nas Dependências de Empresas (FDE) com início em julho/2012.

As operações especiais de fiscalização realizadas, conforme a descrição a seguir, também merece destaque: Integração Máxima I, com foco nas fiscalizações do PEF; Integração Máxima II, com foco nas fiscalizações do transporte rodoviário clandestino de passageiros; e Integração Máxima III, com foco nas fiscalizações do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC).



TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS, OPERADOS POR ÔNIBUS DO TIPO RODOVIÁRIO.

Plano de Outorga

Em 2011, foi aberta para recebimento de contribuições a Audiência Pública nº 120/2011, que submeteu o Plano de Outorga dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, operados por ônibus do tipo rodoviário à avaliação da sociedade, com significativa participação dos interessados.

Em 2012, após o período destinado ao recebimento de manifestações, foi feita a análise das contribuições e a preparação do relatório da Audiência Pública nº 120/2011, tendo sido analisadas 240 manifestações. As principais alterações realizadas no Plano de Outorgas foram as seguintes:

- revisão dos processos de racionalização;
- alterações no procedimento de inclusão de linhas a licitar;
- alterações no procedimento de cálculo de frota;
- redistribuição das linhas em grupos e lotes;
- incorporação no modelo econométrico adotado para definição dos custos dos serviços do valor da multa que incide sobre o FGTS.

Em 17 de abril de 2012, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução ANTT nº 3.798 em que a Diretoria da ANTT aprova as atas e o Relatório da Audiência Pública nº 120/2011, assim como o encaminhamento do Plano de Outorga ajustado às contribuições recebidas ao longo da Audiência

Pública ao Ministério dos Transportes - MT, que o acolhe de forma preliminar e determina seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União - TCU, em cumprimento à Instrução Normativa nº 27/1998. Após análise, o Plano foi aprovado pelo TCU, sem recomendações, por meio do Acórdão nº 2.903/2012 - TCU - Plenário. O Plano de Outorga aprovado foi reencaminhado por meio do Ofício nº 924-2012-DG, em 21 de novembro de 2012, para aprovação final pelo MT.

Edital e Minuta de Contrato

A ANTT, por meio da Deliberação nº 283, de 20 de dezembro de 2011, aprovou a Audiência Pública nº 121/2011 (Processo nº 50500.011016/2012-27), que foi realizada no período de 10/01/2012 a 09/03/2012, com o objetivo de obter subsídios para as Minutas do Edital de Licitação e do Contrato de Permissão dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, operados por ônibus do tipo rodoviário.

Durante o período de audiência pública foram realizadas sessões públicas presenciais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Brasília e Recife.

A ANTT recebeu 130 manifestações que abordaram, por diversas vezes, mais de um aspecto do Edital de Licitação e/ou do Contrato de Permissão, resultando em 536 contribuições distintas. Houve ampla participação dos diversos segmentos envolvidos com o setor de transportes.

Ao longo do ano foram avaliadas e respondidas todas as contribuições recebidas e aquelas aceitas geraram alterações no Edital de Licitação e/ou no Contrato de Permissão. Os principais ajustes realizados em função das contribuições recebidas na audiência Pública foram:

¹As manifestações abordaram, por diversas vezes, mais de um aspecto, resultando em 632 contribuições distintas, todas analisadas e respondidas.

Os documentos gerados após abertura da Audiência Pública nº 120/2011, integram o processo nº 50500.067141/2011-19.

- alteração no anexo do Contrato de Permissão que trata das medidas de flexibilização;
- alteração nos prazos previstos para a implantação dos sistemas automatizados para obtenção de dados de demanda e de oferta;
- alteração no anexo do Contrato de Permissão que trata do Sistema de Avaliação de Desempenho das Permissionárias;
- alteração nas exigências relacionadas à comprovação da frota;
- alteração nas regras para determinação dos representantes legais das proponentes;
- alteração nos prazos para concessão de descontos, conforme as regras de tarifa promocional dispostas na Resolução ANTT nº 1.928/2007;
- alteração nas regras relacionadas aos procedimentos para assinatura dos Contratos de Permissão;
- alteração nas regras de participação de empresas estrangeiras.

A audiência pública oportunizou, de forma ampla, a participação da sociedade na elaboração das minutas de edital e contrato, cumprindo, fielmente, as normas constitucionais.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL SEMIURBANO DE PASSAGEIROS

Estudos Realizados

Foram finalizados estudos no âmbito do Contrato nº 006/2010 que tratou da realização de pesquisa voltada à quantificação da oferta e da demanda;



caracterização e classificação dos serviços; definição dos mecanismos e a construção de instrumentos para a delegação de competência administrativa e para a delegação da prestação dos serviços, relacionados ao transporte coletivo regular rodoviário interestadual de passageiros de curta distância.

Ao longo do primeiro semestre de 2012, foi entregue pela empresa contratada nova versão do Sumário Executivo, último produto referente ao Contrato nº 006/2010, que foi analisada e aprovada pela ANTT, Em 28 de fevereiro de 2012, a contratada realizou workshop com apresentação dos principais resultados alcançados com o trabalho desenvolvido.

Plano de Outorga e Projetos Básicos dos Serviços de Transporte Rodoviário Semiurbano de Passageiros que atendem o Distrito Federal e seu Entorno.

Em novembro de 2011 o Plano de Outorga foi encaminhado ao Ministério dos Transportes.

No primeiro semestre de 2012, a ANTT recebeu duas consultas do ministério sobre esclarecimentos quanto a aspectos técnicos e jurídicos do Plano de Outorgas e do Processo de Licitação.

Em 20 de junho de 2012, por meio do Despacho do Ministro dos Transportes nº 299/2012/GM/MT, o Plano de Outorga foi acolhido preliminarmente e determinada sua submissão à Audiência Pública.

A Deliberação nº 232/2012, de 18 de outubro de 2012, determinou a abertura da Audiência Pública (AP nº 129/2012), franqueada aos interessados, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento do Plano de Outorga dos Serviços de Transporte Rodoviário Semiurbano de Passageiros que atendem a Região do Distrito Federal e dos Municípios de seu Entorno, operados por ônibus do tipo urbano.

O período para envio de contribuições da Audiência ocorreu entre o dia 30 de outubro de 2012 ao dia 28 de dezembro de 2012. Houve

sessão presencial em 11 de dezembro de 2012, realizada em Brasília - DF. Ao longo da Audiência Pública foram recebidas 47 contribuições que se desmembraram em 133 tópicos a serem analisados pela equipe técnica.

Adicionalmente, foram realizadas duas reuniões participativas de caráter técnico, para colher insumos e informações que poderiam contribuir para a evolução das metodologias empregadas no desenvolvimento do Plano de Outorgas.

Na primeira reunião participativa, realizada em 29 de novembro de 2012, foram convidados os principais atores afetados pelo processo licitatório, sobretudo associações de usuários, de trabalhadores do setor e de prestadores de serviços de transporte nacionais e da região do DF e de seu Entorno.

Na segunda reunião, realizada em 04 de dezembro de 2012, foram convidados representantes de órgãos gestores, do governo do Distrito Federal, do estado de Goiás, das prefeituras dos municípios atendidos pelo serviço, do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União, do Ministério dos Transportes, da Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE (Ministério da Fazenda), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO (Ministério da Integração Nacional) e universidades.

Plano de Outorga e Projetos Básicos dos Serviços de Transporte Rodoviário Semiurbano de Passageiros de todo o País, à exceção da região do Distrito Federal e dos municípios de seu Entorno. No primeiro semestre de 2012 foi finalizado o Plano de Outorga dos serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano que atendem todo o país, à exceção da região do Distrito Federal e dos municípios de seu entorno. O referido plano contempla 32 ligações, atendidas por 44 linhas de transporte que transportam aproximadamente 15,3 milhões de passageiros por ano, de acordo com pesquisa de campo realizada em 2010.

Edital de Licitação

Com base nos produtos entregues no âmbito do Contrato nº 006/2010, foi dada continuidade às

discussões técnicas e adequações nos documentos que resultarão nas minutas de Edital de Licitação, Contrato de Permissão e seus respectivos anexos, tanto para os serviços interestaduais semiurbanos que atendem à região do DF e Entorno quanto para os demais serviços interestaduais semiurbanos existentes no país.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS - LONGA DISTÂNCIA E SEMIURBANO

Após terem sido realizados estudos que indicavam a necessidade de alteração do regime de delegação dos serviços regulares de transporte rodoviário internacional de passageiros, a ANTT aguarda posicionamento do Ministério dos Transportes para dar continuidade ao trabalho.

Plano de Comunicação

Ao longo do ano de 2012, realizou-se o atendimento às solicitações de informações e questionamentos da imprensa, usuários, operadores e órgãos gestores estaduais referentes à pesquisa de campo e à licitação dos serviços operados por ônibus do tipo rodoviário e urbano.

Foram elaboradas cartilhas sobre a licitação do transporte semiurbano, enviadas para empresas, prefeituras do Entorno do Distrito Federal, Secretarias de Transporte e distribuídas nos terminais rodoviários do DF e Entorno.

O hotsite do ProPass (<http://propass.antt.gov.br/>), foi alimentado com os dados referentes aos serviços de transportes interestadual operados por ônibus rodoviário, decorrentes da versão do Plano de Outorga consolidado após a Audiência Pública nº 120/2011, bem como os relacionados ao Plano de Outorga dos serviços semiurbanos que atendem o Distrito Federal e seu Entorno, referentes à Audiência Pública nº 129/2012.

ESQUEMA OPERACIONAL DO TRANSPORTE SEMIURBANO

Esse tema visa definir as regras e os procedimentos para a elaboração e a manutenção do esquema operacional dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional semiurbano de passageiros.

No primeiro semestre de 2012, foram concluídas as etapas de discussão, análise e preparação da documentação necessária à regulamentação da matéria.

No segundo semestre de 2012, a proposta inicial foi objeto de ajustes e adequações, resultando numa proposta de resolução que deverá ser submetida ao processo de Participação e Controle Social, na modalidade de Audiência Pública.

CARACTERÍSTICAS VEICULARES E DEFINIÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇO E DOS MULTIPLICADORES TARIFÁRIOS DOS SERVIÇOS DIFERENCIADOS

Em abril de 2012 foram concluídos os estudos e encaminhada proposta de minuta de Resolução para definir os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e suas características, e estabelecer especificações e padrões técnicos a serem observados nos ônibus utilizados na operação desses serviços, assim como estabelecer os multiplicadores tarifários a serem adotados nos serviços diferenciados.

Por meio da Deliberação nº 075/2012, de 13/04/2012, foi autorizada a realização da Audiência Pública (AP) nº 124/2012 para colher sugestões acerca da proposta de Resolução.

O período para recebimento de contribuições da AP nº 124/2012 transcorreu entre 13/04/2012 a 23/05/2012, com a realização de uma sessão pública presencial em Brasília - DF no dia 08/05/2012. Ao longo de tal período foram recebidas 91 contribuições que foram integralmente analisadas pela ANTT, resultando em algumas alterações na minuta de Resolução.

No segundo semestre de 2012, o Relatório da Audiência Pública nº 124/2012 foi aprovado pela

Diretoria Colegiada desta ANTT, bem como a Súmula da Ata da Audiência Pública, finalizando-se todas as etapas no âmbito da Agenda Regulatória 2011/2012.

Após a aprovação do relatório da Audiência Pública pela Diretoria Colegiada, o processo retornou à SUPAS para definir um prazo adequado para que se inicie a vigência dos novos Coeficientes Tarifários.

INDICADORES DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS REGULARES

O tema trata da elaboração de propostas de sistema de indicadores de desempenho para os serviços regulares operados por ônibus rodoviário e para os serviços regulares semiurbanos.

A proposta de indicadores de desempenho dos serviços regulares, operados por meio de ônibus rodoviários, foi desenvolvida e incluída como o Anexo V do Contrato de Permissão submetido, conjuntamente com o Edital de Permissão, à Audiência Pública (AP) nº 121/2011. A partir da análise das contribuições recebidas ao longo da AP nº 121/2012, foram feitas adequações necessárias no Anexo V - Sistema de Avaliação de Desempenho.

No que tange aos indicadores de desempenho dos serviços regulares semiurbanos de passageiros, operados por ônibus do tipo urbano, durante o ano de 2012, foram concluídos os estudos prévios para embasar proposta de regulamentação sobre o tema.

INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELAS TRANSPORTADORAS SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS

O tema “Informações apresentadas pelas transportadoras sobre os Serviços Prestados” visa estabelecer procedimento que permita obter informações sobre a demanda de passageiros e a oferta dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de forma mais detalhada e confiável.

Ao longo do ano de 2012, foram realizados estudos e discussões com o intuito de propor alterações na Resolução ANTT nº 3.524, de 26/05/2012. Os estudos foram concluídos em dezembro com a proposição de ajuste na regulamentação vigente sobre o assunto.

REGRAS PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DE TERCEIROS

O tema visa avaliar os procedimentos relacionados à utilização de ônibus de terceiros e, caso necessário, proceder a adequações na Resolução nº 1.417/2006.

Em 2012 iniciaram-se os estudos sobre a legislação que trata do tema e foram levantadas, ainda, outras informações que possam auxiliar no diagnóstico de eventuais inconsistências e limitações da Resolução nº 1.417/2006.

BILHETE DE PASSAGEM

Este tema refere-se à elaboração de Resolução que irá estabelecer as condições gerais relativas à venda de bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte terrestre interestadual e internacional de passageiros, em cumprimento à Lei nº 11.975/2009, que trata sobre a validade do bilhete de passagem. A minuta de Resolução foi submetida à Audiência Pública nº 123/2012 e encontra-se na Diretoria Colegiada para decisão.

REVISÃO DA REGULAMENTAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DOS PASSAGEIROS

Esse tema trata da Revisão dos Procedimentos de Identificação de Passageiros do Título IX da Resolução ANTT nº 18/2002, tendo em vista as alterações propostas na regulamentação relativa à venda de bilhetes de passagem, consolidadas nas Audiências Públicas nº 113/2011 e 123/2012.

Em 2012 foram feitos os estudos referentes ao tema que resultaram, em dezembro de 2012, na apresentação de minuta de resolução que incorpora o novo regramento decorrente das modificações feitas da regulamentação referente à venda de bilhetes de passagem.

REVISÃO DAS PENALIDADES E REGULAMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS EM FISCALIZAÇÃO

Em 2012 foram criados dois grupos de trabalho com o objetivo de rever, respectivamente, as penalidades e as medidas administrativas aplicáveis em fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Em razão de tratarem de temas fortemente correlacionados, os grupos foram unificados e os estudos com vistas a atualizar a legislação de penalidades e avaliar a proposição de procedimentos relativos às medidas administrativas que podem ser estabelecidas pela ANTT foram executados de forma concomitante até dezembro de 2012.

TACÓGRAFO

Em 2012 iniciaram os estudos com vistas a aumentar o uso do tacógrafo na fiscalização dos serviços de transporte. As etapas previstas no âmbito da Agenda Regulatória 2011/2012 estão em andamento. Foram concluídos os estudos sobre o levantamento da legislação e das resoluções da ANTT que tratam do tema e foram levantadas as demandas e proposições da fiscalização sobre o assunto. Iniciaram-se em 2012, ainda, as etapas relacionadas à avaliação da competência legal da ANTT para regular a matéria e de avaliação da necessidade de adequar as resoluções vigentes em virtude dos estudos realizados nas fases anteriores do trabalho.

REVISÃO DAS REGRAS PARA TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA E CONTROLE SOCIETÁRIO

Esse tema trata da revisão dos procedimentos de transferência de outorga e controle societário, constantes na Resolução ANTT nº 1.445/2006 e na Resolução ANTT nº 3.076/2009.

Em 2012, foram iniciados os estudos necessários ao desenvolvimento do projeto, com o objetivo de adequar as normas internas que tratam de transferência de outorgas e controle societário ao marco regulatório dos serviços rodoviários de transporte de passageiros disposto no Edital de Licitação/Contrato de Permissão submetidos à AP nº 121/2012.

SISTEMA DE MONITORAMENTO AUTOMATIZADO

Ao longo do ano de 2012 foi mantido apoio, no âmbito das competências da SUPAS, à efetivação do Monitoramento Automatizado da Operação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (MONITRIIP), cuja execução está sob a responsabilidade do Gabinete do Diretor Geral.

Foram realizadas pesquisas referenciais com diversas instituições afetas ao ramo de atividade de sistemas de monitoramento de veículos, de forma a permitir a compreensão da dimensão e complexidade necessária para o desenvolvimento e obtenção dos resultados desejados com o monitoramento.

Com isso foi possível aprimorar o Termo de Referência para obtenção das soluções tecnológicas para a implementação do MONITRIIP.

INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR

Em continuidade ao aperfeiçoamento da gestão e o controle do Laudo de Inspeção Técnica (LIT), instrumento que tem por objetivo atestar a segurança dos veículos usados na prestação dos serviços de transporte de passageiros, foram realizadas diversas reuniões internas e externas no intuito de viabilizar a sistematização da emissão do LIT junto ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

Como resultado dessas reuniões, foi viabilizada a utilização do Sistema de Certificação de Segurança Veicular e Vistorias (SISCSV) para a emissão do LIT com o escopo referente à NBR 14.040 atualmente exigida pela ANTT. Iniciou-

se a utilização do SISCSV, em setembro de 2012, como também foi iniciada a negociação para evolução do sistema do DENATRAN para melhor atender as necessidades da ANTT.

Dessa forma, os trabalhos na Agenda Regulatória continuam em fase de estudos devido à complexidade e abrangência do tema e a necessidade de adequações no SISCSV do DENATRAN.

TERMINAL ADICIONAL

De forma a ampliar o acesso ao sistema de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, ao longo do ano 2012, foi dada continuidade aos estudos com vistas à preparação de minuta de resolução, com o objetivo de rever a Resolução ANTT nº 767/2004 que trata dos critérios e procedimentos para autorização da utilização de terminal rodoviário adicional, dentro do mesmo município, em ponto de seção autorizado, nos serviços regulares de transporte interestadual e internacional de passageiros, localizado após o início da viagem.

ACESSIBILIDADE

O Congresso aprovou duas leis que tratam da acessibilidade do deficiente, inclusive no transporte público. A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, deu prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Já a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Em dezembro de 2004 foi publicado o Decreto nº 5.296 regulamentando as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, tratando nos arts. 38 e 39 a temática da acessibilidade no transporte coletivo rodoviário.

Assim, por força da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, coube a ANTT regular a acessibilidade

no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Deu-se início aos trabalhos de estudo e pesquisa em 2008, culminando na elaboração de uma minuta de resolução, submetida à audiência pública em 2011. Após a realização da Audiência Pública nº 114, em 2011, a Diretoria aprovou o relatório final da audiência pública e fez publicar a Resolução nº 3.871, de 1º de agosto de 2012, que estabelece procedimentos a serem observados pelas empresas transportadoras, para assegurar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na utilização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Por meio da Deliberação nº 199/2012, a ANTT determinou que seus fiscais realizassem fiscalização educativa, sem caráter punitivo, orientando os usuários e empresas quanto aos seus direitos e deveres, bem como procedimento previsto na nova resolução.

Em face da solicitação das entidades do setor regulado, foi realizada alteração da Resolução nº 3.871/2012, através da Resolução nº 3.923, de 6 de novembro de 2012, flexibilizando a forma da prestação das informações, conforme a particularidade delas, bem como conferindo maior tempo de adaptação dos guichês de venda não localizados em terminais e pontos de seção.

Buscou-se com isso, conferir maior eficácia social a norma, facilitando o cumprimento das normas técnicas pelas empresas, mas respeitando os limites necessários para garantir a acessibilidade na prestação do serviço aos usuários.

Com a publicação da Resolução nº 3.871/2012 e a realização de fiscalização educativa, garante-se maior divulgação dos itens de acessibilidade necessários à concretização da prestação de serviço adequado aos usuários com deficiência ou mobilidade reduzida. Também confere instrumentos concretos para a ANTT exigir o cumprimento da norma, culminando na real eficácia social da norma ao garantir autonomia aos passageiros com deficiência.

Busca-se, com isso, garantir transporte a todos, de forma igualitária e adequada, cumprindo com a missão da ANTT.

REVISÃO DA REGULAMENTAÇÃO DE FRETAMENTO

A prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento, é regulada pela Resolução ANTT nº 1.166/2005.

Tendo em vista a evolução desse mercado e a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de controle, encontra-se em estudo a alteração da Resolução que disciplina esse setor de forma a contemplar as adequações necessárias nas regras e procedimentos aplicáveis ao mercado de fretamento e melhorias nos sistemas informatizados de autorização e gestão dos serviços com o intuito de possibilitar maior agilidade nas análises.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

A prestação dos serviços de transporte ferroviário de passageiros encontra-se regulamentada por meio do Decreto nº 1.832, de 04/03/1996. Entretanto, em virtude das demandas por melhorias nos serviços prestados e do aumento do interesse pelo uso desse modal, faz-se necessário tanto o aperfeiçoamento dos procedimentos e normas legais para o transporte ferroviário não regular (trens turísticos), quanto à elaboração da regulamentação do transporte ferroviário regular de passageiros.

Foi criado um grupo de trabalho com a finalidade de tratar da matéria relativa ao “Transporte Ferroviário de Passageiros”, incluída na Agenda Regulatória - Eixo Temático 4. Em 2012, foi solicitada a elaboração de estudos ao Consórcio Estudos Regulatórios no âmbito do Contrato nº 49/2011 para subsidiar o grupo de trabalho.

Estudos sobre viabilidade do transporte ferroviário de passageiros no trecho Luziânia (GO) - Brasília (DF).

Em 2012, com base no acordo de cooperação técnica firmado em 2011 entre a ANTT, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério dos Transportes, o Governo do Distrito Federal, o Governo do Estado de Goiás, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), iniciaram-se os estudos sobre o assunto.

Neste sentido, no 2º semestre de 2012, foi elaborado pela ANTT o Termo de Referência para a contratação de empresa para promover os estudos técnicos necessários para embasar a posterior outorga da prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na ligação Luziânia (GO) - Brasília (DF).

Em 21 de dezembro de 2012 foi publicada no Diário Oficial Portaria Sudeco nº 65, que instituiu a Comissão de Licitação, com a participação de representante da SUPAS, para a contratação dos estudos para avaliar a viabilidade do transporte ferroviário de passageiros no trecho Luziânia-Brasília.

Estudos sobre viabilidade do transporte ferroviário de passageiros e cargas no trecho Brasília (DF) - Anápolis/Goiânia (GO).

Por meio do Aviso de Manifestação de Interesse do Banco Mundial, publicado no DOU de 17 de setembro de 2012, tendo a ANTT como responsável pela contratação, foi feito um chamamento, voltado para as entidades interessadas, com o objetivo de desenvolver serviços de consultoria para estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental (EVTEA) necessários à outorga da exploração do serviço público de transporte ferroviário regular de passageiros e de cargas no trecho Brasília/DF - Anápolis/Goiânia/GO.

A Portaria ANTT nº 255, de 5 de outubro de 2012, alterada em 31 de outubro de 2012, conforme publicação no DOU de 1º de novembro de 2012, constituiu Comissão Especial de Licitação que avaliou 41 proponentes, selecionando seis para a segunda fase da licitação que terá continuidade em 2013.

FISCALIZAÇÃO

TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS (TRIIP)

execução de 99,17% em relação à meta física para o período (372.666 veículos).

No ano de 2012 foram fiscalizados 369.564 veículos no TRIIP. O resultado obtido representa

Destacam-se, nas tabelas abaixo, evolução quantitativa das fiscalizações efetuadas e dos autos lavrados no período entre 2006 a 2012.

Período	Veículos Fiscalizados				
	Total	Terminais	OS	Comandos	FTO
2006	178.758	81.483	4.087	92.944	244
2007	362.862	286.181	6.054	70.441	186
2008	358.928	300.472	5.429	52.750	277
2009	320.985	302.292	1.129	16.524	1.040
2010	398.146	370.488	1.239	24.717	1.702
2011	414.724	385.724	3.338	25.580	82
2012	369.564	333.713	3.063	32.788	-
Total período	2.403.967	2.060.353	24.339	315.744	3.531

Fontes: Veículos Fiscalizados - SISFIS e Unidades Regionais (Veículos fiscalizados em 2012 e FTO).

Período	Autos Lavrados				
	Total	Terminais	OS	Comandos	FTO
2006	12.881	8.655	1.715	2.447	64
2007	15.916	9.809	2.149	3.927	31
2008	13.287	8.192	2.112	2.952	31
2009	13.230	9.200	566	3.440	24
2010	25.452	17.420	1.578	6.382	72
2011	31.140	20.739	2.761	7.616	24
2012	24.849	13.154	1.343	10.352	-
Total período	136.755	87.169	12.224	37.116	246

Fonte: Autos Lavrados - SISMULTAS e Unidades Regionais (Autos lavrados em 2012). Dados sujeitos a revisão.

O primeiro quadro mostra que do total de fiscalizações do TRIIP em 2012, 333.713 (90,30%) refere-se a veículos fiscalizados em Postos de Fiscalização e Atendimento (PFA) localizados em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros.

Ressalte-se que os Postos de Fiscalização e Atendimento são instalados em terminais de embarque e desembarque de passageiros cuja capacidade operacional justifique fiscalização permanente. Em terminais de menor condição operacional a fiscalização é realizada mediante comandos operacionais.

Cabe ao fiscal garantir o cumprimento da legislação, verificando as condições dos veículos prestadores de serviço, seus itens obrigatórios, o cumprimento dos benefícios do idoso e do passe livre, entre outras atribuições.

Essa modalidade de fiscalização não é realizada apenas nos ônibus, mas também em guichês.

Nos comandos em rodovias foram fiscalizados 32.788 veículos no ano de 2012.

Destaque-se que a fiscalização de comando é realizada em rodovias, sempre com o apoio do

órgão de trânsito com circunscrição sobre a via, além de outros órgãos, com o objetivo de verificar a prestação do serviço de TRIIP regular e sob regime de fretamento.

Por fim, outros 3.063 veículos foram fiscalizados em atendimento a ordens de serviço.

As Fiscalizações por Ordens de Serviço são realizadas com o objetivo de apurar denúncias apresentadas em desfavor de empresas prestadoras de serviços regulares, prestadoras de serviços especiais (fretamento) e clandestinas ou para atender a eventuais demandas específicas.

Nesta modalidade foram registrados 467 acidentes e 296 assaltos no ano de 2012.

Conforme se observa no segundo quadro foram lavrados 24.849 autos de infração do TRIIP em 2012.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS

Em 2012 foram realizadas 16.398.475 fiscalizações no segmento Transporte Rodoviário de Cargas.

O resultado obtido representa execução de 138,83% da meta proposta para o exercício. Conforme demonstrado nos quadro abaixo.

Período	Veículos Fiscalizados								
	Total	Excesso de Peso		EPNF	RNTRC	Vale-Pedágio	TRIC	PEF	TRPP
		Balança Seletiva	Balança Precisão						
2006	8.798.298	6.766.015	2.032.283	-	-	-	-	-	-
2007	8.119.761	6.552.389	1.567.372	-	-	-	-	-	-
2008	8.084.504	6.304.274	1.780.230	-	-	-	-	-	-
2009	8.129.162	6.306.409	1.685.463	1.106	5.932	8.725	1.527	-	-
2010	12.543.711	10.307.573	2.031.899	7.171	122.331	33.058	41.679	-	-
2011	14.430.962	12.030.771	2.205.043	14.290	107.903	28.443	44.512	-	-
2012	16.398.475	13.590.968	2.561.597	12.184	124.635	34.564	38.054	35.665	808
Total período	76.504.873	61.858.399	13.863.887	34.751	440.801	134.790	135.772	35.665	808

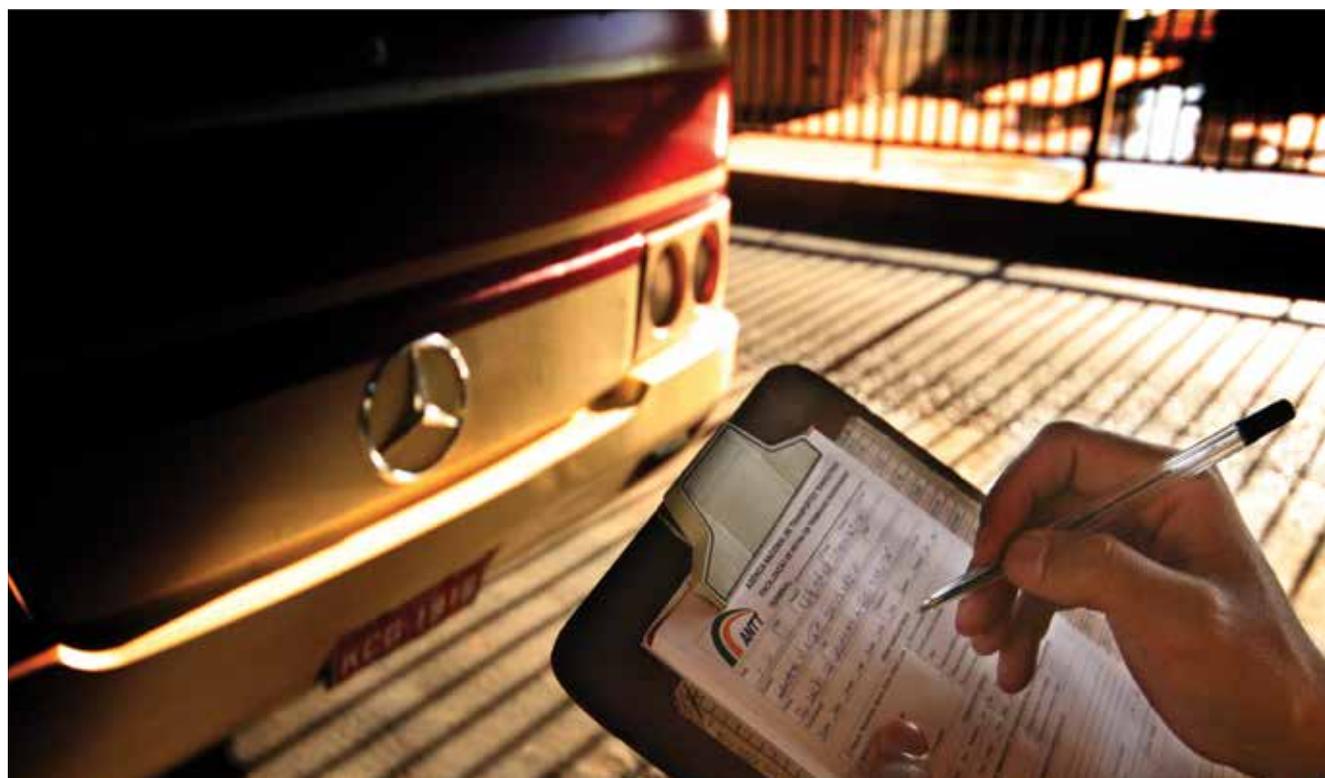
Fonte: Veículos Fiscalizados - Unidades Regionais; Autos Lavrados - SGM, SISMULTAS e Unidades Regionais (Autos Lavrados em 2012);

Obs*: Dados de Veículos Fiscalizados referentes a Excesso de Peso por Nota Fiscal, RNTRC, Vale-Pedágio e TRIC anteriores a 2009 indisponíveis.

Obs**: Nos dados referentes a "Veículos Pesados", "Balança Precisão", estão incluídos os dados das balanças fixas lentas e das balanças móveis.

Obs***: Dados incluem Excesso de Peso em Balanças e Excesso de Peso por Nota Fiscal.

Obs****: Início das fiscalizações de Produtos Perigosos (PP) em Agosto/2012.



EXCESSO DE PESO

Do total de fiscalizações realizadas em 2012, 16.164.749 (98,57%) referem-se à modalidade Excesso de Peso, tendo sido realizadas 16.152.565 (99,92%) fiscalizações em balanças rodoviárias e 12.184 (0,08%) fiscalizações por verificação de peso em documento fiscal (EPNF).

A fiscalização do excesso de peso representa ferramenta potencial para preservação das condições estruturais das rodovias federais concedidas, além de contribuir fortemente para o acréscimo da segurança de trânsito.

REGISTRO NACIONAL DE TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS (RNTRC)

Foram fiscalizados 124.635 veículos quanto à regularidade no RNTRC. Destaca-se que a fiscalização referente à regularidade no RNTRC pode ocorrer em todo o Brasil, por fiscais da ANTT ou de entidades conveniadas.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS (TRIC)

Em 2012, 38.054 veículos foram fiscalizados quando da prestação de TRIC. O TRIC é operado com base no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT) de que trata o Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990, onde foram definidas as normas para execução do serviço. Em geral as operações de fiscalização da Agência referentes a essa modalidade de fiscalização são programadas, e ocorrem nos pontos de fronteiras terrestres de maior movimentação.

VALE-PEDÁGIO OBRIGATÓRIO

No que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório, foram fiscalizados 34.564 veículos no ano de 2012. Deve ressaltar-se que a fiscalização referente ao Vale-Pedágio Obrigatório é operacionalizada pela ANTT, nas rodovias concedidas, mediante ação direta de fiscais da própria ANTT ou de entidades conveniadas.

PAGAMENTO ELETRÔNICO DE FRETE (PEF)

Quanto à regularidade do PEF, foram fiscalizados 35.665 veículos no ano de 2012. Essa modalidade de fiscalização se iniciou em maio/2012. A fiscalização do PEF pode ocorrer em todo o território nacional. Neste tipo de fiscalização os fiscais devem verificar se houve o cadastramento da operação de transporte e o registro do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT no documento de transporte e se a maneira utilizada para o pagamento do frete ao transportador cumpriu com as exigências regulamentares.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS (TRPP)

Em 2012, 808 veículos foram fiscalizados quando da prestação do TRPP. Destaque-se que suas fiscalizações deram início em agosto/2012. Ademais, a fiscalização do TRPP compete à ANTT, sem prejuízo das autoridades com circunscrição sobre a via por onde transite o transportador e pode ocorrer em todo o território nacional.

Período	Autos Lavrados						
	Total	Excesso de Peso	RNTRC	Vale-Pedágio	TRIC	PEF	TRPP
2006	30.580	22.736	1.947	5.866	31	-	-
2007	55.143	43.227	4.936	6.962	18	-	-
2008	58.265	54.411	2.321	1.369	164	-	-
2009	88.544	78.732	2.500	7.231	81	-	-
2010	143.716	124.412	13.301	5.358	645	-	-
2011	150.239	133.165	10.845	5.266	963	-	-
2012	176.618	147.294	16.345	5.084	1.377	5.488	1.030
Total período	703.105	603.977	52.195	37.136	3.279	5.488	1.030

Fonte: SGM, SISMULTAS e Unidades Regionais (Autos Lavrados em 2012)

Conforme se pode observar no quadro acima, no ano de 2012 foram lavrados 176.618 autos relativos a infrações no Transporte Rodoviário de Cargas.

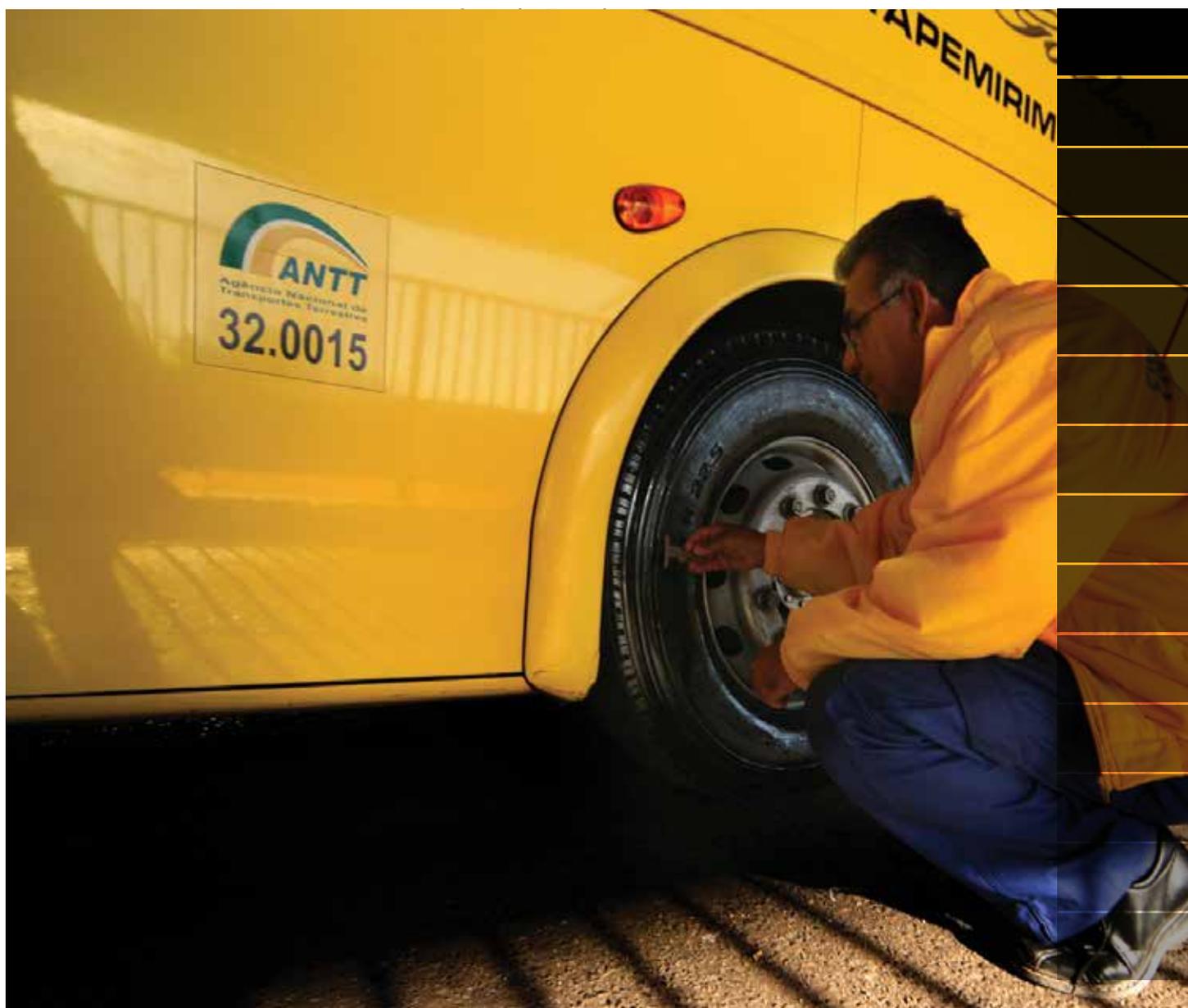
Além das ações de fiscalização descritas nos itens anteriores, em 2012 foram implementadas as Fiscalizações nas Dependências de Empresas (FDE) com início em julho/2012. Foram realizadas também sete operações de fiscalização do Transporte Ferroviário de Passageiros (TFP) na Unidade Regional de Minas Gerais (URMG).

Das operações especiais de fiscalização realizadas, também merecem destaque: Integração Máxima I, com foco nas fiscalizações do PEF; Integração Máxima II, com foco nas fiscalizações do transporte rodoviário clandestino

de passageiros; e Integração Máxima III, com foco nas fiscalizações do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC).

Ademais, cabe destacar que em 2012 foram fiscalizados 369.564 veículos no Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - TRIIP e 16.398.475 no segmento Transporte Rodoviário de Cargas - TRC.

Em relação à fiscalização do excesso de peso, lotação e dimensão a competência da ANTT se limita às rodovias federais concedidas. Essa modalidade de fiscalização representa ferramenta potencial para preservação das condições estruturais das rodovias federais concedidas, além de contribuir para o acréscimo da segurança no trânsito.



ESTUDOS E PESQUISAS

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE CUSTOS OPERACIONAIS FERROVIÁRIOS

O projeto Desenvolvimento de Metodologia e Instrumento para Análise de Custos Ferroviários foi encerrado em fevereiro de 2011, com a conclusão do desenvolvimento da ferramenta, em ambiente WEB, sua implantação na ANTT e a devida capacitação dos operadores. O SICOF vem sendo intensamente utilizado como suporte para a elaboração da primeira revisão tarifária, objeto da Consulta Pública 001/2011, desenvolvida para avaliar o modelo de tarifas-teto das concessionárias ferroviárias.

Durante a realização das atividades de concepção e desenvolvimento da metodologia de cálculo dos custos operacionais ferroviários, foram identificadas novas funcionalidades não incluídas no projeto original que, se incorporadas, poderiam contribuir para o aperfeiçoamento e enriquecimento do Sistema, bem como tornar possível sua integração de forma satisfatória com a ferramenta SISLOG - Sistema Logístico e de Transportes.

Algumas dessas novas funcionalidades tiveram suas modelagens concluídas e encontram-se em fase de revisão do desenvolvimento do sistema. São elas:

- Cálculo dos Custos por Grupo Econômico - uma nova opção de cálculos dos custos em nível agregado por concessionárias integrantes de um mesmo “grupo econômico” e;
- Módulo de Análise da Qualidade dos Dados - visa o desenvolvimento e implantação de metodologia para detecção de “anomalias” e emissão de “alertas”.

Outras funcionalidades encontram-se em fase de teste e de cadastramento, tais como:

- Análise do Fluxo de Dados do Centro de Custos no SIREF (para aprimorar o funcionamento do SIREF);
- Roteador Automático para Novos Fluxos (que, além de manter o sistema permanentemente atualizado, permitirá a validação das distâncias dos fluxos informados pelas concessionárias);
- Cálculo de Custo Através de Simuladores (permitirá a criação de cenários, tanto financeiros quanto operacionais, para malhas ainda não implantadas e para simular novas situações para as malhas atualmente existentes) e
- Criação de Interfaces de Saídas do SICOF para Integração com o SISLOG (o que permitirá que os dados gerados pelo SICOF estejam em formatos compatíveis com o SISLOG, eliminando-se a ocorrência de erros decorrentes de imputação manual da entrada de dados no SISLOG).

APRIMORAMENTO DA FERRAMENTA SISLOG PARA ANÁLISE DE PROJETOS DE TRANSPORTE

Refere-se ao Termo de Cooperação Técnica Nº 006/2009, firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com prazo de 18 (dezoito) meses.

O projeto que tratou do incremento de funcionalidades do Sistema Logístico e de Transporte - SISLOG tem como objetivo contribuir com a elaboração dos planos de outorga de projetos de concessão e avaliação técnico-econômica de projetos estratégicos de transportes, por meio de uma ferramenta de planejamento e modelagem matemática.

Neste sentido, foram realizadas diversas Reuniões Técnicas destinadas à discussão, orientação e avaliação dos trabalhos desenvolvidos.

A ferramenta foi aplicada na ANTT em atividades inerentes às suas funções, mormente em análises preliminares de trechos ferroviários que compõem o Plano Integrado de Logística, que serão objeto de concessão em 2013, bem como no processo de negociação de Metas por Trecho com as atuais concessionárias de ferrovias para o período 2012-2017.

MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO (MGIC) EM TRANSPORTES TERRESTRES DA ANTT

Refere-se ao Termo de Cooperação Técnica Nº 011/2010, firmado com a Universidade Federal Fluminense - UFF, aprovado por intermédio da Deliberação ANTT nº 312, de 15 de dezembro de 2010. Projeto com duração de três anos (2010/2013) que objetiva construir um Modelo de Gestão da Informação e do Conhecimento (MGIC) para a ANTT, de forma a contribuir com o aprimoramento do processo decisório no âmbito da Agência, por meio de proposições relativas a

um melhor fluxo das informações e a uma maior efetividade no aproveitamento do capital humano da Agência.

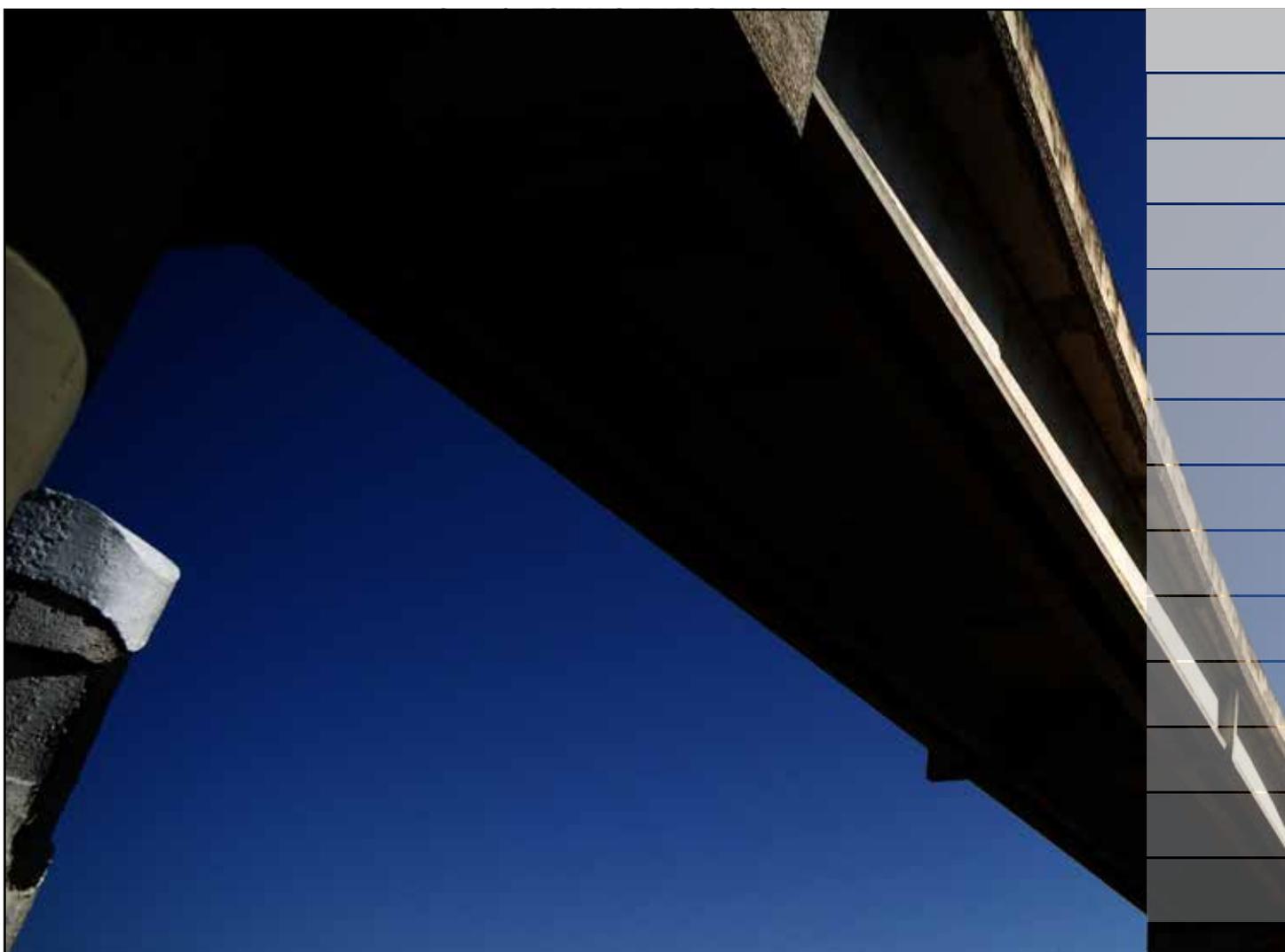
Realizado em 2012:

a) realização de workshop com apresentação dos resultados dos levantamentos para a SUINF, SUREG e COESP;

b) realização dos levantamentos necessários ao desenvolvimento do MGIC na SUFIS, URRJ (COAUT e COINF) e na SUPAS (em andamento);

c) levantamento de conhecimentos e competências no âmbito das atividades da SUFIS e das COFIS, de forma a permitir a padronização de rotinas da fiscalização da ANTT;

d) delineamento da árvore de conhecimentos requeridos para atuação profissional na ANTT, de forma a embasar a elaboração dos Planos Anuais de Capacitação e maior efetividade na seleção dos profissionais requeridos, por meio de concursos públicos.



MARCOS REGULATÓRIOS

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Desenvolvimento de metodologia a ser utilizada na Pesquisa de Satisfação dos Usuários e realização de licitação para contratação de empresa para a sua aplicação em âmbito nacional.

A pesquisa tem por objetivo medir o grau de satisfação do usuário com relação aos serviços regulados pela ANTT e à atuação da Agência.

A contratação de uma pesquisa de satisfação dos usuários decorre da missão institucional da Agência, pois possibilita melhor compreensão dos anseios dos usuários dos serviços regulados pela ANTT e o aprimoramento da atuação regulatória.

Se a missão da ANTT é a de assegurar aos usuários a adequada prestação do serviço, é fundamental que se saiba, a partir dos usuários, qual é o conceito real (e não apenas legal) do que é o serviço adequado, levando em consideração os resultados que só uma

pesquisa com metodologia consistente pode revelar. Caso contrário, a utilização dos recursos da ANTT em suas várias missões, dentre as quais normatização, fiscalização ou até mesmo atendimento ao usuário, pode estar sendo destinada de maneira imprópria.

De modo muito objetivo, e em outras palavras, enquanto não se sabe o que realmente o usuário precisa, o dispêndio de recursos na atividade regulatória pode estar mal orientado.

Os resultados dessa pesquisa tornar-se-ão, dessa forma, uma importante ferramenta tanto de planejamento como de aferição de ações regulatórias adotadas.

Em 20 de abril de 2011, foi firmado o Contrato por Preço Global nº 006/2011 entre ANTT e Consórcio Transplan/Futura, cujo objeto é o desenvolvimento da metodologia de pesquisa de satisfação dos usuários. Tal Contrato prevê seis Produtos, sendo que os Produtos 1 a 4 já foram entregues, aprovados e pagos, conforme quadro abaixo:

PRODUTO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PAGAMENTOS		SITUAÇÃO
		% do valor global do contrato	Valor (R\$)	
Produto 1	Levantamento de Experiências Internacionais e Pesquisa Qualitativa	10%	193.617,13	Produto entregue, aprovado e pago.
Produto 2	Desenvolvimento da Metodologia de Pesquisa Quantitativa	20%	387.234,27	Produto entregue, aprovado e pago.
Produto 3	Validação da Metodologia de Pesquisa Quantitativa por meio da aplicação da pesquisa piloto	30%	580.851,39	Produto entregue, aprovado e pago
Produto 4	Elaboração do Termo de Referência e minuta de edital para contratação de empresa especializada na aplicação da pesquisa de campo	10%	193.617,13	Produto entregue e aprovado.
Aplicação da pesquisa de satisfação dos usuários em âmbito nacional, por outra empresa.				
Produto 5	Manual para Aplicação de Pesquisa de Satisfação	30%	580.851,39	Produto pendente
Produto 6	Relatório Executivo: relatório resumido de todas as etapas de desenvolvimento do objeto para o público não técnico.			Produto pendente
		100%	1.936.171,31	

Entre os Produtos 4 e 5, ocorrerá a aplicação da pesquisa de satisfação em âmbito nacional, a ser realizada por outra empresa especializada, que será contratada pela ANTT.

Tal contratação está em andamento e o resultado do pregão eletrônico foi publicado no DOU de 31 de dezembro de 2012.

FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA ORDINÁRIA

A Fiscalização Financeira visa, fundamentalmente, a verificação do cumprimento, por parte das detentoras de outorgas, das condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e permissão e demais normas legais aplicáveis, no que tange às cláusulas econômico-financeiras.

Extraordinariamente, a Fiscalização Financeira poderá ter como finalidade a apuração de acontecimentos supervenientes ou fatos

relevantes provenientes de demandas específicas internas ou externas à Agência.

O procedimento segue o estabelecido na Portaria nº 312/2009 do Diretor-Geral da ANTT, bem como no Manual de Fiscalização e no Plano Anual de Fiscalização Financeira para 2012, aprovado por meio da Portaria nº 14/SUREG/2011, de 16 de novembro de 2011.

Realizada anualmente, tem por base os documentos e informações encaminhados pelas concessionárias/permissionárias/autorizatórias à ANTT e visa atestar a conformidade das empresas reguladas em relação às condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas e regulamentos legais aplicáveis, no que tange aos aspectos financeiros.

No ano de 2012, o procedimento abrangeu um total de 52 empresas, sendo 14 concessionárias



de rodovias, 12 de ferrovias e 26 autorizatárias especiais que realizam o transporte rodoviário interestadual de passageiros. Essa relação contemplou a totalidade das concessionárias de ferrovias e rodovias, bem como um grupo de empresas autorizatárias que foram julgadas por possíveis infrações frente ao ocorrido nos anos anteriores.

Como resultado, foi possível identificar possíveis infrações e consequente apuração das irregularidades e propor melhorias, bem como atestar a regularidade ou não das outorgas.

O Atestado de Regularidade de Aspectos Econômico-Financeiros, instituído por meio das Portarias SUREG nº 14, de 14 de dezembro de 2010, e nº 8/2011, de 19 de maio de 2011, é emitido tomando por referência, exclusivamente, o Manual de Fiscalização Financeira, citado anteriormente, no qual consta a metodologia utilizada para análise das obrigações, assim como os itens de verificação que integram a base pela qual se constata a situação de regularidade de cada concessionária.

Consta desse Atestado, para cada concessionária, a condição de REGULAR ou REGULAR COM RESSALVAS, sendo emitido como REGULAR somente quando a fiscalizada for considerada adimplente em todos os itens de verificação aplicáveis. A situação REGULAR COM RESSALVAS refere-se apenas aos casos em que não for possível a análise do item de verificação por força de questões formais, alheias à ação deliberada da fiscalizada, tais como a suspensão administrativa ou judicial de exigibilidade do item, ou a impossibilidade comprovada de obtenção de documentos obrigatórios. Caso a fiscalizada seja considerada como IRREGULAR em qualquer item de verificação, não será emitido o Atestado.

Em 30 de maio de 2012, foram emitidos 24 atestados e, em 30 de novembro, 25. Durante o ano, as concessionárias ALL Malha Sul e Ferrovia Centro-Atlântica não tiveram o atestado por se encontrarem em situação de irregularidade sendo que, em 30 de novembro, por decisão judicial, a ALL Malha Sul obteve a condição de regularidade.

INSPEÇÕES

Trata-se de procedimento utilizado para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar fatos que exijam uma vistoria mais detalhada.

Como resultado deste procedimento regular de fiscalização ordinária, foram identificados alguns procedimentos que exigiam vistoria mais detalhada. Foram realizadas sete inspeções nas concessionárias de ferrovias e seis em concessionárias de rodovias.

Durante essas inspeções, foi possível aprofundar as informações necessárias à atestação da regularidade das outorgas, bem como identificar elementos que serviram de base ao processo de regulamentação para prestação de informações sob a forma de Grupo Econômico (Concessionárias do grupo ALL), da Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade e do levantamento de receitas alternativas.

RECEITAS ORIUNDAS DAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS E VERBAS DE FISCALIZAÇÃO

São receitas decorrentes do estabelecido nos contratos de concessão e arrendamento do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros oriundo das Malhas da RFFSA e nos contratos do serviço público de exploração da infraestrutura rodoviária federal concedida.

No caso dos contratos de arrendamento, há de se observar que os valores não constituem receita da ANTT, uma vez que se referem a bens de propriedade do DNIT, sucessor da RFFSA na administração e propriedade dos mesmos.

A ANTT apenas procede a sua gestão, dado ser de sua responsabilidade a administração do contrato de arrendamento. Além disso, com exceção do contrato da Malha Sul, os créditos dos demais contratos foram cedidos à União pela RFFSA em compensação por suas dívidas sendo a quitação dos valores de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional por força do art. 8º do Decreto nº

6.018, de 22 de janeiro de 2007, que determinou a extinção da RFFSA e deu outras providências decorrentes desse ato.

No ano de 2012, foram cobrados R\$ 584,5 milhões referente ao pagamento pelas outorgas das malhas oriundas da RFFSA, dos quais R\$ 29,2 milhões relativos aos contratos de concessão e R\$ 555,3 milhões aos contratos de arrendamento.

Desse montante, em decorrência de previsão nos Editais de Licitação de que os passivos originários de ações cíveis e trabalhistas anteriores à transferência das malhas continuariam de responsabilidade da RFFSA ou sua sucessora, o valor líquido efetivamente recolhido foi de R\$ 500,3 milhões, sendo R\$ 27,7 milhões relativos aos contratos de concessão e R\$ 472,6 milhões aos contratos de arrendamento. Todos os valores foram cobrados e atualizados monetariamente pela variação do IGP-DI em relação ao início do contrato e incluem, em alguns casos, multas por atraso no pagamento.

Também foi recolhido, referente às Verbas de Fiscalização Rodoviárias, o montante de R\$ 67,0 milhões. Esses valores foram cobrados e atualizados monetariamente por índice definido em cada contrato de concessão.

ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Acompanhamento Econômico-Financeiro visa a análise do desempenho econômico-financeiro, retratando a situação atual, sua evolução e tendências, gerando maior conhecimento dos setores regulados pela ANTT, refletindo na verificação da capacidade das concessionárias/permissionárias de manter a prestação do serviço adequado e no subsídio à regulação do transporte terrestre.

Tal procedimento visa dar subsídio e padronização no levantamento e consolidação de informações para a análise em diversos temas em curso na ANTT como a avaliação para apuração da idoneidade financeira para transferência do serviço e do controle societário de empresas que

operam o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; análise de pleitos de oferta de garantia em captação de recursos, financiamentos ou emissão de títulos e valores imobiliários; e mensuração da estrutura de capital e da base de remuneração das concessionárias do transporte ferroviário de cargas e passageiros no processo de revisão de suas tarifas de referência.

Como subsídio a essa atividade, foi editada a Ordem de Serviço nº 001/2012/SUREG/ANTT, de 09 de abril de 2012, que estabelece os indicadores financeiros mínimos, com base nos números do próprio setor (índices-padrões), para verificação da capacidade e idoneidade financeira dessas empresas.

Também no âmbito dessa atividade foi aprimorada a apuração do custo de capital das concessões de ferrovias, com base na metodologia do WACC e CAPM (custo médio ponderado de capital e modelo de precificação de ativos), que serviu de informação para remuneração do capital investido no processo de revisão dos tetos tarifários do setor.

MANUAL DE CONTABILIDADE

Instrumento regulatório instituído a partir das necessidades observadas nos procedimentos de fiscalizações que permitam o controle das atividades objeto das referidas concessões e permissões/autorizações, contribuindo para o aprimoramento do processo de análise de dados econômico-financeiros das outorgas.

A constante evolução do processo de fiscalização, bem como da legislação societária e contábil, decorreu da necessidade de proceder à devida adequação dos Manuais de Contabilidade em vigor.

O processo, iniciado em 2010, foi concluído com a edição das Resoluções nº 3.847 e 3.848, de 20 de junho de 2012, que aprovou a revisão dos Manuais de Contabilidade e Plano de Contas Padrão para as concessionárias e permissionárias/autorizatórias, com vistas ao atendimento das alterações contábeis promovidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e a adoção

dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, adequando-os aos padrões internacionais de contabilidade, bem como às necessidades regulatórias identificadas em anos anteriores.

REVISÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

A revisão dos Marcos Regulatórios, iniciada em dezembro de 2011 e com previsão final para dezembro de 2012, prorrogada por meio de aditivo até julho de 2013, vem sendo desenvolvida por um consórcio de empresas contratadas pela ANTT.

Em 2012, foram desenvolvidos os quatro primeiros produtos inicialmente previstos:

Relatório de Metodologia de Trabalho; Seminário de Instalação do Projeto; Consolidação dos Marcos Regulatórios; e Seminário para Apresentação da Consolidação dos Marcos Regulatórios.

Ocorre que a consolidação dos Marcos Regulatórios demandou tempo além do previsto, em função da complexidade do material analisado e do baixo quantitativo de recursos humanos da Agência disponibilizados para análise do produto entregue. Assim, em 2013, serão desenvolvidos os demais produtos previstos no Contrato:

Relatório de aprimoramento da Agenda Regulatória Indicativa; Minutas de Resoluções para implementação da Agenda Regulatória da ANTT; Relatórios de Análise das contribuições das Audiências Públicas referentes às minutas previstas no subitem 5.6; e Relatórios de análise de questões afetas às áreas de competência da Agência, não listados no Contrato.

Essa revisão dos marcos regulatórios vem sendo desenvolvida por meio do contrato por Preço Global nº 049/2011 celebrado entre a ANTT e o Consórcio Estudos Regulatórios, com valor total de R\$ 1.736.057,26.

Os recursos para tal financiamento são provenientes do contrato de empréstimo nº 7383-BR firmado entre a União e o Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD,

concernente ao Projeto de Transporte Rodoviário - PREMEF.

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

a) Finalização do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2010, firmado com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, cujo objeto foi o desenvolvimento de subsídios e metodologia de Análise de Impacto Regulatório para o setor de transportes terrestres regulado pela ANTT.

b) Relatório acerca da possibilidade de desenvolvimento de metodologia de Análise Avançada de Impacto Regulatório no âmbito da ANTT, por meio dos métodos Analytic Hierarchy Process (AHP) e o Measuring Attractiveness by a Category Based Evaluation Technique (Macbeth), apontando para a dificuldade de realização de tais análises sem que se tenham os dados necessários organizados para sua realização. Ao final do projeto, verificou-se a impossibilidade de construção de um sistema de Análise de Impacto Regulatório na ANTT devido:

1) à dificuldade de contratação de técnico com expertise para desenvolvimento do software; 2) ao embrionário desenvolvimento de um banco de dados consolidado pela Agência. Assim, o projeto sofreu nova redução de valores proporcionalmente à diminuição de seu escopo, finalizando em um montante no valor de R\$ 113.093,39, repassados ao IPEA.

c) Ainda com relação à Análise de Impacto Regulatório, foi desenvolvido, no ano de 2012, a versão eletrônica do Formulário de Análise Preliminar de Impacto Regulatório, em parceria com a Fábrica de Softwares contratada pela GETIN. O formulário será colocado em testes no âmbito da Agenda Regulatória 2013/2014.

AGENDA REGULATÓRIA

A primeira revisão ordinária da Agenda Regulatória ANTT foi aprovada pela Resolução nº 3.813, de 09 de maio de 2012, após consulta às unidades organizacionais da Agência e realização de reuniões participativas com atores

interessados. A análise do tema considerou os seguintes aspectos: relação do tema sugerido com outro já constante da Agenda; gravidade da situação relatada; urgência no tratamento do tema; tendência da situação diante do seu não tratamento; e disponibilidade de recursos da ANTT para conduzir o tratamento adequado ao tema.

Neste íterim, foi publicada também a Ordem de Serviço n.º 01/2012/DG/ANTT, determinando a adoção obrigatória das instruções e procedimentos para implementação, acompanhamento e revisão da Agenda Regulatória.

A segunda revisão ordinária da Agenda, que resultará na Agenda Regulatória ANTT 2013/2014, iniciou-se em agosto de 2012, com consulta às unidades organizacionais sobre os temas que deveriam compor citado instrumento, por meio do preenchimento do “Formulário de Inclusão de Temas” contendo levantamento inicial sobre: o histórico do tema; relação com outros temas; resultados esperados; recursos necessários; alinhamento estratégico; e análise preliminar de critérios referentes à relação do tema com atores envolvidos, competência legal e regimental, determinações externas e outros.

Ademais, foi realizada consulta interna entre os dias 21 de setembro de 2012 e 05 de outubro de

2012, instrumento pelo qual os servidores puderam sugerir temas que julgassem importantes para a Agenda Regulatória.

Para tal, deveriam preencher o formulário constante no link http://agendaregulatoria.antt.gov.br/index.php/content/view/980/Revisao_da_Agenda.html e enviar para o e-mail ci001_2012_sureg@antt.gov.br até o dia 05 de outubro de 2012.

Entretanto, não houve manifestações individuais utilizando tal instrumento, embora tenha sido amplamente divulgado por meio de comunicados enviados a todos os servidores e por mensagem disponibilizada na intranet.

A baixa participação pode ser explicada pelo envolvimento dos servidores na sugestão dos temas utilizando o formulário supramencionado.

Por fim, a ANTT realizou, nos dias 12 e 13 de novembro de 2012, a Reunião Participativa n.º 010/2012, com o objetivo de iniciar o processo da segunda revisão ordinária da Agenda Regulatória 2011/2012 e colher contribuições para a construção da Agenda para o biênio 2013-2014.

Realizado no Auditório da Sede da Agência, o evento contou com a presença de servidores da ANTT e representantes do setor de transportes terrestres, de órgãos de governo, da sociedade e dos usuários.



ACORDOS INTERNACIONAIS E PROJETOS ESPECIAIS

CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ATRAVÉS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 7383-BR - PROJETO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO - PREMEF

Em 03 de dezembro de 2007 foi assinado o Contrato de Empréstimo Nº. 7383-BR entre o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD e o Governo Federal destinado a financiar o Projeto de Transporte Rodoviário (PREMEF), que está inserido no Programa de Redução de Custos Logísticos.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT foi contemplada com US\$ 5 milhões desse empréstimo. Os recursos destinam-se ao atendimento das atividades de: 1) Elaboração de Planos de Outorgas de Rodovias e Transporte internacional e Interestadual de Passageiros, no valor de US\$ 3.000.000,00e 2) Fortalecimento Institucional, no valor de US\$ 2.000.000,00.

No dia 7 de julho de 2008, foi assinado o Convênio nº 01/2008, entre o Ministério dos Transportes e a ANTT, visando à implementação do PREMEF, bem como o repasse das verbas necessárias. A ANTT atendeu à exigência de criação da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), pela Portaria de 30 de julho de 2008, e da Unidade Gestora 393049, especificamente para o PREMEF.

Em 27 de junho de 2011, o Governo Federal e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento assinaram o Termo Aditivo do Contrato de Empréstimo nº 7383-BR prorrogando sua vigência para 31 de maio de 2013.

Durante o período de 01.01.2012 a 31.12.2012, sete contratos foram financiados com recursos

do Projeto PREMEF. As licitações foram feitas em conformidade com as Diretrizes de Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial, datadas de maio de 2002.

(1) Contrato de Consultoria com a Price Waterhouse Coopers Auditores. Objeto: Revisão dos Manuais de Contabilidade da ANTT, adequando-os as novas regras contábeis e regulatórias em vigor no País;

(2) Contrato de Consultoria com o Consórcio Transplan Futura. Objeto: Elaboração de Metodologia de Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Serviços Regulados pela ANTT;

(3) Contratação de Consultoria com o Consórcio Ferroanel Paulista. Objeto: Estudo da Viabilidade Técnica-Econômica-Financeira do Ferroanel Metropolitano de São Paulo;

(4) Contrato de Consultoria com o Consórcio Estudos Regulatórios: Objeto: Revisão dos Marcos Regulatórios da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

(5) Contrato de Consultoria com Hermano Wrobel. Objeto: Extensão do Projeto de Desenvolvimento de Gestores, utilizando a ferramenta do Coaching Ontológico para Superintendentes e Gerentes da ANTT;

(6) Contrato de Consultoria com a Tetraplan RPI. Objeto: Revisão do Sistema de Gestão Ambiental da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

(7) Contrato de Consultoria com o Consórcio Logit FEALQ. Objeto: Estudo das Características da Demanda de Transporte de Cargas: Perfil dos Embarcadores e do Serviço Demandado.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ATRAVÉS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº BR-L1288 - PROGRAMA DE APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) PARA A GESTÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Encontra-se em fase de aprovação pelo Senado Federal, o Contrato de Empréstimo nº BR-L1288 entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo Federal destinado a contribuir para o processo de ampliação da participação do modo ferroviário na matriz modal de transporte do Brasil, no valor de 50 milhões de reais.

Estima-se que o custo do Programa seja equivalente a US\$ 83.500.000,00 e que serão destinados ao fortalecimento institucional da ANTT para a análise, execução e monitoramento das atividades de: I) gestão de projetos ferroviários

e sua implementação; II) parâmetros da gestão socioambiental para a concessão de projetos ferroviários e, em particular, os estudos que permitam obter a licença ambiental do projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV); III) definição de parâmetros técnicos e financeiros com vistas à fase de negociação de projetos em concessão; IV) melhoria do conhecimento de tecnologias ferroviárias; e V) tarefas de supervisão da operação, regulamentação e controle de sistemas ferroviários.

Encontra-se em Fase de Seleção de Consultores com recursos do Projeto BR-L1288 os seguintes projetos:

- (1) Contrato de Consultoria para a Execução do Programa de Interação e Comunicação Social para o Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV);
- (2) Contrato de Consultoria para a Preparação dos Planos de Desapropriação e Reassentamento para



o Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV);

(3) Contrato de Consultoria para o Desenvolvimento de Solução de Interferências e Apoio de Engenharia para os Estudos Ambientais para o Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV);

(4) Contrato de Consultoria para Serviços Técnicos Especializados de Apoio à Gestão do Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV)

(5) Contrato de Consultoria para Serviços do Integrador Tecnológico dos estudos sócio-ambientais para apoio a ANTT na condução e integração dos Estudos e Serviços de Licenciamento e Gestão Socioambiental do Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV);

(6) Contrato de Consultoria para acompanhamento durante a avaliação de propostas técnicas e durante a negociação contratual do Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV);

(7) Contrato de Consultoria para apoio legal durante a avaliação de propostas técnicas e durante a negociação contratual do Projeto da Linha de Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas (TAV).

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2012

Resultados relativos ao Projeto de Transporte Rodoviário - PREMEF

A utilização de recursos advindos do Contrato de Empréstimo nº. 7383-BR (PREMEF) foi de grande importância para a ANTT.

Em 2012 foram desenvolvidas atividades importantes para o aperfeiçoamento das atividades da Agência, viabilizando a melhoria de seu desempenho:

(1) A Revisão dos Manuais de Contabilidade da ANTT tem possibilitado a adequação e atualização

tempestiva dos manuais de contabilidade da ANTT às novas regras contábeis e regulatórias em vigor no País.

(2) A Elaboração de Metodologia de Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Serviços Regulados pela ANTT é responsável por aferir o grau de satisfação dos usuários dos serviços regulados pela ANTT com relação ao Transporte de Passageiros, ao Transporte Ferroviário de Cargas e às Rodovias Federais Concedidas e a percepção desses usuários quanto à atuação da ANTT.

(3) O Estudo da Viabilidade Técnica-Econômica-Financeira do Ferroanel Metropolitano de São Paulo está possibilitando definir a implantação dos tramos do Ferroanel Paulista para a melhor compatibilidade e efetividade das intervenções.

(4) A Revisão dos Marcos Regulatórios da Agência Nacional de Transportes Terrestres tem o objetivo de adequar o conjunto de normas vigentes, editadas pela ANTT, de caráter geral e abstrato, destinadas a regulamentar o setor de transportes terrestres.

A necessidade de marcos regulatórios bem estruturados tem sido amplamente difundida pela literatura especializada nacional e internacional, como parte fundamental de boas práticas em regulação, principalmente visando o melhor entendimento das normas pela sociedade e maior efetividade na atuação do regulador.

(5) A Extensão do Projeto de Desenvolvimento de Gestores, utilizando a ferramenta do Coaching Ontológico, para desenvolvimento de gestores foi direcionado a Superintendentes e Gerentes da ANTT e objetivou o aprimoramento da gestão, permitindo maximizar o desempenho e a produtividade das equipes, contribuindo, assim, para o cumprimento da Missão Organizacional da ANTT.

(6) A Revisão do Sistema de Gestão Ambiental da ANTT possibilitará a adequação dos conceitos e das referências legais, assim como as instruções, os procedimentos e as rotinas inerentes à Gestão Ambiental no nível e âmbito de atuação da ANTT, e de cada uma de suas Unidades Organizacionais.

(7) A realização do Estudo das Características da Demanda de Transporte de Cargas: Perfil dos Embarcadores e do Serviço Demandado é fundamental para conhecer informações sobre as características do serviço demandado, permitindo a ANTT orientar a atuação dos transportadores no mercado e gerar subsídios para o planejamento e a regulação do setor de transporte de cargas.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO TREM DE ALTA VELOCIDADE PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ENTRE AS CIDADES DO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E CAMPINAS.

Processo de Concessão do TAV Rio De Janeiro - Campinas

Foi dado prosseguimento às atividades relativas à implantação do TAV Rio de Janeiro - Campinas e apresentada nova proposta de realização do projeto. Para tanto, foram desenvolvidos estudos com vistas à formulação de nova modelagem de concessão em três etapas, a saber:

Etapa 1: corresponde ao processo de concessão do direito de exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros, que envolve a operação e manutenção do sistema TAV Rio de Janeiro - Campinas, incluindo a implantação dos sistemas de controle, o fornecimento do material rodante e a transferência da tecnologia implantada.

Etapa 2: abrange a elaboração dos Projeto Executivos, a cargo do Poder Concedente.

Etapa 3: compreende as atividades relativas à construção da infraestrutura ferroviária, das demais instalações e edificações do sistema.

Com relação à Etapa 1 do projeto de implantação do TAV Rio de Janeiro-Campinas, foi realizada a Audiência Pública nº 126/2012, com o objetivo de dar publicidade e obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento das minutas do Edital e do Contrato de Concessão relativas ao processo de concessão.

A aludida Audiência Pública foi realizada no período de 23/08 a 28/09/2012, com sessões

públicas presenciais nas cidades de Brasília, São José dos Campos, Aparecida, Rio de Janeiro, Barra Mansa, Campinas e São Paulo. Ao todo, foram recebidas mais de 600 contribuições, as quais foram analisadas pelo Grupo de Trabalho Governamental, criado especialmente para focar as atividades concernentes à implantação do TAV Rio de Janeiro - Campinas.

Por meio da Deliberação nº 280, de 12/12/2012, houve a aprovação, pela Diretoria da ANTT, das Minutas do Edital e do Contrato de Concessão relativas ao processo de concessão para exploração do serviço público de transporte ferroviário de passageiros por Trem de Alta Velocidade entre Rio de Janeiro e Campinas.

E o Conselho Nacional de Desestatização - CND, por meio da Resolução CND nº 3, publicada no DOU de 13/12/2012, aprovou o modelo de desestatização da operação da EF-222, no trecho Rio de Janeiro - Campinas.

Com isso, por meio do Aviso de Licitação, publicado no DOU no 240, de 13/12/2012, a ANTT tornou pública a licitação, na modalidade de Leilão, para a concessão da operação do TAV Rio de Janeiro - Campinas, nos termos definidos no Edital de Concessão nº 001/2012 e seus Anexos.

Ressalta-se que, com a edição da Lei nº 12.743, de 19/12/2012, que altera as Leis nos 10.233, de 5/06/2001, e 12.404, de 4/05/2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, entre outros, as Etapas 2 e 3 do projeto de implantação do TAV Rio de Janeiro - Campinas são de atribuição da EPL.

PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal de Contas da União - TCU publicou, em 05 de dezembro de 2012, o Acórdão nº 3349/2012, determinando e recomendando ações acerca da concessão de outorga do serviço público de transporte de passageiros do TAV Rio de Janeiro - Campinas, que foram atendidas no Edital de Concessão.

Em observância ao referido Acórdão nº 3349/2012, a ANTT atendeu às recomendações do TCU, mediante resposta àquela corte em 17/12/2012, e incorporando-as ao Edital de Concessão nº 001/2012 e seus Anexos, demonstrando o cumprimento às determinações feitas pelo TCU.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A ANTT continua desenvolvendo os estudos socioambientais necessários à obtenção de Licença Prévia e à montagem de um Plano de Gestão Ambiental do Projeto.

Com isso, os estudos socioambientais foram divididos em duas fases:

Fase 1: concernente a estudos e levantamentos em que o Traçado Referencial é suficiente para caracterização da área de influência do TAV.

Fase 2: relativa a estudos que exigem Projeto Básico com traçado mais detalhado e definido do que o Referencial.

Na Fase 1, com recursos financeiros do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a ANTT e o BID, foram contratadas seis empresas consultoras para estudos temáticos, a saber:

- Estudos de Flora, Unidades de Conservação, Corredores Ecológicos e Compensação Ambiental.
- Estudos de Fauna (mastofauna, avifauna, herpetofauna e ictiofauna).
- Estudos de Limnologia, Usos e Qualidade da Água.
- Caracterização de Áreas Potencialmente Contaminadas.
- Estudos Urbanísticos para as Estações do TAV.
- Estudos do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural.

Os cinco primeiros estudos já estão concluídos com a entrega dos respectivos Relatórios Finais, e o último encontra-se no estágio do segundo relatório.

Os estudos temáticos são coordenados pelo Integrador Tecnológico dos Estudos Ambientais, empresa contratada que mantém todas as informações e análises temáticas em uma base comum e georreferenciada.

O Integrador é também o responsável pela compilação e elaboração do texto final do EIA/RIMA do Projeto de Implantação do TAV Rio de Janeiro - Campinas.

Em outra vertente dos estudos socioambientais, foi concluído o Levantamento de Custos Imobiliários e de Terrenos ao longo do Traçado Referencial do Projeto do Trem de Alta Velocidade, essencial no modelo original de Licitação do TAV, e que agora representa uma antecipação de informações para os trabalhos de Desapropriação reprogramados para a Fase 2 da implantação do projeto.

Os trabalhos da Fase 2 dos Estudos Ambientais serão custeados com recursos de empréstimo junto ao BID.

SÍTIO ELETRÔNICO DO TAV BRASIL

Durante o ano de 2012, a Superintendência Executiva - SUEXE realizou a manutenção e atualização permanente do instrumento criado para concentrar e dar divulgação das informações e documentação pertinente ao projeto de implantação do TAV Rio de Janeiro - Campinas.

Nesse sentido, o endereço eletrônico www.tavbrasil.gov.br abriga os estudos de viabilidade de técnica e econômica do projeto, o Edital de Concessão nº 001/2012 e seus Anexos, os pedidos de esclarecimentos relativos ao Edital de Concessão formulados por potenciais licitantes, o conjunto de manifestações formuladas no âmbito do processo de Audiência Pública nº 126/2012 e as correspondentes respostas/comentários, além de manter espaços específicos que congregam

a legislação pertinente, as manifestações encaminhadas por municípios da área de influência do TAV Rio de Janeiro - Campinas e informações específicas sobre o Sistema Elétrico Brasileiro. Além desse material, o sítio mantém sessão de

notícias, com links diretos de acesso a informações relativas ao projeto, bem como colunas onde são divulgados os últimos acontecimentos e informações relacionados ao processo de licitação e os eventos pertinentes a esse processo.



GESTÃO ORGANIZACIONAL

GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

As receitas da ANTT são compostas pelas seguintes fontes de recursos:

- Fonte 174: arrecadação das multas decorrentes das infrações dos serviços de transportes terrestres rodoviários de cargas e passageiros, cujos modais são: Excesso de Peso; Vale Pedágio; Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas - RNTRC; Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros - TRIP; Transporte Internacional de Passageiros e de Cargas - ATIT.
- Fonte 129: pagamento das parcelas trimestrais efetuadas pelas Concessionárias de Transportes

Ferrovíarios e das verbas alternativas das outorgas de ferrovias;

- Fonte 250: pagamento das parcelas mensais efetuadas pelas Concessionárias de Transportes Rodoviários e arrecadação das multas por descumprimento contratual e do poder regulatório. Além das receitas administrativas das taxas e emolumentos para prestação dos serviços de transportes de cargas e passageiros.

Em 2012, a receita realizada foi de R\$ 161.950.255 (cento e sessenta e um milhões, novecentos e cinquenta mil e duzentos e cinquenta e cinco reais), correspondente a aproximadamente 124,65% do total previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA/2012, conforme demonstrado na tabela abaixo:

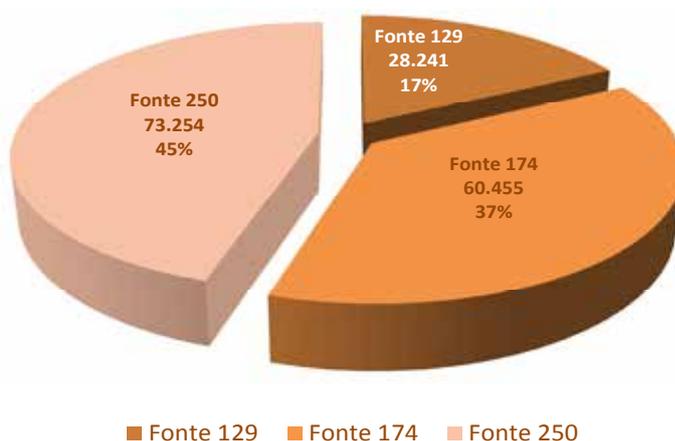
FONTE	LOA 2012	ARRECADADO JAN A DEZ/2012	% Realizado
129	27.527.636	28.240.684	102,59%
174	27.531.512	60.455.156	219,59%
250	74.861.471	73.254.416	97,85%
TOTAL	129.920.619	161.950.255	124,65%

Este excesso de arrecadação se deve à Fonte 174, que obteve uma realização de 119,59% a mais do que o previsto.

As demais Fontes apresentam percentuais compatíveis com o período, levando-se em

consideração a margem de variação de 10% para mais ou para menos.

O gráfico abaixo demonstra o percentual de arrecadação por fonte ocorrida em 2012.

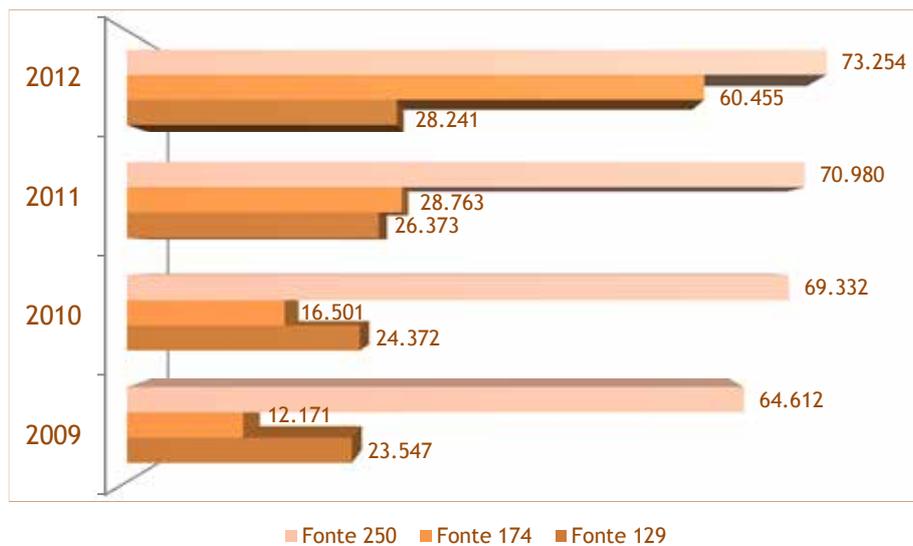


Em agosto de 2010 foi firmado contrato com a empresa SERASA visando uma cobrança mais eficaz aos infratores inadimplentes. Essa ação foi ainda reforçada em 2011 com a contratação de empresa de serviço terceirizado para prestar apoio ao processamento de multas e à gestão da dívida.

Nota-se que tais ações desencadearam resultados

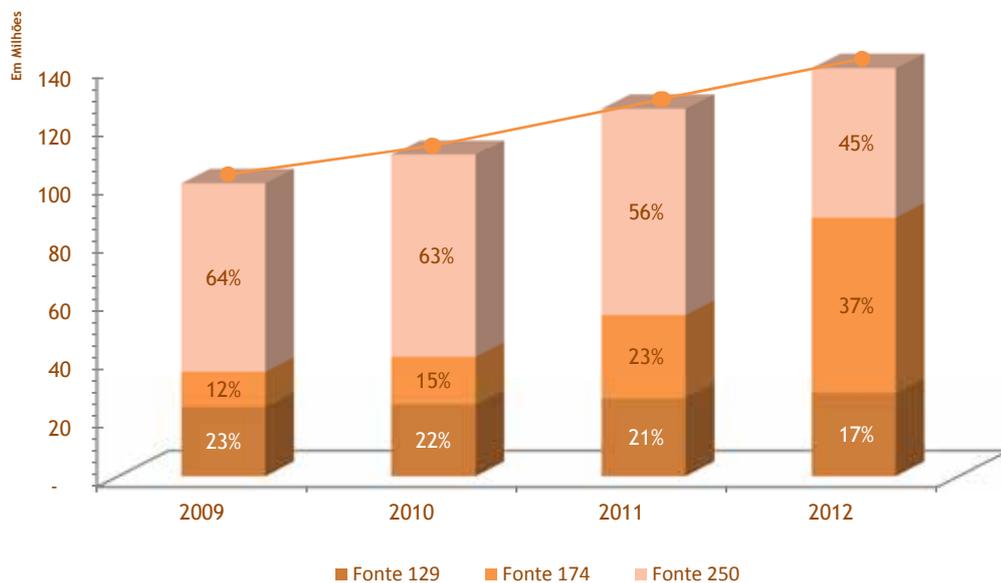
consideráveis na receita da Agência a partir desses anos. Esta constatação está demonstrada no Gráfico abaixo em que se verifica um aumento substancial na arrecadação da Fonte 174.

O comportamento das demais fontes tende a ser mais linear, tendo em vista as previsões contratuais decorrentes das concessões de rodovias e ferrovias.



A série histórica da receita no período de 2009 a 2012 evidencia também o aumento do percentual de arrecadação da fonte 174. Esta tendência reforça a efetividade da ANTT

como órgão fiscalizador em consonância com a missão institucional, assegurando aos usuários a adequada prestação de serviços de transportes terrestres.



O orçamento da Agência Nacional de Transportes Terrestre, para o exercício de 2012, foi aprovado pela Lei de Orçamento Anual - LOA nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, com uma dotação inicial de R\$ 162.473.940,00 de Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 944.438,00 de Encargos da Dívida, R\$ 264.995.962,00 de Outras Despesas Correntes e R\$ 12.640.000,00 de Investimentos, totalizando R\$ 441.054.340,00.

Com relação às Despesas Correntes, ao valor de R\$ 428.414.340,00 aprovados na LOA, foram acrescidos, mediante suplementação, R\$ 5.816.687 e Crédito reaberto no valor de R\$ 7.500.000,00 e deduzidos R\$ 4.886.687,00 de

valores disponibilizados para cancelamento, deste modo a dotação para tais despesas totalizou R\$ 436.844.340,00.

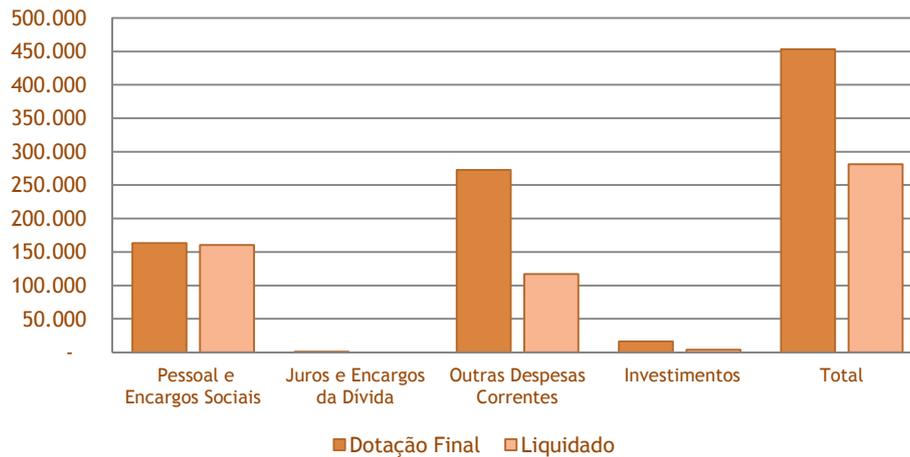
O valor inicialmente aprovado para Despesas de Capital na LOA foi de R\$ 12.640.000,00, sendo alterado ao final do exercício para R\$ 16.339.999,00, decorrente da publicação no Diário Oficial da União da Medida Provisória - MP nº 598, de 27/12/2012, com a inclusão na Ação 2000 - Administração da Unidade do valor de R\$ 2.999.999,00 - Fonte 0250 e R\$ 700.000,00 na Ação 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Fonte 0100.

Grupo da Despesa	Dotação Final	Execução Orçamentária até 31/12/2012					
		Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	Incritos em RP
1 - Pessoal e Encargos Sociais	163.404	161.488	98,83	160.568	99,43	160.568	920
Ativos	133753	133.742	99,99	132.822	99,31	132.822	920
Inativos	25333	4.289	16,93	4.289	100,00	4.289	0
Outros Encargos	4318	23.457	543,24	23.457	100,00	23.457	0
2 - Juros e Encargos da Dívida	944	0	0	0	0,00	0	0
Dívida	44	0	0	0	0,00	0	0
3 - Outras Despesas Correntes	272.496	150.099	98,26	116.905	77,89	114.354	33.194
Outros Custeios	168.892	133.293	78,92	107.856	80,92	105.305	25.438
Benefícios aos Servidores	6.955	6.453	92,78	6.453	100,00	6.453	0
PAC	96.649	10.353	10,71	2.596	25,07	2.596	7.756
4 - Investimentos	16.340	10.462	64,03	3.854	36,84	1.287	6.608
Investimentos e Administração	13.000	8.762	67,40	3.344	38,16	777	5.418
PAC	3.340	1.700	50,90	510	30,00	510	1.190
Total	453.184	322.049	71,06	281.327	87,36	276.209	40.722

Se tomarmos por base os valores inicialmente disponibilizados para empenho, no valor de R\$ 441.054 mil, adicionando-se o valor oriundo de suplementações, temos que o valor total disponibilizado para empenho no exercício de

2012 foi de R\$ 453.184 mil. O total empenhado foi de R\$ 322.049 mil, atingindo assim, um percentual de 71,06% de empenho em relação aos valores efetivamente disponibilizados.

Execução Orçamentária Total



É importante esclarecer que em função de determinação da SOF/STN de se apropriarem as aquisições e o desenvolvimento de tecnologia da informação como despesas de capital, aliada a um grande volume de aporte financeiro necessário para suprir as demandas reprimidas de implantação e modernização previstas no PDTI, em sua grande maioria em benefício da fiscalização, a implementação das ações necessárias foi inviabilizada tendo em vista os valores alocados nessa rubrica e aprovados na Lei de Orçamento Anual.

A ANTT tem pautado sua execução em estrita consonância com os limites orçamentários estabelecidos pela Setorial Orçamentária do Ministério dos Transportes, sendo esses limites distribuídos em conformidade com a programação de suas necessidades.

As informações relativas à proposta orçamentária da Agência, que constam do Projeto de Lei Orçamentária do Governo Federal, são efetuadas conforme os referenciais monetários fixados pelo Órgão Central de Orçamento, e esses, efetuados com base na execução dos exercícios anteriores e as estimativas das receitas com base em históricos e índices da Secretaria de Orçamento Federal - SOF. Com base nesses dados são fixados os valores referentes aos ingressos de receitas vinculadas e próprias, havendo em consequência a fixação das despesas e definição do montante que deverá ser coberto com recursos do Tesouro Nacional.

As despesas com pessoal e benefícios são diretamente controladas por aquela Secretaria ficando a cargo da ANTT a execução, acompanhamento e solicitações de necessidades adicionais.

Quanto às despesas discricionárias - custeio e investimentos - os limites liberados atenderam as necessidades demandas, porém com relação aos investimentos a seguir são apresentadas algumas considerações.

Não houve na Agência, no exercício, despesas decorrentes de pagamentos de Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

DIÁRIAS E PASSAGENS

Por oportuno, faz-se importante um breve histórico dos limites orçamentários estabelecidos pelo Ministério dos Transportes para despesas com diárias, passagens e locomoção, no âmbito da ANTT, cuja execução e controle encontram-se sob a gestão da Gerência de Finanças e Contabilidade. O Decreto nº. 7.689, de 02 de março de 2012, estabeleceu limites e procedimentos para empenhos de despesas com diárias, passagens e locomoção.

As despesas dessa natureza que visam as ações de fiscalização tiveram seu limite inicialmente estipulado em R\$ 5.332 mil e para as ações relativas às "Demais Despesas", aquelas consideradas de natureza administrativa e apoio, o valor de R\$ 1.630 mil.

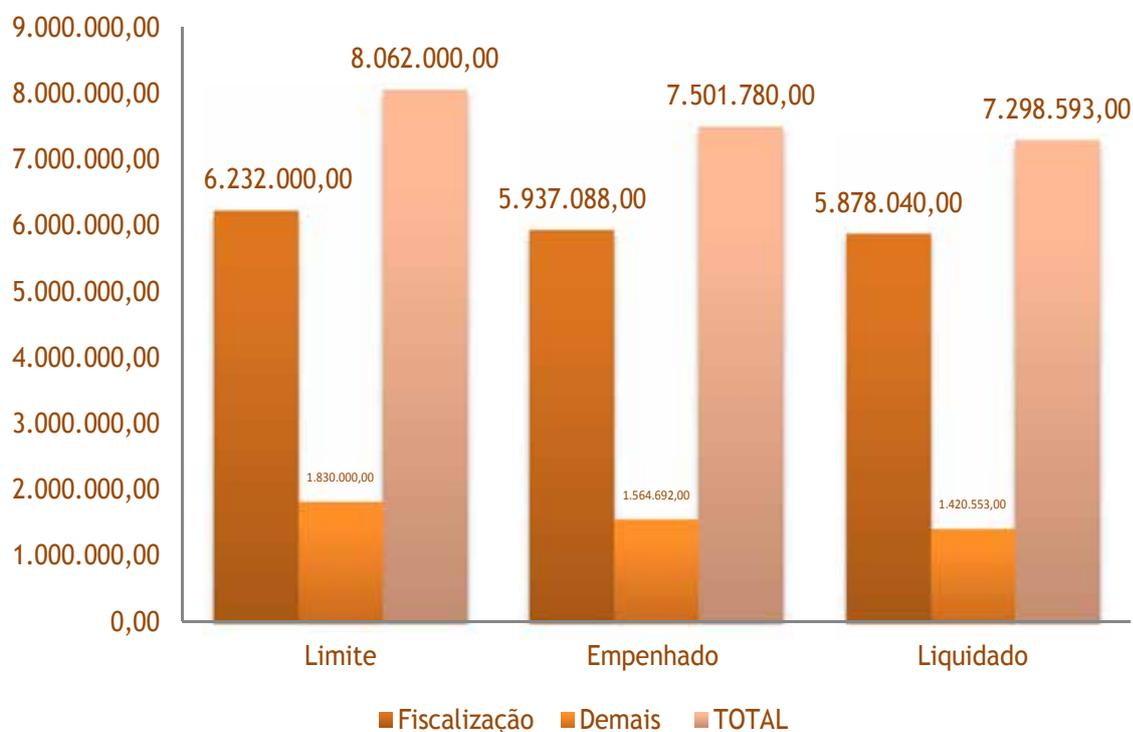
Em atendimento à solicitação de aumento de limite, o Ministério dos Transportes, por meio da Portaria nº 210, de 10/09/2012, ampliou os limites estabelecidos para as ações de fiscalização, que ficaram em R\$ 5.632 mil, enquanto que para as ações referentes às “Demais Despesas” estabeleceu-se o limite de R\$ 1.830 mil.

No entanto, foi necessário reiterar a solicitação de aumento dos limites orçamentários estabelecidos, uma vez que a ampliação ofertada não atendeu em sua totalidade os valores necessários para o cumprimento das ações de competência da Agência.

O atendimento veio ao final de novembro quando foram estabelecidos novos limites para despesas com diárias, passagens e locomoção nas ações de fiscalização, ficando em 6.232 mil e, para as referentes às “Demais Despesas”, permanecendo o valor anteriormente estabelecido.

Diante disso, foram estipulados os limites para empenhos com Diárias e Passagens para cada área da Agência, o que se faz por meio de Portaria.

O gráfico a seguir mostra a execução de Diárias e Passagens até 31/12/2012.



GESTÃO DE PESSOAS

Quadro resumo de pessoal da ANTT - 2012

SITUAÇÃO FUNCIONAL	DEZ
ATIVO PERMANENTE (ESPECIFICO)	151
ATIVO PERMANENTE (EFETIVO)	840
NOMEADO CARGO COMISSIONADO	144
REQUISITADO (RJU)	16
REQUISITADO (CLT)	64
EXERC DESC CARREIRA	19
EXERC PROVISORIO	0
CEDIDO	38
ANISTIADO	11
ESTAGIÁRIO	175
APOSENTADO	43
PENSIONISTA	20
PRESTADOR DE SERVIÇOS	765
MENOR CESAM	41
TOTAL GERAL	2327



SERVIDORES/COLABORADORES

Ao final de 2012, a ANTT contava com um total de 2.386 servidores/colaboradores em sua força de trabalho.

Em relação ao ano de 2011 houve reforço no quadro de pessoal de aproximadamente 5,76%. No entanto, esse aumento da força de trabalho, deve-se, basicamente, à contratação de empresa especializada para processamento dos autos de infração, uma vez que o declínio do quantitativo

dos cargos efetivos ainda é bastante considerável, tendo ocorrido 14 egressos, mantendo a tendência dos últimos três anos.

LOTAÇÃO

A distribuição dos servidores/colaboradores da ANTT, incluindo as Unidades Regionais, quantitativamente, está demonstrada no quadro abaixo. A concentração é maior na Sede da Agência, com o percentual próximo de 50%.

Distribuição da Força de Trabalho da ANTT - Por Estado

SITUAÇÃO FUNCIONAL	POSTO DE ATENDIMENTO/FISCALIZAÇÃO																										TOTAL	
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO		DF
ATIVO PERMANENTE (ESPECIFICO)	0	0	3	0	6	2	2	1	10	6	0	3	6	2	9	0	6	56	0	1	0	1	2	2	14	0	19	151
ATIVO PERMANENTE (EFETIVO)	0	1	0	0	14	27	8	4	9	93	3	0	1	2	2	6	46	129	3	0	0	65	48	0	136	3	240	840
NOMEADO CARGO COMISSIONADO	0	0	0	0	1	6	0	0	3	8	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	3	0	0	1	0	113	144
REQUISITADO (RJU)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	14	16
REQUISITADO (CLT)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	8	0	0	0	1	0	0	5	0	45	64
EXERC DESC CARREIRA	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1	0	0	2	0	9	19
EXERC PROVISORIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ESTAGIÁRIO	0	0	0	0	0	7	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	16	0	0	0	13	0	0	0	0	135	175
ANISTIADO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	8	11
CEDIDO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38
APOSENTADO																												43
PENSIONISTA																												20
PRESTADOR DE SERVIÇOS	0	0	0	0	9	18	0	0	19	62	0	0	0	0	2	1	3	68	0	0	0	46	6	0	86	0	445	765
MENOR CESAM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41	41
TOTAL GERAL	0	1	3	0	31	62	10	5	43	175	3	3	7	4	15	8	55	290	3	1	0	132	56	2	245	3	1069	2327

FAIXA ETÁRIA E GÊNERO

A composição dos recursos humanos por Gênero, ao final de 2012, estava assim distribuída: 31,5% de mulheres, sendo os demais 68,5% de homens.

A ANTT conta com 37% de servidores, na Faixa Etária entre 26 e 35 anos, o que permite afirmar que o quadro da Agência é extremamente jovem e com perspectiva de atividade laborativa por longo período.

QUANTITATIVO DE PESSOAL POR FAIXA ETÁRIA			
FAIXA	F	M	TOTAL
DE 15 A 25	208	213	421
DE 26 A 35	345	513	858
DE 36 A 45w	178	311	489
DE 46 A 55	90	179	269
DE 56 A 65	46	143	189
ACIMA DE 66	2	36	38
APOSENTADO	5	38	43
PENSIONISTA	16	4	20
TOTAL	874	1433	2327

Escolaridade

A Agência conta com 64% de servidores com escolaridade de nível médio e 24% de servidores

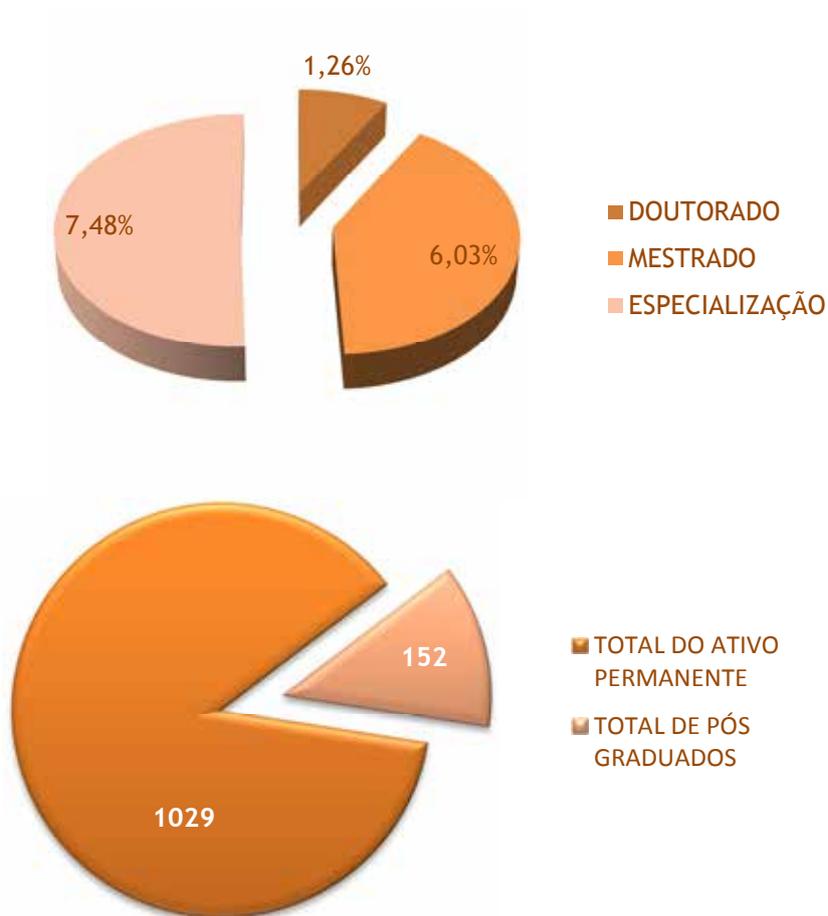
com escolaridade de nível superior em função dos cargos ocupados, conforme quadro a seguir:

QUANTITATIVO DE PESSOAL POR NÍVEL ESCOLAR				
SITUAÇÃO FUNCIONAL	DEZEMBRO			
	NA	NM	NS	TOTAL
ATIVO PERMANENTE (ESPECIFICO)	1	135	15	151
ATIVO PERMANENTE (EFETIVO)	0	621	219	840
NOMEADO CARGO COMISSONADO	0	54	90	144
REQUISITADO (RJU)	0	1	15	16
REQUISITADO (CLT)	0	21	43	64
EXERC DESC CARREIRA	0	0	19	19
EXERC PROVISORIO	0	0	0	0
ESTAGIÁRIO	0	87	88	175
ANISTIADO	0	6	5	11
CEDIDO	0	13	25	38
APOSENTADO	0	0	0	43
PENSIONISTA	0	0	0	20
PRESTADOR DE SERVIÇOS	210	542	13	765
MENOR CESAM	0	41	0	41
TOTAL	211	1521	532	2327

Quadro de Servidores Ativo Permanente com Pós-Graduação

Os servidores do quadro ativo permanente (efetivos e específicos) representam o quantitativo

de 1.029, incluindo-se os servidores cedidos. Desse total, 152 são de pós-graduados. Em termos percentuais estão assim representados: 1,26% possuem Doutorado, 6,03% possuem Mestrado e 7,48% possuem Especialização.



Fonte: SGRH

CAPACITAÇÃO

O orçamento destinado à capacitação dos servidores da ANTT foi no montante de R\$ 1.740.000,00, sendo que foram empenhados R\$ 1.294.731,32, representando uma execução de 74,4%.

Diante do contingenciamento de gastos com diárias e passagens, houve uma diminuição de participação em eventos dos servidores lotados em postos de fiscalização e nas Unidades Regionais, razão pelo qual não foi cumprida a meta física prevista na Lei Orçamentária Anual.

Houve também diminuição dos custos pela abertura de turmas com aulas ministradas por instrutores internos e externos, programação de turmas fechadas realizadas pela Escola de Administração Fazendária, pelo Programa de Capacitação dos Fiscais e de Bolsa de Idiomas computando um total de 1.688 participações em eventos de capacitação de 806 servidores.

O desenvolvimento organizacional e individual é fator estratégico para ANTT, assim como a

disseminação de princípios e conhecimentos são fundamentais para viabilizar processos motivacionais e consequente melhoria na prestação dos serviços da Agência.

As ações de capacitação e desenvolvimento realizadas pela ANTT estiveram em sintonia com a Política Nacional de Capacitação estabelecida pelo Decreto n° 5.507 de 23 de fevereiro de 2006 e pela Deliberação n° 194 de 29 de julho de 2009, que Disciplina o Programa Permanente de Capacitação de servidores no âmbito da Agência.

Das modalidades realizadas, destacam-se os cursos presenciais, cursos à distância, seminários, cursos em turmas fechadas, congressos, fóruns, cursos internacionais, pós-graduação e idiomas, realizados em parceria com instituições públicas e privadas.

A seguir, quadros dos programas e das atividades desenvolvidas pela Gerência de Gestão de Pessoas, ao longo do ano de 2012:

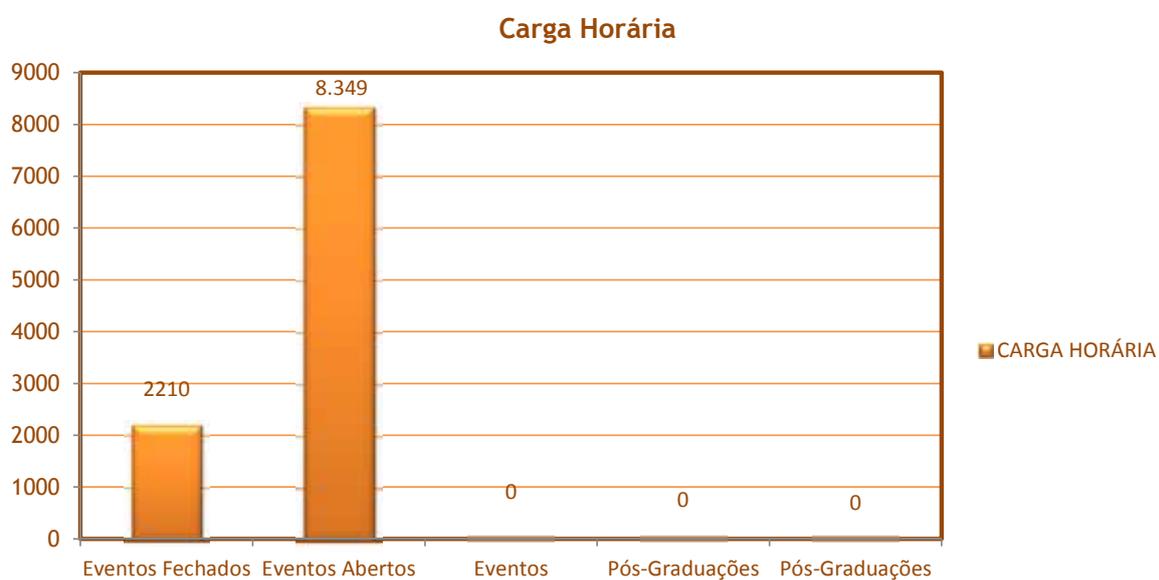
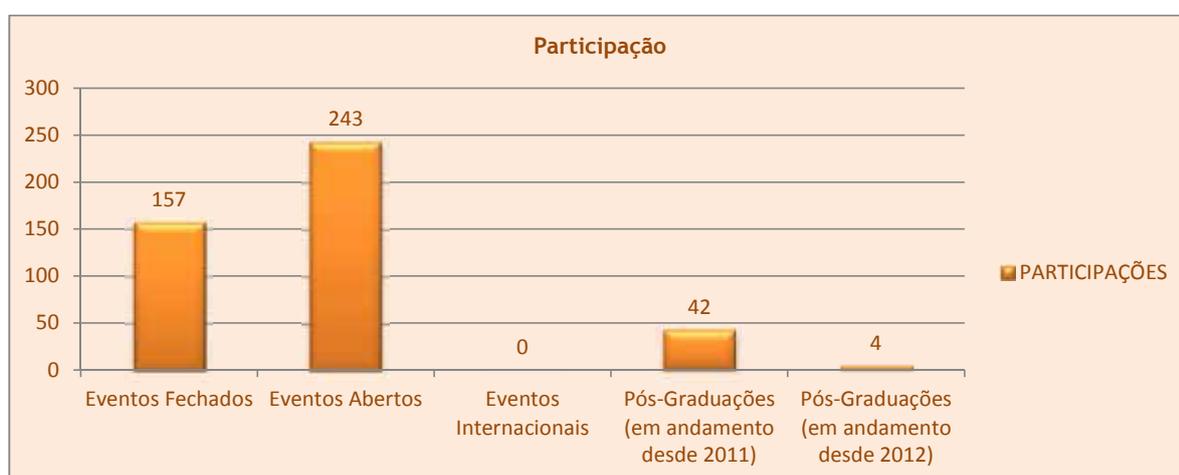
Ações	Quantitativo de Eventos	Quantitativo de Participações	Carga Horária
Eventos Fechados ⁽¹⁾	54	977	28.408
Eventos Abertos ⁽²⁾	417	711	22.428
Pós-Graduação ⁽³⁾	*5	-	-
Eventos Internacionais	*10	-	-
Total	471	2.395	51.004

⁽¹⁾ Eventos realizados em turmas exclusivas, por instrutores internos ou mesmo por instituição externa à ANTT.

⁽²⁾ Eventos realizados por instituição externa cuja participação do servidor se dá mediante processo de inscrição individual ou em grupo efetuado pela Agência.

⁽³⁾ Em andamento.

^(*) valor incluído nos eventos abertos



Curso/2011	Nº Total servidores	UORG	Servidores Por UORG	Instituição
MBA - Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria	01	SUREG	01	Fundação Getúlio Vargas - FGV
Mestrado Profissional em Regulação e Gestão de Negócio	12	SUREG	07	Universidade de Brasília - UNB
		SUPAS	04	
		SUEXE	01	
Especialização em Gestão Pública	01	SEGER	01	Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
Especialização em Transportes Terrestres	20	COESP	01	Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes - CEFTRU/UNB
		DJB	01	
		OUVID	01	
		SUCAR	05	
		SUREG	01	
		SUEXE	01	
		SUFIS	03	
Especialização em Direito Regulatório	8	SUEPE	01	Instituto Brasileiro de Direito Público - IDP
		SUPAS	01	
		SUCAR	03	
		SUFIS	01	
		SUINF	01	
		PRG	01	

Plano Anual de Capacitação - PLAC

O PLAC 2012, como instrumento da Política de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores da Agência Nacional de Transportes Terrestres, almejou garantir mecanismo de autodesenvolvimento pessoal e profissional.

O planejamento e a elaboração do Plano Anual de Capacitação para o ano de 2012 foi direcionado para dar continuidade aos Programas do Planejamento Estratégico, com a execução de ações que levaram o conhecimento necessário e facilitaram o processo de execução das ações de capacitação.

Além dos cursos contratados para turmas fechadas, houve ainda inscrições de servidores em turmas abertas promovidas por instituições de direito privado e incentivo ao estudo de idiomas estrangeiros, de maneira a desenvolver competências requeridas para o exercício das atribuições das unidades organizacionais.

Cabe salientar a relevância dos eventos realizados

em turmas fechadas para o alcance da meta pré-estabelecida.

Processo de Progressão e Promoção

Em 2012, deu-se início à efetivação da Progressão e Promoção dos servidores do quadro de cargos efetivos da ANTT, cujos critérios haviam sido estabelecidos por meio da Deliberação nº 268, de 14 de dezembro de 2011, e revistos pela equipe técnica responsável mediante as contribuições recebidas da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ASEANTT.

O documento foi consolidado em nova proposta e enviado à apreciação da Procuradoria Geral da Agência para manifestação quanto aos aspectos jurídicos.

Atendidas as sugestões do órgão jurídico, as normas e os controles necessários à implementação do assunto foram estabelecidos por meio da Deliberação nº 151, de 04/07/2012(*). (*) Alterada

pela Deliberação nº 57, de 25/3/2013.

Dando início aos trabalhos no âmbito da ANTT, a equipe de avaliação de desempenho concentrou atenção no sentido de responder os inúmeros e-mails dos servidores, relacionados ao tema, atuando ainda, na elaboração dos cálculos das progressões e promoções, referentes às Portarias abaixo identificadas, decorrente da implementação da Deliberação nº 151/2012:

- Portaria 385/12 - Trata da retificação da Progressão ou Promoção dos servidores do quadro efetivo da ANTT, publicadas mediante a Portaria nº 331/2012
- Portaria 386/12 - Classes e padrões percorridos na estrutura de cargos e carreiras do quadro dos servidores efetivos da ANTT que permaneceram nas posições conquistadas pelo Decreto 6.530/2008 e os que tiveram realinhamento na carreira de acordo com a Deliberação nº 151/2012, sem alteração da última posição de classe e padrão publicada.
- Portaria 387/12 - Progressão e Promoção funcional dos servidores do quadro efetivo da ANTT que completaram um ano de efetivo

exercício nos respectivos padrões/classes, em outubro de 2012.

- Portaria 003/13 - Progressão e Promoção dos servidores do quadro de pessoal efetivo da ANTT referente ao mês de novembro 2012.
- Portaria 004/13 - Retificação das Portarias nº 385, 386 e 387, de 2012.

Estágio Supervisionado

A ANTT possui convênio com o Centro Integrado de Empresa Escola-CIEE, visando à realização de estágio para estudantes de ensino médio, educação superior, educação profissional e da educação especial dos anos finais do ensino fundamental e na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O percentual do número de estagiários é de até 20% para nível superior e 10% para nível médio, em relação ao quadro de pessoal da entidade concedente do estágio, reservando-se o percentual de 10% desse quantitativo para estudantes portadores de deficiência, de acordo com a Orientação Normativa nº 7, de 30/10/2008, da SRH/MPOG e da Lei nº 11.788, de 25/09/08.

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio vigentes		Incremento %
	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
Nível Superior	95	97	2,11
Área Fim	60	61	1,67
Área Meio	35	35	0,00
Nível Médio	81	91	12,35
Área Fim	50	59	18,00
Área Meio	31	32	3,23
Total	176	188	6,82

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A Equipe de Qualidade de Vida no Trabalho atua com o principal objetivo de facilitar as relações interpessoais, melhorando a comunicação e o desenvolvimento das atividades por meio de ações que proporcionem uma melhor consciência de qualidade de vida, saúde e bem estar no ambiente de trabalho.

Ao final de 2011, foi contratada consultoria para mapear a percepção dos servidores sobre Qualidade de Vida no Trabalho e questões referentes ao Bem-Estar e Mal-Estar no trabalho, com o intuito de se formular uma Política de QVT na ANTT, baseada nas necessidades reais dos servidores. O início da execução do diagnóstico deu-se nos meses de Março e Abril de 2012 com a capacitação do Comitê Gestor, composto de 13 servidores de diversas áreas da ANTT.

Assim, em novembro de 2012, os componentes do Comitê Gestor de Qualidade de Vida no Trabalho se reuniram com o propósito de concluir a elaboração da política e programa de QVT, com base nos resultados do diagnóstico realizado no mês de junho/2012. Após sua conclusão, o resultado final foi revisado pela equipe da Ergopublic, e encaminhado, no mês de dezembro, para obtenção de autorização da Diretoria, no sentido de autorizar o prosseguimento dos demais procedimentos, quais sejam: consulta interna para contribuição e comentários dos servidores; avaliação e consolidação de dados; e revisão para publicação em portaria.

Foi realizada a Campanha de Vacinação, iniciada em abril, com o objetivo de imunizar todos os servidores da ANTT contra a Hepatite B e a Gripe Influenza. Em dezembro, a Campanha foi finalizada, com a aplicação da última dose

da Hepatite B para servidores em exercício na sede da Agência. Para os servidores que se encontravam em férias durante este período, a vacinação foi estendida até o dia 31 de janeiro de 2013, em uma das unidades da Clínica parceira.

Em 2012, a Semana da Saúde foi realizada no mês de novembro, concebida na perspectiva de reforçar a iniciativa no campo da Qualidade de Vida no Trabalho, permitindo que servidores e colaboradores tivessem acesso às informações e ações que estimulassem o cuidado com a saúde.

O evento contou com a participação do Hospital Oftalmológico de Brasília, do Instituto do Câncer de Brasília, do Sabin Vacinas, do Laboratório Sabin e da Physical, além da realização de aferição de pressão volante realizada pelos brigadistas da ANTT. Compareceram ao evento, nos cinco dias de realização, 617 servidores/colaboradores.

Com relação ao atendimento ambulatorial, em novembro e dezembro, foram realizados 82 atendimentos pelos médicos e pela técnica em enfermagem. As adequações nas estruturas, em conjunto com a GELOG, mencionados em relatório anterior, foram finalizadas, assim como a aquisição e instalação de equipamentos. Nos quase cinco meses de funcionamento, o quantitativo acumulado de atendimentos realizados chegou a 195, aproximadamente.

Ainda em novembro e dezembro de 2012, foram concluídas as adesões sem carência aos planos de saúde Aliança (AMIL) e Par Saúde (Caixa Econômica) em toda a ANTT, cujas tratativas tiveram seu início nos meses de setembro e outubro de 2012, com a presença de consultores das empresas, que assinaram Termo de Acordo com a ANTT, para divulgação dos novos planos e realização de procedimentos de adesão.

AQUISIÇÕES/CONTRATAÇÕES

LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES			
JANEIRO A DEZEMBRO/2012			
Modalidade		Quantidade de Processos Concluídos de JANEIRO a DEZEMBRO/2012	Valor Total de Aquisições / Contratações de JANEIRO a DEZEMBRO/2012 (R\$)
Pregão Eletrônico	Pregões Eletrônicos Realizados pela ANTT	47	19.367.869,28
	Adesões a Atas de Registro de Preços decorrentes de Pregões de outros Órgãos	5	3.474.247,00
	TOTAL Pregão Eletrônico	52	22.842.116,28
Concorrência		2	16.666.850,21
Convite		0	0,00
Dispensa de Licitação (art 24 inc. I e II)		55	171.803,28
Dispensa de Licitação (art 24 outros incisos)		12	3.678.967,98
Inexigibilidade		19	3.637.202,05
TOTAL DE LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES		141	46.996.939,80

CONTRATAÇÕES		
JANEIRO A DEZEMBRO/2012		
Descrição	TOTAL 2012 Quantidade de Processos Concluídos	Valor Total (R\$)
Contratos Celebrados	73	44.507.409,40
Contratações por Nota de Empenho celebradas	83	912.683,54
Convênios Administrativos Celebrados	0	0,00
Atas de Registro de Preços celebradas pela ANTT (saldo disponível em 31/12/2012)	4	1.649.100,00
TOTAL DAS CONTRATAÇÕES FORMALIZADAS	160	47.069.192,94
Termos Aditivos aos Contratos	145	87.668.395,99
Apostilamentos aos Contratos/Convênios Administrativos	8	8.620.537,50

Fonte: SUDEG/GELIC

Todas as contratações formalizadas visaram a obtenção de menores valores de mercado, a agilidade no atendimento às demandas e a redução de custos processuais com observância da legislação vigente. Desde maio de 2011 foi adotado, para a operacionalização do Pregão, o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, implementado em conformidade com o Portal de Compras do Governo Federal/COMPASNET, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em consequência, as publicações dos contratos e Termos Aditivos decorrentes dos certames realizadas por meio do SIASG passaram a ser solicitadas diretamente pelo sistema, conferindo maior agilidade e transparência aos procedimentos, e estes procedimentos foram plenamente consolidados em 2012. De acordo com o comparativo dos totais de 2011 e 2012 a seguir, observa-se que houve uma diminuição de 10,7% no valor total das Licitações, Dispensas de Licitação e Inexigibilidade.

Tal fato pode ser atribuído ao contingenciamento de despesas estabelecido pelo Governo nos últimos exercícios, consolidado em 2012 pelo Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012.

Destaca-se o aumento significativo do volume de recursos relacionados com a modalidade

Concorrência, devido à conclusão, em 2012, da Concorrência nº 02/2010, cujo objeto visa a prestação, sob o regime de Empreitada por Preços Unitários, dos serviços técnicos especializados de apoio às atividades de competência legal da ANTT quanto à concessão de trechos de rodovias federais.

Ainda de acordo com o mapa comparativo, observa-se um aumento de 94,05% no valor total decorrente das Dispensas de Licitação com fundamento no artigo 24 da Lei nº 8.666/93 - exceto incisos I e II. Tal fato está relacionado com a conclusão de alguns processos com valores elevados, tendo como objeto, o fornecimento de energia elétrica para a Sede da ANTT em Brasília e a locação do novo imóvel para atender à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, por exemplo.

Entretanto, nos exercícios de 2011 e 2012, manteve-se a prioridade na realização de Pregão Eletrônico conforme prescreve o artigo 4º do Decreto nº 5.450/2005.

Apesar da redução no quantitativo de processos concluídos em 2012 em relação a 2011, a SUDEG/GELIC atendeu praticamente a todas as demandas encaminhadas pelos demais setores da ANTT, sempre buscando conferir às transações realizadas a melhor relação custo-benefício e a transparência necessária.

MAPA COMPARATIVO DE LICITAÇÕES, DISPENSAS DE LICITAÇÃO E INEXIGIBILIDADE NOS ANOS DE 2011 - 2012							
Modalidade	2011		2012		DIFERENÇA 2011/2012		
	Qtidade de Processos Concluídos	Valor Total Aquisições/Contratações (R\$)	Qtidade de Processos Concluídos	Valor Total Aquisições/Contratações (R\$)	Quantidade de Processos Concluídos	Total de Aquisições/Contratações (R\$)	Diferença entre Valores Totais 2011-2012 (%)
Pregão Eletrônico (incluindo Adesões a Atas de Registro decorrentes de Pregões de outros Órgãos)	71	35.980.301,63	52	22.842.116,28	-19,00	-13.138.185,35	-36,51%
Concorrência	1	5.379.622,51	2	16.666.850,21	1,00	11.287.227,70	9,81%
Convite	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Dispensa de Licitação (art. 24 inc. I e II)	60	144.655,04	55	171.803,28	-5,00	27.148,24	8,77%
Dispensa de Licitação (art. 24 outros incisos)	11	1.895.876,99	12	3.678.967,98	1,00	1.783.090,99	4,05%
Inexigibilidade	28	9.225.325,71	19	3.637.202,05	-9,00	-5.588.123,66	60,57%
Total de Aquisições Contratações	171	52.625.781,88	141	46.996.939,80	-30,00	-5.628.842,08	10,7%

Fonte: SUDEG/GELIC

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

além do lançamento do novo Portal da ANTT.

Durante o ano de 2012, deu-se prosseguimento às ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, conforme consta no Programa de Melhoria da Gestão - PROMEG, Projeto Estratégico: Gestão da Tecnologia da Informação. Das 14 ações previstas, 10 foram realizadas e 4 estão em andamento.

Também foram desenvolvidos os modais de Plataforma, Guichê e Atendimento do novo Sistema de Fiscalização, Autuação, Multas e Arrecadação - SIFAMA.

Tendo por objetivo a modernização da infraestrutura de rede, a sala-cofre foi movida para a nova Sede. Foram adquiridos servidores de rede, switch tipo core e módulos de conexão,

O Sistema de Cadastro de Demandas - SICAD, para que usuários internos solicitem manutenção aos sistemas de informática, teve 2.822 chamados abertos no ano de 2012, enquanto que a Central de Atendimento ao Usuário - CAU, contabilizou o registro de 14.753 chamados.

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS

Perfil	Quantidade
Servidor/empregados públicos efetivos de outras carreiras (que não TI) da própria Instituição	6
Servidores/empregados públicos cedidos de outras instituições públicas	4
Estagiários	4
Terceirizados que trabalham regularmente no ambiente da instituição (contratos de serviço continuados com cessão de mão de obra)	23
Terceirizados que trabalham no ambiente da instituição para execução de projetos de tempo determinado	15
Servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na área de TI da instituição	2

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Não existe um Comitê de Segurança da Informação instituído e não existem diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa publicadas e divulgadas.

DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SISTEMAS

Foi estabelecido na ANTT um padrão de desenvolvimento e manutenção de sistemas, publicado por meio do Processo de Desenvolvimento de Software - PDS institucional.

O PDS estabelece uma metodologia para o desenvolvimento de software na ANTT, tem como objetivo padronizar o ciclo de vida de projeto de desenvolvimento de sistema, definindo as atividades, os responsáveis e os artefatos.

Um dos benefícios da adoção de um processo bem definido é o aumento do nível de produtividade das equipes técnicas envolvidas nos projetos, pois formaliza a distribuição e as atribuições das atividades por cada papel desempenhado.

Além de ser um mecanismo para obtenção de um produto com qualidade, o PDS também visa apoiar na definição de acordos em futuros contratos de prestação de serviço de desenvolvimento de software.

Além dos sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da Instituição, listamos abaixo os Sistemas de maior relevância na Agência:

- SIGFIS II - Sistema de Gestão, Controle e Fiscalização dos Contratos e Concessão das Rodovias Federais Concedidas;
- PEF - Pagamento Eletrônico de Frete para Transporte de Cargas;
- SGM - Sistema de Gestão de Multas para Pesagem de Cargas;
- SISAUT - Sistema de Autorização de Passagens;

- SISFRET - Sistema de Fretamento para Autorização de Viagens;
- SGP - Sistema de Gestão de Permissões para Exploração de Transporte de Passageiros.

GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

No exercício de 2012, a Gerência de Recursos Logísticos desenvolveu suas atividades de administração do fornecimento de materiais, bens e serviços de apoio logístico para todas as Unidades Organizacionais da Sede da ANTT e Unidades Regionais nas ações de âmbito nacional. Destacaram-se em 2012 o planejamento e as ações relativas ao processo de mudança da Sede da ANTT.

Nesse sentido, realizou-se o planejamento com o objetivo de implementar operações logísticas que minimizassem o impacto da mudança na execução das atividades de rotina das Unidades Organizacionais assegurando a continuidade dos serviços. Adotou-se medidas para o transporte da mudança, com a orientação e acompanhamento permanente da organização, recolhimento, transporte e recebimento na nova Sede de toda massa documental e equipamentos das Unidades Organizacionais, desinstalação e instalação de sistemas de arquivos deslizantes, transferência de central telefônica e equipamentos de reprografia.

Na estruturação da nova Sede, foram desenvolvidas atividades de elaboração, adequação e implantação de layouts das Unidades Organizacionais; estruturação do Auditório; implantação dos serviços de restaurante; instalação de posto de autoatendimento do Banco do Brasil e Caixa Econômica; estruturação do refeitório, copas, recepções, sala de plenária, salas de consultoria, treinamento, consultório e ambulatório médico, salas de serviços de apoio e de prestadores de serviços terceirizados operacionais, implantação de serviços de fornecimento de bebidas quentes; organização do uso da garagem e dos estacionamento descoberto; instalação do sistema de monitoramento de CFTV, instalação de persianas

em todas as Unidades Organizacionais; colocação de capachos nas Procedeu-se à distribuição de mobiliários e equipamentos da Sede para as Unidades Regionais e Postos de Fiscalização e Atendimento, nos diversos municípios, e realizado o inventário e processo de desfazimento dos bens remanescentes.

Além das ações relacionadas à mudança e estruturação da Sede da ANTT, a GELOG esteve à frente das ações do “Projeto Fiscalização 10” que tem por escopo a reestruturação, padronização e adequação dos Postos de Fiscalização e Atendimento.

No decorrer de 2012, executou-se a reforma de nove PFAs e elaborou-se quatro projetos executivos para futura reforma, como também regularizou-se a ocupação de 12 salas nos terminais rodoviários, mediante assinatura de contratos de comodato; firmou-se acordo para a prestação de serviços de limpeza em 19 salas, pelas operadoras dos respectivos terminais rodoviários, mediante ressarcimento por parte da ANTT.

Dentre as atividades relacionadas ao aparelhamento operacional, instruiu-se processos para aquisição de veículos, sistemas de arquivo deslizante, aparelhos de ar condicionado para as Unidades Regionais e PFAs, máquinas fotográficas, leitoras de código de barras, confecção e instalação de elementos de identidade visual para a sede, fornecimento e instalação de portas automáticas e serviços de marcenaria para os PFAs reformados, contratação de serviços de locação de ônibus para o transporte de servidores, locação de veículos de representação, transporte rodoviário de cargas e encomenda, seguro da frota, como também promoveu-se levantamento de demandas e instruiu-se processo para regularização de estoques de materiais dos almoxarifados da Sede e todas as Unidades Regionais.

Dentre as atividades de apoio foram atendidas 832 requisições de materiais, 8.524 requisições de transporte, 174 requisições de veículos locados, 61 pedidos de celular corporativo e pedidos de

serviços de reprografia com a tiragem de 460.649 cópias e 2.908 encadernações de volumes.

USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Programa de Melhoria de Gestão - PROMEG/ ANTT, no qual está inserido o Projeto “ANTT Sustentável”, foi criado para atuar nas três dimensões da sustentabilidade: a econômica, a ambiental e a social, e está sendo desenvolvido no âmbito da ANTT, desde a implantação da Gestão Estratégica 2009-2012, que o definiu como um dos Programas Estruturantes.

Ao longo de 2012, o Projeto “ANTT Sustentável” praticamente não acompanhou as ações de instalação da nova sede, considerando que todos os esforços da instituição estavam voltados para a mudança e a instalação de suas unidades organizacionais.

As características da nova sede da Agência permitiram que soluções e tecnologias sustentáveis adotadas no empreendimento ajudassem no aumento da eficiência energética, com redução no consumo de energia e uso racional da água, com a aplicação de tecnologias de redução do consumo, e reaproveitamento da água de chuva.

O modelo de gestão sustentável participativa, adotada na Agência, por meio do desenvolvimento de ações de sustentabilidade ambiental, com a implantação de práticas que minimizam o desperdício, estimulou o uso racional dos ativos ambientais e contribuíram para a conscientização dos servidores e colaboradores quanto à importância da conservação ambiental.

No exercício de 2012, foi adotada também, no novo prédio, a utilização de copos para servir água e café, individualizados e reutilizáveis, reduzindo assim o consumo de copos descartáveis, que ficaram restritos apenas a visitantes e reuniões.

Esta iniciativa foi de grande valia para a minimização dos impactos ambientais adversos, e os gastos com esse material de consumo.

Quanto à utilização de papel, prosseguiu a campanha para impressão de documentos no modo frente e verso e o incentivo para a utilização da fonte mais econômica, a Ecofont, capaz de economizar tinta ou toner.

Com relação à coleta seletiva, a Agência instalou em pontos estratégicos coletores de lixo, sinalizados para cada tipo de resíduo, e suprimiu as lixeiras individualizadas.

As novas instalações permitem um ambiente físico de trabalho seguro e saudável. Um grande sistema integrado une o sistema de ar condicionado automatizado, o piso elevado, o forro acústico em alumínio, vidros de alta performance nas fachadas e luminárias específicas trazem para o usuário um conforto térmico e acústico de última geração.

No Componente Econômico tiveram prosseguimento ações referentes à realização de licitações para compras e contratações sustentáveis, além de ações de melhoria e gerenciamento de gastos.

No Componente Social, houve campanha de arrecadação e de doação de bens, com o título “Quero que você me aqueça nesse inverno”

no período de 15 a 31 de maio, para recolher agasalhos, meias e cobertores para o “Lar dos Velhinhos Maria Madalena”.

Tal iniciativa contou com uma participação expressiva dos servidores, o que tornou a campanha um grande sucesso.

Com a publicação do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, e o estabelecimento de regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, por meio da IN nº 10, de 12 de novembro de 2012, o Diretor-Geral constituiu Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável que irá, no prazo de 6 meses, elaborar, monitorar e avaliar o referido Plano, no âmbito da ANTT.

Em relação à metodologia de aproveitamento da água da chuva, o edifício da Sede não dispõe de sistema de captação da água da chuva. Há, sim, um sistema de tratamento e reuso de água compacto e eficiente para atender 40% de suas demandas, englobando 100% do fornecimento de água para as torres de resfriamento, das caixas de descarga e da irrigação por gotejamento, que se encontra em fase de calibração e realização de testes para início da operação.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

As ações de comunicação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - foram planejadas e executadas com base em levantamento de necessidades nas diversas unidades organizacionais da Agência. A partir do levantamento foi elaborado o Plano Anual de Comunicação - PAC, em cumprimento ao Decreto nº 6.555/2008 e à Instrução Normativa SECOM-PR nº 02/2009, e o Plano de Ações de 2012, contemplando todas as atividades da Assessoria de Comunicação Social, envolvendo os três segmentos: imprensa, relações públicas e publicidade e propaganda, que compõem a atividade de comunicação social. As ações foram executadas em conformidade com a demanda e dentro das possibilidades orçamentárias e de pessoal.

A ANTT não possui contrato com qualquer agência de publicidade e propaganda. Assim, ações que exigem essa participação, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto 6.555, de 8 de setembro de 2008, são executadas por meio de parceria com o Ministério dos Transportes, com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República ou por contratação por meio de licitações específicas.

AÇÕES DE PATROCÍNIO

Os patrocínios concedidos pela ANTT estiveram restritos a eventos do setor de transporte relacionados com sua área de atuação.

EVENTOS

- XXVI ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes: Evento promovido pela Associação Nacional de Pesquisa em Transportes. É realizado anualmente em parceria com as Universidades Federais. A ANTT participa do Congresso da ANPET,

tendo em vista a importância para o setor de transportes, destacando-se a interação com o meio acadêmico para troca de experiência e a capacitação de técnicos da Agência. O valor patrocinado (R\$ 15.000,00) foi utilizado como parte do custeio das despesas do evento que contou com o patrocínio de outras instituições.

- Seminário Internacional Frotas & Fretes Verdes: Organizado pelo Instituto Besc de Humanidades e Economia, o evento objetivou discutir o aumento do desempenho energético das frotas do país, conhecendo e discutindo as melhores técnicas de uso eficiente do óleo diesel, visando reduzir custos nos transportes de cargas e de passageiros e emissões indesejáveis, com ênfase nas ações de grandes frotistas e fretistas, indústria automotiva e políticas de governo.

Para a ANTT, este patrocínio representa a manutenção da pesquisa contínua e intercâmbio perene de ideias para garantir um processo de construção e promoção de conceitos e eficiência energética e redução das emissões para o transporte de cargas e pessoas, uma vez que o setor de transporte é um dos grandes responsáveis pelo consumo de energia e emissão de CO₂. Com isso, a ANTT pretendeu capacitar seus servidores e promover um estudo profundo da questão na área da regulação. O valor patrocinado (R\$ 150.000,00) foi utilizado como parte do custeio das despesas do evento que contou com a participação de outras instituições.

AÇÕES PROMOCIONAIS PRÓPRIAS

São aquelas de cunho institucional, ou seja, utilizadas para divulgar atos, ações, programas, serviços, campanhas, metas e resultados voltados para valorizar e fortalecer a imagem

da instituição e estimular a participação da sociedade nos assuntos da área de atuação da Agência. Assim sendo, em 2012, as ações promocionais próprias foram:

- Relatório Anual 2011 - projeto gráfico/ revisão/impressão - prestação de contas das atividades da Agência à sociedade, é uma síntese das ações técnico-administrativas exercidas durante o ano.
- Revista ANTT - publicação de cunho técnico e científico sobre assuntos relacionados ao setor de transporte terrestre.

PUBLICIDADE LEGAL

A publicidade legal da ANTT é executada por meio do Contrato 029/2010, firmado com a Empresa Brasil de Comunicação - EBC. Em 2012, foram publicadas/divulgadas 60 matérias legais, totalizando, até dezembro, R\$ 1.050.460,62 (um milhão, cinquenta mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos).

JORNAIS

- 13 avisos referentes a audiências públicas
- 22 avisos sobre de licitação
- 14 comunicados relevantes
- 01 solicitação expressão de interesse

RÁDIO

- 10 avisos referentes a audiência públicas
- PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA**

As ações de Utilidade Pública destinam-se a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertá-lo sobre seus direitos e deveres. Devido à assinatura do contrato nº 035/2010 (em julho de 2010) e dos termos aditivos (em julho/2011 e julho/2012), que trata da

execução de serviços gráficos, a produção de material de utilidade pública acabou por ser nele incluída,

PRODUÇÃO GRÁFICA

Em 2012, foram executados, 76 produtos, totalizando R\$ 815.253,78.

SUORTE A EVENTOS

No ano de 2012, no segmento de cerimonial e suporte a eventos, a ASCOM prestou apoio a 134 eventos ao longo do ano, sendo 82 realizados com logística própria e 52, por meio do Contrato nº 033/2010, firmado com a empresa FJ Produções Ltda, totalizando R\$ 581.192,40.

AÇÕES DE IMPRENSA

Serviços de Assessoria de Imprensa

- Atendimento Geral: 3.350
 - Alimentação do site da agência com notícias de interesse da agência
 - Releases: 69
 - Entrevistas individuais: 480
 - Acompanhamento de diretores ou gerentes em entrevistas ou em programas de TV: 04
 - Suporte para atendimento da mídia em reuniões participativas para concessão das BRs 040 e 116 (Belo Horizonte) e do Projeto do Trem de Alta Velocidade no Rio, Brasília, SP, Campinas, Aparecida do Norte, São José dos Campos e Barra Mansa.
 - Acompanhamento do Diretor Geral em seu deslocamento para acompanhar operações de fiscalização em GO, MG, SP
 - Acompanhamento do Diretor Geral em viagem de trabalho para participar de eventos em rodovia sob concessão (BR 381, BR-50)
 - Entrevistas coletivas: 03
- Custos:**
- Clipping Impresso - R\$ 117.588,00
 - Clipping de Rádio e TV - R\$ 78.349,80
 - Clipping EBC (Mídia Impressa) - R\$ 34.200,00
 - Serviço de Informação - R\$ 267.960,74

OUVIDORIA

A Ouvidoria é um espaço democrático que propicia ao cidadão a busca da melhoria contínua dos processos, programas e políticas da ANTT. Assim, além das competências legais e regimentais, temos o firme propósito de atuar como mediador de conflitos, contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade dos serviços da administração pública. As informações registradas pela Ouvidoria devem ser relevantes insumos para o processo decisório dos diversos setores da Agência.

Independentemente do canal escolhido pelo cidadão, a manifestação é registrada, analisada e respondida. A Ouvidoria da ANTT disponibiliza à sociedade os seguintes meios de contato:

- Telefone 0800 610 300 e 166

A central de atendimento funciona ininterruptamente, de segunda-feira a domingo, 24 horas por dia (inclusive feriados). Nossa central também recebe chamadas originadas de telefones móveis.

- Formulário eletrônico “Fale Conosco”

Ao utilizar o formulário eletrônico, o cidadão tem a possibilidade de enviar suas manifestações por escrito, via internet à Ouvidoria da ANTT.

- E-mail

Os interessados podem enviar manifestações para o e-mail ouvidoria@antt.gov.br.

- Atendimento online

Esse canal de atendimento, também conhecido como chat, está disponível no site da ANTT. O objetivo é proporcionar à sociedade uma ferramenta inovadora e ágil para a comunicação com a Agência em tempo real. A principal vantagem para a ANTT é o atendimento às demandas das

pessoas com deficiência auditiva e/ou da fala.

- Atendimento presencial

A Sala do Cidadão funciona no Edifício-Sede da ANTT, de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

- Correspondência

A Ouvidoria da ANTT recebe manifestações, por meio de cartas endereçadas à sede da ANTT, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF CEP: 70200-003.

A Ouvidoria desempenha um papel de intermediadora de interesses, contribuindo para o cumprimento da missão institucional da ANTT. A Ouvidoria trabalha sempre com o propósito de atender com rapidez o anseio do cidadão. As solicitações que dependem de análise, resposta ou atuação técnica são encaminhadas aos setores competentes para providências e posterior resposta ao interessado.

Portanto, um de nossos desafios em 2012, foi demonstrar ao cidadão a importância da sua participação, permitindo que a Ouvidoria contribua para o desenvolvimento da consciência crítica da ANTT.

Não podemos nos furtar de repetir observação feita anteriormente, pois sendo um processo dinâmico, em 2012 buscou-se o aprimoramento contínuo da Ouvidoria como instrumento de gestão, subsidiando o processo decisório dos gestores da ANTT com informações úteis e cada vez mais precisas sobre a percepção e opinião de vários agentes do setor de transportes terrestres (usuários, empresas reguladas, entidades de classe, comunidades, etc).

No ano de 2012, a Ouvidoria visando à facilidade e a celeridade no atendimento ao usuário de Transportes Terrestres, implantou definitivamente a substituição do telefone 0800 610 300 pelo tridígito 166.

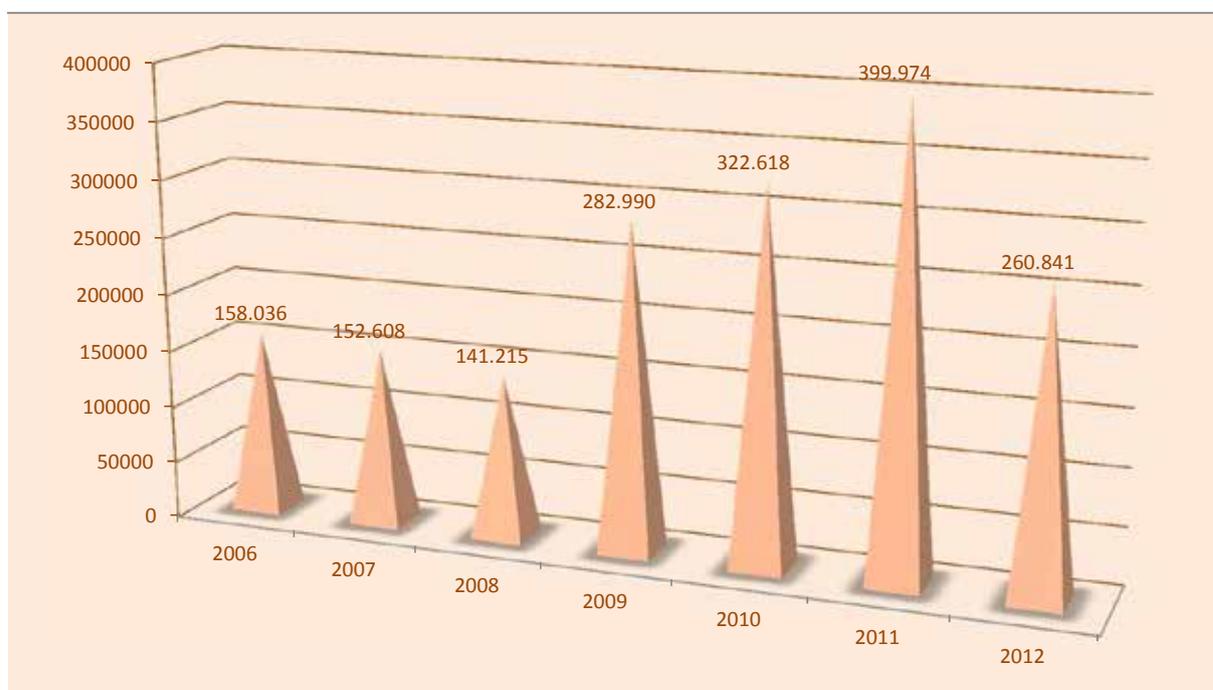
A Ouvidoria continuará trabalhando para implementar o Projeto Fiscalização em Tempo Real: trata-se do plano de integração entre a Ouvidoria e a Superintendência de Fiscalização - SUFIS/ANTT, prevendo a implementação de pronto atendimento ao cidadão, contemplando ações fiscalizatórias em tempo real, à ocasião da ocorrência de denúncias pelo usuário. Para isso foi inserido na Agenda Regulatória o Projeto “Definição de Procedimentos para o Tratamento das Manifestações dos Usuários Recebidas pela Ouvidoria”, tendo em vista:

1 - Sanear as dificuldades encontradas pelas unidades organizacionais em responder as manifestações no prazo regulamentar.

2 - Quais mecanismos de padronização serão construídos, tornando os procedimentos que atualmente são tácitos em explícitos.

RESULTADOS ESTATÍSTICOS DA OUIDORIA EM 2012

No ano de 2012 a Ouvidoria acolheu cerca de 640.000 manifestações, evidenciando um crescimento considerável no volume total de registros em relação ao ano anterior. Neste total, estão assuntos como: “Trotês”, “Foge à Competência”, “Engano” e “Ligações desligadas” por usuários. Para um melhor tratamento e análise destas manifestações, a partir deste ano, estes assuntos serão excluídos do número total de chamadas, resultando no valor de 260.841 manifestações. Desta forma, teremos um valor mais realístico do ponto de vista dos usuários.



DISTRIBUIÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES POR TIPO

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	TOTAL					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PEDIDO DE INFORMAÇÃO	140.234	127.098	257.747	237.491	275.162	193.574
OUTRAS **	*	*	*	60.771	97.046	40.485
RECLAMAÇÃO	10.781	12.381	22.308	22.642	26.295	25.737
SUGESTÃO	761	1.211	2.248	1.219	1.202	847
ELOGIO	832	525	687	445	128	74
DENÚNCIA ***	*	*	*	50	141	124
TOTAL	152.608	141.215	282.990	322.618	399.974	260.841

*A Classificação "Outras" e "Denúncia", passaram a ser utilizadas a partir de 2010.

** Demandas que não se enquadrarem nos outros tipos de manifestações.

*** Queixas sobre condutas de Servidores da Agência.